



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FRANCIELLE GARCIA MARTINS

**A (RE)EXISTÊNCIA DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS: UM ESTUDO A PARTIR DA COOPERLIX,
PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRASIL**

PRESIDENTE PRUDENTE - SP
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FRANCIELLE GARCIA MARTINS

**A (RE)EXISTÊNCIA DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS: UM ESTUDO A PARTIR DA COOPERLIX,
PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRASIL**

Tese de Doutorado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Área de Concentração: Produção do Espaço
Geográfico -, para obtenção do Título de
Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cezar Leal
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Alberto
Feliciano

PRESIDENTE PRUDENTE - SP
2025

M386(Martins, Francielle Garcia
 A (re)existência de mulheres catadoras de materiais recicláveis:
 um estudo a partir da Cooperlix, Presidente Prudente, São Paulo,
 Brasil /
 Francielle Garcia Martins. -- Presidente Prudente, 2025
 184 p.: tabs., fotos

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
 Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
 Orientador: Antonio Cezar Leal
 Coorientador: Carlos Alberto Feliciano

 1. Geografia. 2. Resíduos sólidos urbanos. 3. Mulheres
 catadoras de materiais recicláveis. 4. Interseccionalidades. I.
 Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE:

“A (RE)EXISTÊNCIA DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS: UM ESTUDO A PARTIR DA COOPERLIX, PRESIDENTE
PRUDENTE, SÃO PAULO, BRASIL”

AUTORA: FRANCIELLE GARCIA MARTINS

ORIENTADOR: ANTONIO CEZAR LEAL

COORDENADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

 **ANTONIO CEZAR LEAL**
Data: 19/11/2025 15:54:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. ANTONIO CEZAR LEAL (Participação Presencial)

Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Profa. Dra. MARIA CRISTINA RIZK (Participação Presencial)

Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Profa. Dra. IZABEL CRISTINA BRUNO BACELLAR ZANETI (Participação Virtual)

Centro de Desenvolvimento Sustentável / Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participação Virtual)

Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais / Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Prof. Dr. ALESSANDRO DONAIRE DE SANTANA (Participação Presencial)

Pós-Doutorado / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Presidente Prudente, 17 de outubro de 2025.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado às mulheres da minha vida: minha mãe, Maria Célia e minhas avós Benedita (in memoriam) e Maria, que tanto me ensinaram.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese só foi possível graças ao apoio e à contribuição de muitas pessoas e instituições que, de diferentes formas, estiveram presentes ao longo desta trajetória.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT - UNESP, pela oportunidade de formação e pelo espaço de reflexão crítica.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao estimado orientador Prof. Dr. Antonio Cezar Leal, pela orientação cuidadosa, pela paciência diante das minhas angústias e pelo incentivo constante para que eu encontrasse meu caminho acadêmico. Sem seu apoio este trabalho não teria sido concluído.

Ao coorientador, Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano, expresso minha gratidão pela disponibilidade e pelas contribuições sempre pertinentes ao longo deste percurso. Agradeço também pela confiança depositada em meu trabalho e pelo incentivo constante, que se somaram de forma decisiva à minha formação.

Às Professoras Doutoras Encarnita Salas Martin e Silvia Fernanda Cantóia, pela valiosa contribuição no Exame Geral de Qualificação, cujas observações e sugestões foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa.

Estendo meus agradecimentos também às professoras e ao professor que compuseram a banca de defesa da tese: Profa. Dra. Maria Cristina Rizk, Profa. Dra. Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, Profa. Dra. Larissa Araújo Coutinho de Paula e o Prof. Dr. Alessandro Donaire de Santana, pelas valiosas contribuições que enriqueceram este trabalho.

Agradeço às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis da Cooperlix, que generosamente compartilharam suas histórias, dores e esperanças, permitindo que esta pesquisa fosse possível. Este trabalho é também fruto da resistência, da dignidade e da força que vocês demonstram cotidianamente, transformando o que o mundo descarta em vida e

possibilidade. Minha profunda gratidão por me ensinarem que a luta se faz na coletividade e que a esperança nasce, muitas vezes, dos lugares mais invisibilizados.

Aos colegas e amigas(os) do grupo de pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial - GADIS, pelo companheirismo nos debates, pela escuta e pela troca de ideias que fortaleceram não apenas a tese, mas também minha caminhada pessoal.

Às amigas Marilisa e Letícia, por acreditarem em mim quando até eu duvidei, por enxergarem o valor do meu trabalho e, sobretudo, por estarem presentes em cada passo, celebrando conquistas e amparando nos momentos de incerteza. A amizade de vocês foi luz e abrigo ao longo deste percurso.

Ao amigo Tiago, pela amizade sincera, pela escuta generosa e por me lembrar, nos momentos difíceis, da importância de seguir em frente. Sua presença foi um alívio e uma força durante este percurso, tornando-o mais leve e cheio de sentido.

Ao amigo Alessandro, que esteve ao meu lado em toda a caminhada do doutorado. Sua amizade, escuta e presença constante foram fundamentais para que eu encontrasse força nos momentos de incerteza. Caminhar contigo neste trajeto significou não apenas compartilhar desafios acadêmicos, mas também construir uma parceria de vida, feita de apoio, confiança e generosidade.

À psicóloga Ana Carolina Almodova, pelo acolhimento, pela escuta atenta e pelo cuidado sensível em cada encontro. Sua contribuição foi fundamental não apenas para que eu conseguisse atravessar os desafios deste percurso acadêmico, mas também para que eu me fortalecesse como pessoa.

Ao meu companheiro na jornada da vida, Renato, que com seu amor genuíno e apoio incondicional esteve ao meu lado em cada passo deste longo percurso do doutorado. Você é luz em minha vida.

À minha família, em especial à minha mãe Maria Célia, ao meu pai José Carlos, ao meu irmão Gabriel e à minha irmã Danielle, pelo amor incondicional, pela paciência diante das minhas ausências e pelo apoio firme em cada etapa desta caminhada.

Por fim, agradeço a todas as mulheres catadoras, cuja luta diária inspira resistência e esperança. Esta tese é, em grande medida, uma homenagem à sua força e à sua capacidade de transformar dor em dignidade.

Obrigada!

Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida

Maria Maria, Milton Nascimento e Fernando Brant (1978)

RESUMO

Esta tese analisa criticamente as relações entre crise ambiental, consumo, descarte de resíduos sólidos urbanos e trabalho, tomando como ponto de partida o modelo capitalista de desenvolvimento e seus desdobramentos em desigualdades, precarização laboral e inclusão social precária. A partir da Ecologia Política e da crítica pós-colonial, busca-se compreender como o paradigma desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que aprofunda desigualdades de gênero, raça e classe, também engendra formas de resistência social. O estudo concentra-se na experiência da Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente (Cooperlix), com destaque para o protagonismo das mulheres e suas estratégias de enfrentamento às múltiplas formas de subalternização. O objetivo geral é analisar o protagonismo das catadoras, a partir de suas trajetórias de vida, do processo de formação da cooperativa e das formas de organização e atuação, investigando como as relações de gênero se manifestam no cotidiano e impactam suas vidas. A metodologia articula procedimentos qualitativos e quantitativos a partir da aplicação de questionários socioeconômicos a cooperadas(os), realização de entrevistas semiestruturadas com as catadoras, priorizando a escuta sensível e a valorização de suas narrativas, além de análise documental, dados secundários e referências bibliográficas. Os resultados apontam que, embora inseridas em um contexto de precarização estrutural e desigualdades históricas, as catadoras constroem formas contra-hegemônicas de resistência por meio da cooperação, da luta política e da afirmação de seus saberes. A centralidade feminina na cadeia da reciclagem revela tanto a persistência de desigualdades quanto a potência de práticas de solidariedade que desafiam a lógica androcêntrica e capitalista. A luta dessas mulheres ultrapassa a dimensão econômica, configurando-se como um projeto de dignidade, reconhecimento e esperança frente às crises contemporâneas.

Palavras-chave: Crise Ambiental; Resíduos Sólidos Urbanos; Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis; Inclusão Social Precária; Cooperlix; Resistência.

ABSTRACT

This dissertation critically analyzes the relationships between environmental crisis, consumption, urban solid waste management, and labor, starting from the capitalist model of development and its consequences in terms of inequality, labor precarity, and precarious social inclusion. Drawing on political ecology and postcolonial critique, this study seeks to investigate how the developmentalist paradigm intensifies, gender and class inequalities while engendering forms of social resistance. The study centers on the experience of Cooperative of Recyclable Materials Workers of Presidente Prudente (Cooperlix), emphasizing the central role of women and their strategies for confronting multiple forms of subalternization. The general objective is to analyze the protagonism of women waste pickers by examining their life trajectories, the formation of the cooperative, and their collective modes of organization and action. The study also explores how gender relations shape their daily lives and influence their existence. The study integrates qualitative and quantitative procedures, including socioeconomic questionnaires administered to cooperative members and semi-structured interviews with women waste pickers, prioritizing attentive listening and valorizing their narratives, as well as document analysis of secondary data and bibliographic references. The results indicate that, despite operating within a context marked by structural precarization and historical inequalities, the women waste pickers construct counter-hegemonic forms of resistance grounded in cooperation, political mobilization, and affirmation of their knowledge. The centrality of women in the recycling chain underscores the persistence of systemic inequalities and the strength of solidarity - based practices that challenge androcentric and capitalista logics. Their collective struggle extends beyond economic survival, constituting an ongoing project of dignity, recognition, and hope amid contemporary crises.

Keywords: Environmental Crisis; Urban Solid Waste; Women Waste Pickers; Precarious Social Inclusion; Cooperlix; Resistance.

RESUMEN

Esta tesis analiza críticamente las relaciones entre crisis ambiental, consumo, descarte de residuos sólidos urbanos y trabajo, tomando como punto de partida el modelo capitalista de desarrollo y sus consecuencias en términos de desigualdad, precarización laboral e inclusión social precaria. Desde la Ecología Política y la crítica poscolonial, se busca comprender cómo el paradigma desarrollista, al mismo tiempo que profundiza las desigualdades de género y de clase, también engendra formas de resistencia social. El estudio se centra en la experiencia de la Cooperativa de Trabajadores de Productos Reciclables de Presidente Prudente (Cooperlix), con énfasis en el protagonismo de las mujeres y en sus estrategias de enfrentamiento a las múltiples formas de subalternización. El objetivo general es analizar el protagonismo de las mujeres cartoneras, a partir de sus trayectorias de vida, del proceso de formación de la cooperativa y de las formas de organización y actuación, investigando cómo las relaciones de género se manifiestan en la vida cotidiana e impactan sus existencias. La metodología articula procedimientos cualitativos y cuantitativos, mediante la aplicación de cuestionarios socioeconómicos a las(os) cooperadas(os), la realización de entrevistas semiestructuradas con las mujeres cartoneras, priorizando la escucha sensible y la valorización de sus narrativas, además del análisis documental, de datos secundarios y referencias bibliográficas. Los resultados muestran que, aunque insertas en un contexto de precarización estructural y desigualdades históricas, las cartoneras construyen formas contrahegemónicas de resistencia a través de la cooperación, la lucha política y la afirmación de sus saberes. La centralidad femenina en la cadena del reciclaje revela tanto la persistencia de desigualdades como la potencia de prácticas de solidaridad que desafían la lógica androcéntrica y capitalista. La lucha de estas mujeres trasciende la dimensión económica, configurándose como un proyecto de dignidad, reconocimiento y esperanza frente a las crisis contemporáneas.

Palabras clave: Crisis Ambiental; Residuos Sólidos Urbanos; Mujeres Cartoneras; Inclusión Social Precaria; Resistencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Cooperlix, Presidente Prudente, São Paulo	30
Figura 2 - Mapa interativo dos principais conflitos ambientais registrados no mundo – abril de 2024.....	47
Figura 3 - Mapa interativo sobre conflitos relacionados à "Gestão de Resíduos Sólidos" - agosto de 2025	49
Figura 4 - Rocha de plástico encontrada na Ilha de Trindade, Espírito Santo, Brasil	65
Figura 5 - Resíduos encontrados no fundo do mar brasileiro	66
Figura 6 - “Mar de lixo” no Caribe.....	66
Figura 7 – Crianças recolhem peças no lixão de roupas descartadas no deserto do Atacama, Chile	67
Figura 8 - Distribuição espacial de catadoras(es) no Brasil, de acordo com o município de residência, 2010	75
Figura 9 - Bandeira do Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR	83
Figura 10 - Entrada do aterro controlado desativado de Presidente Prudente – SP.	93
Figura 11 - Área do antigo lixão, posteriormente convertido em aterro controlado, atualmente desativado, em Presidente Prudente - SP.....	93
Figura 12 - Proximidade da área urbana ao aterro controlado de Presidente Prudente, antigo lixão	94
Figura 13 - Interior do barracão da Cooperlix após o incêndio de 2018, com veículos e equipamentos devastados.....	99
Figura 14 - Estrutura remanescente do antigo barracão da Cooperlix, após o incêndio de 2018	101
Figura 15 - Área interna do antigo barracão da Cooperlix, após incêndio de 2018.	101
Figura 16 - Detalhe do mural que retrata o início da organização da Cooperlix.....	102
Figura 17 - Parte do mural que retrata a colaboração entre diferentes atores sociais no processo inicial da Cooperlix.....	103

Figura 18 - Ilustração do mural representando a consolidação da Cooperlix e a prática da coleta seletiva junto à comunidade	103
Figura 19 - Vista externa da atual sede da Cooperlix.....	105
Figura 20 - Vista da área de triagem dos materiais recicláveis na Cooperlix	106
Figura 21 - Área de descarregamento dos materiais recicláveis na Cooperlix	106
Figura 22 - Ônibus para transporte das(os) cooperadas(os) e caminhões utilizados na coleta seletiva.....	107
Figura 23 - Vista externa do barracão da Cooperlix	107
Figura 24 - Lateral do barracão com acúmulo de materiais recicláveis	108
Figura 25 - Área administrativa da sede da Cooperlix.....	109
Figura 26 - Fardos de materiais recicláveis prensados	109
Figura 27 - Área de descanso utilizada pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix	125
Figura 28 - Vãos na cobertura do barracão que comprometem as condições de trabalho em dias de chuva e ventania.....	129
Figura 29 - Área de descarga de resíduos sólidos, onde trabalhadoras(es) realizam manualmente o despejo na esteira de elevação que conduz os materiais à triagem	129
Figura 30 - Área externa do barracão destinada à descarga dos resíduos coletados	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Divisão por sexo das(os) integrantes da Cooperlix - 2024	113
Gráfico 2 - Cor/etnia das(os) integrantes da Cooperlix - 2024	114
Gráfico 3 - Faixa etária das(os) integrantes da Cooperlix - 2024	115
Gráfico 4 - Nível de escolaridade das(os) integrantes da Cooperlix - 2024	116
Gráfico 5 - Tempo de trabalho como catadora(o) de materiais recicláveis das(os) integrantes da Cooperlix - 2024	121
Gráfico 6 - Trabalho na Cooperlix se constitui como a principal fonte de renda das(os) integrantes - 2024	122
Gráfico 7 - Família depende exclusivamente da renda obtida a partir do trabalho na Cooperlix - 2024	122
Gráfico 8 - Pensa em procurar outro trabalho - 2024	123
Gráfico 9 - Cor/etnia das mulheres da Cooperlix - 2024	141
Gráfico 10 - Faixa etária das mulheres da Cooperlix* - 2024	146
Gráfico 11 - Nível de escolaridade dos homens da Cooperlix - 2024.....	151
Gráfico 12 - Nível de escolaridade das mulheres da Cooperlix - 2024.....	151
Gráfico 13 - Tempo de trabalho como catadora de materiais recicláveis das mulheres da Cooperlix - 2024	154
Gráfico 14 - Trabalho na Cooperlix se constitui como a principal fonte de renda para as mulheres - 2024.....	156
Gráfico 15 - Família depende exclusivamente da remuneração obtida com o trabalho na Cooperlix para as mulheres - 2024	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevistas realizadas junto às catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix, Presidente Prudente - SP.....	37
Quadro 2 - Conflitos ambientais na gestão de resíduos sólidos: registros no contexto brasileiro.....	85
Quadro 3 - Bairros de Presidente Prudente atendidos pela Cooperlix na 1ª e 3ª semanas do mês, em 2025.....	110
Quadro 4 - Bairros de Presidente Prudente atendidos pela Cooperlix na 2ª e 4ª semanas do mês, em 2025.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nível de escolaridade por faixa etária das(os) integrantes da Cooperlix - 2024	118
Tabela 2 - Nível de escolaridade por cor/etnia das(os) integrantes da Cooperlix - 2024	119
Tabela 3 - Nível de escolaridade das mulheres da Cooperlix por cor/etnia - 2024	152
Tabela 4 - Nível de escolaridade dos homens da Cooperlix por cor/etnia - 2024	152

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3	CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: UMA LEITURA AMBIENTAL	39
3.1	Crítica ao desenvolvimento androcêntrico.....	39
<i>3.1.1</i>	<i>Conflitos ambientais e a crise do desenvolvimento moderno.....</i>	<i>47</i>
3.2	Subdesenvolvimento e colonialidade: a face oculta do desenvolvimentismo.....	50
4	A LÓGICA DO CONSUMO E A CRISE AMBIENTAL: RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.....	56
4.1	O consumo como pilar do desenvolvimento capitalista.....	56
<i>4.1.1</i>	<i>Breve contexto histórico da consolidação da sociedade de consumo.....</i>	<i>56</i>
<i>4.1.2</i>	<i>Consumo e consumismo: distinções conceituais</i>	<i>59</i>
<i>4.1.3</i>	<i>Estratégias capitalistas de estímulo permanente ao consumo.....</i>	<i>60</i>
4.2	Impactos ambientais, sociais e à saúde do descarte na sociedade do consumo.....	64
5	CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL: HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONFLITOS NO SISTEMA CAPITALISTA DESENVOLVIMENTISTA.....	71
5.1	História, contexto social e organização política das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis no Brasil.....	71
5.2	Conflitos ambientais e as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis: tensões no trabalho da catação.....	83
6	A COOPERLIX EM PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO: ENTRE PRECARIEDADE ESTRUTURAL E FORÇA COLETIVA.....	92

6.1 Percorrendo os meandros históricos da Cooperlix: o processo inicial de formação.....	92
6.2 Entre permanências e desafios: a situação atual da Cooperlix.....	104
<i>6.2.1 Quem dá vida à Cooperlix: o perfil socioeconômico de suas(es) integrantes.....</i>	<i>112</i>
6.3 A vulnerabilidade das cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis diante do Estado e do mercado: os conflitos ambientais a partir da experiência da Cooperlix.....	126
7 AS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: DESIGUALDADES E (RE)EXISTÊNCIAS.....	135
7.1 A presença das mulheres na reciclagem: entre invisibilidade e lutas.....	135
7.2 As mulheres catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix: vozes, trajetórias e (re)existências.....	140
7.3 Por um outro (des)envolvimento: por políticas públicas para a emancipação e consolidação de cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	169
ANEXOS.....	179

APRESENTAÇÃO

Esta tese nasce em meio a uma travessia profundamente marcada pela pandemia de Covid-19. O isolamento social, a insegurança diante do vírus e as dificuldades impostas pelo contexto político e social do país, atravessaram não apenas a vida cotidiana, mas também a produção acadêmica. Nesse período, escrever se tornou um ato solitário, exigindo resistência diante do medo, da fadiga e da paralisia emocional. As aulas e eventos virtuais intensificaram a introspecção e a sensação de silêncio. A volta ao convívio acadêmico presencial trouxe de volta o frio na barriga, semelhante ao primeiro dia de escola. Nesse processo, o doutorado não foi apenas uma exigência acadêmica, mas também uma experiência existencial de enfrentamento, marcada por fragilidades, mas igualmente por persistência.

As catadoras de materiais recicláveis se tornaram, para mim, um espelho das contradições do país: mulheres que carregam o peso de desigualdades históricas. Invisibilizadas pela sociedade, enfrentam privações cotidianas, mas, ao mesmo tempo, constroem redes de solidariedade e reinventam formas de existir. É nesse espaço de contradição, entre precariedade e dignidade, entre violência e resistência, que este trabalho se inscreve.

A experiência pessoal e a presença das catadoras não são apenas ilustrações, mas chaves para compreender o lugar de onde escrevo. Esta pesquisa está situada, enraizada em uma realidade latino-americana que combina crise ambiental, precarização do trabalho e desigualdade estrutural.

O foco nas mulheres catadoras não surgiu de uma escolha meramente intelectual, mas de uma vivência que mostrou o quanto suas trajetórias revelam as contradições do modelo capitalista de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, expressam formas de resistência. Reconhecer sua centralidade na cadeia da reciclagem e valorizar suas vozes é parte do compromisso ético desta tese.

Esta não é apenas uma pesquisa sobre mulheres catadoras de materiais recicláveis. É também uma pesquisa com elas, inspirada por suas lutas, demandas e esperanças. O trabalho se insere em uma perspectiva de Ecologia Política e crítica pós-colonial, mas sobretudo se compromete em dar visibilidade às experiências de quem historicamente foi silenciada. Escrever esta tese, portanto, não é apenas uma tarefa científica, mas um gesto político de reconhecimento, de denúncia das desigualdades e de afirmação da resistência das mulheres na catação.

Entre medo, cansaço e desânimo, foi a própria presença das catadoras e suas trajetórias de luta que me ensinaram sobre esperar. A palavra, mais que substantivo, é verbo: agir, resistir, transformar.

Assim, esta tese é fruto de um processo marcado por dores e incertezas, mas também pela construção de esperança ativa. Ela representa não só um avanço acadêmico em minha vida, mas também um ato de compromisso com as mulheres catadoras de materiais recicláveis, com a justiça social e com um futuro que se quer mais digno.

1 INTRODUÇÃO

A degradação ambiental, resultante de processos provocados e intensificados pela ação humana, vem alterando de forma significativa as dinâmicas da natureza e impactando profundamente a sociedade. O debate ambiental nunca esteve tão em evidência, especialmente diante da recorrência de eventos climáticos extremos, que acarretam consequências econômicas e sociais graves, além de ceifarem vidas em diversas partes do mundo.

Nesse contexto, a ciência geográfica tem papel central, pois desde sua constituição moderna está voltada à compreensão das relações entre sociedade e natureza. Como destacam Mendonça (1993, 2001) e Suertegaray (2015), cabe à Geografia problematizar não apenas os impactos físicos da degradação, mas também seus desdobramentos sociais, como o avanço da fome e o aprofundamento das desigualdades. Pensar o espaço geográfico implica reconhecer sua dimensão social e política, composta por objetos e ações carregados de intencionalidade, em meio a uma teia complexa de interesses (Santos, 2002; Porto-Gonçalves, 2003; Moreira, 2008).

Ao reconhecer o espaço como expressão das contradições do modelo de desenvolvimento capitalista, torna-se inevitável refletir sobre as materialidades que traduzem essas dinâmicas no território. Entre elas, os resíduos se destacam como uma das faces mais visíveis e contundentes das desigualdades sociais e ambientais contemporâneas.

Essa reflexão exige enfrentar as contradições do modelo de desenvolvimento vigente, sustentado pela globalização neoliberal e pela exploração contínua da natureza. Mais do que um problema técnico de gestão, a geração de resíduos sólidos expressa uma crise civilizatória, que associa insustentabilidade ecológica à injustiça social. Os resíduos carregam marcas territoriais e simbólicas, pois revelam quem consome, quem descarta e quem lida com os descartes. Nesse processo, as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis ocupam posição paradoxal: reconhecidas(os) como agentes importantes para a gestão de resíduos sólidos urbanos, mas submetidas(os) à invisibilidade, instabilidade e precariedade, em uma dinâmica de inclusão precária (Martins, 1997).

Esta pesquisa ancora-se na perspectiva da Ecologia Política, que busca compreender os conflitos ambientais como disputas de poder, em diálogo com as lutas de povos e grupos historicamente marginalizados. No contexto latino-americano, essa abordagem se fortalece ao evidenciar como a lógica neoextrativista (Araóz, 2020) aprofunda a colonialidade, transformando a natureza e os sujeitos em recursos a serem explorados e descartados. A cultura do consumo e do descarte, amplificada pelas redes sociais e pela obsolescência planejada, alimenta esse processo, reiterando desigualdades (Bauman, 2008; Han, 2015).

Paralelamente, a Economia Solidária surge como campo de práticas e teorias que propõem formas alternativas de trabalho, produção e vida, baseadas na autogestão, cooperação e valorização dos saberes populares (Singer, 2002; Gaiger, 2007). No caso das catadoras de materiais recicláveis, a cooperativa não é apenas meio de renda, mas espaço de resistência, reconstrução identitária e dignificação do trabalho. É nessa perspectiva que se insere a experiência da Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente – Cooperlix, cuja trajetória expressa tanto os desafios quanto as potencialidades da organização coletiva em torno da gestão de resíduos sólidos urbanos e da afirmação de outras racionalidades econômicas e sociais.

Assim, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão norteadora: *de que modo as mulheres catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix, em suas trajetórias e práticas cotidianas, constroem resistências diante de um modelo de desenvolvimento que as subalterniza?* Parte-se da **hipótese central** de que o desenvolvimento capitalista, marcado por sua racionalidade androcêntrica, relega estruturalmente tanto às mulheres quanto a natureza a uma condição de objeto de exploração. Frente a esse processo, as mulheres catadoras, historicamente invisibilizadas, constroem formas contra-hegemônicas de resistência coletiva, por meio da organização, do trabalho cooperado e da afirmação de seus saberes.

A tese tem como **objetivo geral** analisar o protagonismo das mulheres catadoras da Cooperlix, a partir de suas trajetórias de vida, dos processos de formação da cooperativa e das formas de organização e atuação, buscando compreender como as relações de gênero se manifestam no cotidiano e impactam suas vidas. Como **objetivos específicos**, delimitam-se:

I - Examinar os conflitos ambientais que atravessam a realidade das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix;

II - Investigar o processo de constituição da Cooperlix e a memória social de suas fundadoras;

III - Compreender as histórias de vida das mulheres, valorizando os saberes cotidianos;

IV - Analisar as estratégias de sobrevivência e resistência frente à precarização do trabalho e às desigualdades de gênero.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa e participativa, centrada na escuta das experiências de vida e trabalho das mulheres catadoras. O trabalho de campo envolveu entrevistas semiestruturadas e observação do cotidiano da Cooperlix, entendida como espaço de luta, afeto e construção coletiva. A opção metodológica rompe com visões objetificadoras, reconhecendo as mulheres como colaboradoras fundamentais, cujos saberes alimentam a análise.

Portanto, este estudo se insere no esforço de produzir conhecimento comprometido com a transformação social, alinhada às perspectivas da Ecologia Política latino-americana, da economia solidária e dos saberes situados que emergem dos territórios populares. Ao fazer isso, busca-se também tensionar o próprio fazer geográfico, abrindo espaços para narrativas que partem da base da pirâmide social e que, muitas vezes, são excluídas do debate acadêmico e institucional.

Esta não é uma tese neutra, nem pretende ser. Não parte do lugar da objetividade fria e da distância analítica. Ao contrário, nasce do contato direto com mulheres que ressignificam diariamente aquilo que foi descartado.

Não se busca aqui uma leitura totalizante da realidade, mas uma aproximação crítica e situada, ancorada na Ecologia Política, que permite compreender o espaço geográfico como arena de disputas, desigualdades e resistências. Este trabalho se alinha, assim, a uma produção de conhecimento que não apenas observa o mundo, mas deseja transformá-lo: com, por e a partir de mulheres que o enfrentam todos os dias com coragem. As alternativas existem e estão em curso: estão na prática coletiva, nos vínculos de apoio mútuo, na reafirmação da vida como centro e não como mercadoria.

A Tese de Doutorado apresentada está dividida em quatro capítulos, além da Introdução, Procedimentos Metodológicos e Considerações Parciais.

O capítulo 3 apresenta uma crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista, a partir de uma leitura ambiental e decolonial. Inicialmente, discute-se o caráter androcêntrico do desenvolvimento moderno e suas implicações nos conflitos

ambientais, entendidos como expressão da crise estrutural desse modelo. Em seguida, problematiza-se a noção de subdesenvolvimento como face oculta do desenvolvimentismo, evidenciando a permanência da colonialidade nas relações globais e nacionais.

No quarto capítulo, analisa-se o consumo como elemento central do desenvolvimento capitalista e sua relação direta com a crise ambiental contemporânea. Partindo de um breve contexto histórico da consolidação da sociedade de consumo, distingue-se consumo de consumismo, ressaltando como o capitalismo construiu estratégias permanentes de estímulo à aquisição de mercadorias. Em seguida, discute-se como essa lógica de produção e descarte acelerados gera impactos ambientais, sociais e à saúde, com destaque para o problema dos resíduos sólidos urbanos, cuja gestão deficiente aprofunda desigualdades e evidencia os limites do modelo de desenvolvimento vigente.

O capítulo 5 dedica-se a contextualizar historicamente a trajetória das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, destacando seu papel social, político e ambiental. Inicialmente, apresenta-se a formação dessa categoria, sua organização coletiva e o fortalecimento do movimento nacional, que tem buscado reconhecimento e melhores condições de trabalho. Em seguida, analisa-se como os conflitos ambientais se expressam no cotidiano da catação, evidenciando as tensões decorrentes da precarização estrutural, da inclusão precária, da privatização dos serviços de coleta seletiva e da violência que atravessa a vida desses trabalhadores, especialmente das mulheres.

O capítulo 6 concentra-se na análise da Cooperlix, em Presidente Prudente, evidenciando tanto sua fragilidade institucional quanto sua potência organizativa. Inicialmente, reconstrói-se o processo de formação da cooperativa, ressaltando a memória social e a atuação das mulheres em sua consolidação. Em seguida, discute-se a situação atual, marcada pela permanência de dificuldades estruturais e pela resiliência do grupo, aprofundando-se na caracterização socioeconômica de suas(es) integrantes, a partir de dados levantados em campo. Por fim, examinam-se os conflitos decorrentes da vulnerabilidade das cooperativas frente ao Estado e ao mercado, tomando a experiência da Cooperlix como exemplo concreto das contradições entre reconhecimento formal e precariedade cotidiana.

O capítulo 7 dedica-se ao protagonismo das mulheres catadoras de materiais recicláveis, ressaltando as desigualdades que atravessam suas trajetórias e as formas

de (re)existência que constroem no cotidiano. Inicialmente, aborda-se a presença feminina na reciclagem, marcada pela invisibilidade histórica e pelas lutas por reconhecimento. Em seguida, analisam-se as vozes e trajetórias das mulheres da Cooperlix, evidenciando experiências de vida, resistências e estratégias de sobrevivência. Por fim, discute-se a importância de políticas públicas voltadas à emancipação e ao fortalecimento das cooperativas, situando as mulheres catadoras como sujeitos políticos fundamentais na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Por fim, as Considerações Finais retomam e sintetizam as principais discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa, articulando os resultados obtidos às reflexões teóricas propostas, de modo a consolidar os pressupostos defendidos nesta tese e indicar caminhos para análises e debates futuros.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Perspectiva teórico-conceitual

Para que o desenvolvimento da pesquisa científica ocorra de forma adequada e seja possível atingir os objetivos propostos, é necessário adotar uma série de procedimentos metodológicos que auxiliem na busca por respostas aos questionamentos.

A pesquisa que se apresenta possui caráter analítico e explicativo, pois busca considerar a multiplicidade de faces e implicações atreladas ao objeto de estudo. Severino (2013) argumenta que a pesquisa explicativa não se atém aos registros e análise dos fenômenos pesquisados, mas, sobretudo, se debruça a identificar suas causas. Em sentido de complementariedade, Gil (2002, p. 42) diz que a pesquisa explicativa tem como objetivo central “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas [...]”.

Além do caráter analítico e explicativo, esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, ou seja, que se preocupa com a compreensão e explicação da dinâmica de relações sociais, além de valores, de atitudes, de hábitos, das experiências, e do próprio cotidiano (Minayo, 2011). Por se tratar de uma pesquisa de gênero, de acordo com Haraway (1995), os sujeitos pesquisados não devem ser tratados meramente como objetos de estudo, mas sobretudo como agentes ativos da pesquisa. É fundamental reconhecer a pluralidade das pessoas e de suas trajetórias.

Considerando o ponto de partida da estrutura de pensamento que a tese busca estabelecer, ou seja, das relações impostas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico e seus desdobramentos com a questão da crise ambiental, sobretudo no que se refere aos impactos de geração e descarte de resíduos sólidos e como as mulheres catadoras de materiais recicláveis estão inseridas nesse contexto, esta pesquisa parte de pressupostos defendidos pela Ecologia Política, que de acordo com Souza (2019) é lida potencialmente com todos os processos de transformação material da natureza, bem como a produção de discursos sobre ela e seus usos, buscando evidenciar as relações de poder que permeiam esses processos, incluindo os agentes envolvidos, seus interesses, as classes e grupos sociais em disputa e,

consequentemente, os conflitos gerados, situados em contextos histórico-geográficos e culturais concretos e específicos.

Para Leff (2021), a Ecologia Política se caracteriza fundamentalmente por analisar as relações de poder que atravessam e tensionam os processos bioculturais, socioambientais e tecnoeconômicos, sendo que essa articulação é responsável pela definição de sua identidade teórica e prática. Nesse sentido, a politização da ecologia expressa as lutas por poder e as estratégias de reapropriação da natureza, revelando disputas em torno dos sentidos, usos e controle dos bens naturais.

A Ecologia Política não se trata de um modelo teórico abstrato e rígido que busca enquadrar os objetos de pesquisa em uma estrutura inflexível, desconsiderando as especificidades locais, regionais e nacionais. Ao contrário, essa abordagem incorpora de forma criativa e relacional os aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais, permitindo a compreensão das múltiplas dimensões que conformam as realidades socioambientais (Miranda, 2013).

Ao analisar criticamente as relações de poder que perpassam os conflitos ambientais, a Ecologia Política é capaz de oferecer um arcabouço teórico relevante para compreender a atuação de catadoras(es) de materiais recicláveis na sociedade. Longe de serem apenas agentes da cadeia de reciclagem, as(os) catadoras(es) estão inseridas(os) em um contexto marcado por desigualdades sociais, inclusão econômica precária e disputas sobre os usos e significados da natureza e resíduos.

Nesse sentido, a reciclagem não pode ser vista apenas como uma prática técnica ou ambientalmente correta, mas como um campo de tensão política e simbólica. As(os) catadoras(es) protagonizam formas de reapropriação da matéria descartada pelo sistema produtivo, ressignificando os resíduos enquanto recursos e questionando a lógica linear, extrativista e descartável do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Assim, investigar a atuação das(os) catadoras(es) sob a lente da Ecologia Política permite evidenciar os conflitos ambientais, os processos de invisibilização e estigmas que recaem sobre esses sujeitos, bem como suas formas de resistência e organização coletiva. Trata-se, portanto, de reconhecer o trabalho dos catadores não apenas por sua contribuição ambiental, mas, sobretudo, como expressão concreta de lutas por justiça ambiental e dignidade.

Sobre o recorte de gênero, a Ecologia Política, ao problematizar as relações de poder que estruturam os conflitos ambientais, oferece um caminho teórico-

metodológico para compreender a realidade vivida pelas mulheres catadoras de materiais recicláveis. Essas mulheres estão na linha de frente de um trabalho historicamente desvalorizado e invisibilizado, marcado por condições precárias, estigmatização social e reconhecimento formal insuficientes, tanto no que se refere à força de trabalho, quanto como sujeitas políticas.

Sob a perspectiva da Ecologia Política, se torna possível compreender que a luta dessas mulheres vai além da sobrevivência: é uma disputa por visibilidade, reconhecimento e justiça social e ambiental. Ao analisá-las enquanto agentes coletivos, que resistem, se organizam em cooperativas e constroem redes de apoio, se torna evidente a potência transformadora de suas práticas, dentro de um sistema que naturaliza a desigualdade e a exploração.

Svampa (2019) argumenta que vivemos em um contexto de aprofundamento das lógicas de exploração e expropriação, marcada por um padrão de desenvolvimento extrativista que não se limita apenas à natureza, mas também incide sobre os corpos, o tempo e os territórios das populações vulnerabilizadas.

Inspirando-se na perspectiva de Svampa (2019), que propõe uma Ecologia Política dos pobres e dos comuns, esta pesquisa entende as mulheres catadoras de materiais recicláveis como protagonistas contra-hegemônicas de produção e reprodução da vida, articulando práticas de cuidado, solidariedade e resistência.

Diante da contextualização do arcabouço teórico que a tese utiliza, nesta pesquisa adotou-se uma abordagem qualitativa, com ênfase na escuta sensível e na valorização das experiências vividas pelas mulheres catadoras de materiais recicláveis integrantes da Cooperlix. A opção metodológica partiu do entendimento de que essas mulheres não são apenas fontes de informação ou objetos de estudo, mas, sobretudo, sujeitas protagonistas da pesquisa, cujas trajetórias, saberes e resistências se constituem como o núcleo visceral da análise.

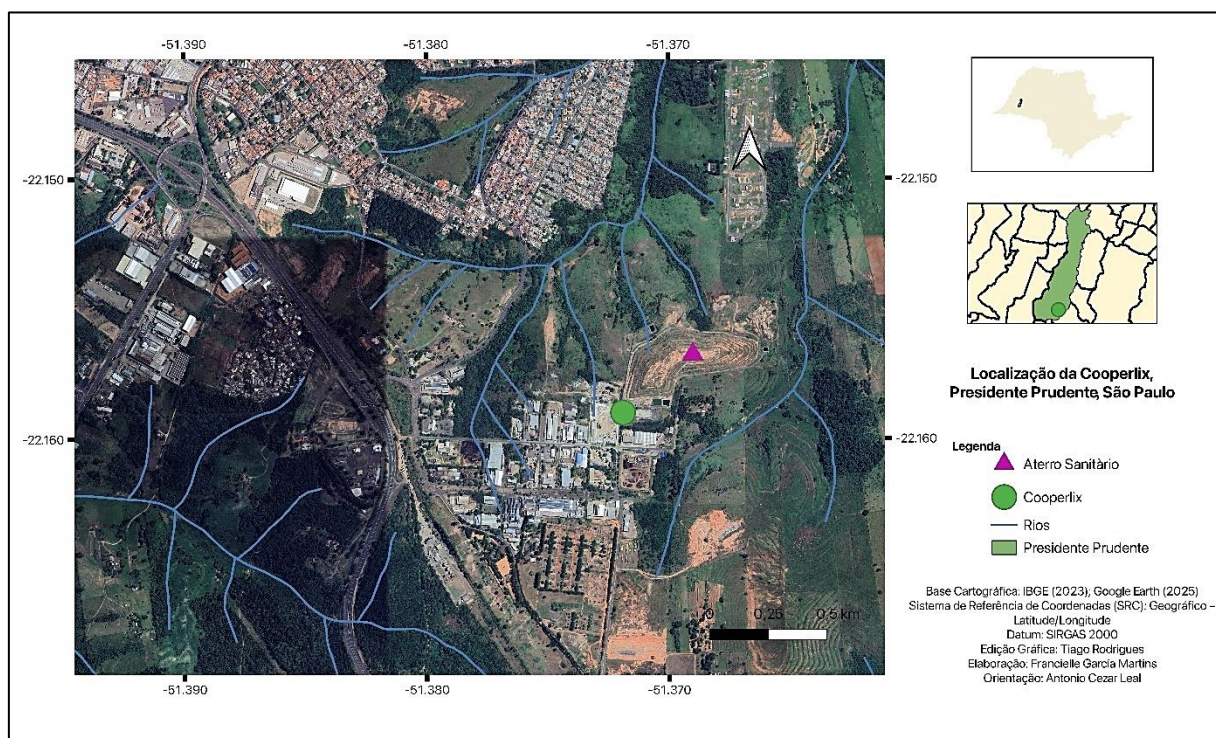
A seguir, apresentam-se as etapas metodológicas adotadas para alcançar os objetivos desta tese.

Delimitação do recorte espacial da pesquisa

O recorte espacial delimitado nesta pesquisa foi a Cooperativa dos Trabalhadores em Produtos Recicláveis - COOPERLIX, de Presidente Prudente - SP.

Fundada em 2003, a cooperativa conta atualmente com setenta integrantes, sendo trinta e sete mulheres e trinta e três homens. Trata-se de uma das cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis com atuação mais longa da região do Oeste Paulista e também uma das que possuem o maior número de trabalhadoras(es) cooperadas(os). A Figura 1 demonstra a localização da Cooperlix.

Figura 1 - Localização da Cooperlix, Presidente Prudente, São Paulo



A escolha deste recorte espacial fundamenta-se, entre outros aspectos, no protagonismo das mulheres catadoras na história da Cooperlix. Desde sua fundação, elas desempenham um papel central na formação, organização e consolidação da cooperativa, assumindo posições de liderança ao longo de sua trajetória.

Cabe destacar, ainda, que o município de Presidente Prudente apresenta um histórico vasto e complexo no que se refere à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Essa trajetória envolve uma série de desdobramentos institucionais, políticos e sociais que serão discutidos ao longo da tese e que impactam, de maneira diversa, a atuação das(os) trabalhadoras(es) da Cooperlix.

Ademais, nos últimos anos a Cooperlix enfrentou dificuldades significativas, especialmente em decorrência do atraso no repasse de recursos por parte da Prefeitura de Presidente Prudente, SP, mesmo havendo contrato firmado para a

remuneração pelos serviços prestados pelas(os) catadoras(es). Essa situação gera instabilidade financeira que afeta diretamente as(os) trabalhadoras(es) e a continuidade das atividades.

Levantamento Bibliográfico

Realizou-se o levantamento bibliográfico com o objetivo de reunir um referencial teórico consistente e articulado, capaz de oferecer uma abordagem crítica e dinâmica sobre a temática proposta. Assim, buscou-se compreender e construir o conhecimento científico necessário à análise da problemática investigada, a partir da leitura e interpretação de diferentes obras e autoras(es) que discutem as principais questões da tese de forma interrelacionada.

O embasamento teórico foi construído a partir de contribuições que tratam dos seguintes eixos temáticos: o modelo de desenvolvimento econômico pautado no consumo e na acumulação; a geração de resíduos sólidos e seus impactos socioambientais; as formas de organização do trabalho de catadoras(es) de materiais recicláveis; a questão de gênero e as estratégias de resistência das mulheres catadoras de materiais recicláveis, entre outros temas correlatos.

Para tanto, foram consultadas e analisadas obras de diferentes naturezas acadêmicas, incluindo livros, artigos científicos, dissertações, teses e monografias, com o intuito de garantir uma base teórica abrangente, atualizada e interdisciplinar.

Pesquisa e análise documental

Outro procedimento metodológico adotado nesta pesquisa foi a análise documental, com foco em legislações, plano e documentos institucionais que abordam aspectos relacionados ao amparo legal das cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis. A análise incluiu documentos nos âmbitos federal, estadual e municipal, com o intuito de compreender o marco normativo que orienta, regulamente e impacta a atuação dessas organizações.

Além destes, foram consultados sítios virtuais de veículos de mídia com o objetivo de identificar e analisar notícias relevantes, sobretudo aquelas relacionadas à Cooperlix, buscando compreender como a cooperativa tem sido representada publicamente e quais temas têm ganhado visibilidade na imprensa local.

Trabalhos de campo

O trabalho de campo é uma prática essencial para a(o) geógrafa(o), constituindo-se como um exercício de observação, escuta e análise direta da realidade. Segundo Oliveira (1996), trata-se de uma atividade que envolve três dimensões fundamentais: o olhar, a escuta e a escrita. Ou seja, é necessário estar atento aos múltiplos detalhes que envolvem o objeto de investigação, construindo o conhecimento a partir da experiência vivida no espaço analisado.

Suertegaray (2005) aprofunda essa reflexão ao afirmar que a pesquisa de campo, enquanto prática explicativa e transformadora, permite que a Geografia “grafe” o território, ou seja, inscreva nele significados produzidos em diálogo com outros sujeitos sociais. Nesse processo, a(o) geógrafa(o) interpreta a realidade do outro a partir de seu engajamento na pesquisa, reconhecendo que sua construção teórica está imersa em suas próprias práticas sociais.

Na pesquisa de campo como ação de explicação e transformação, a necessidade de campo é pensada com vistas a sua transformação. A geografia, neste caso, exerce uma ação de grafar o território. Constrói novas territorialidades juntamente com outros segmentos sociais. A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais (Suertegaray, 2005, p. 30).

Nesse sentido, Paula (2020) chama a atenção para os riscos de uma postura engessada diante do campo, que busque apenas confirmar hipóteses previamente concebidas. Para a autora, quando a(o) pesquisadora(o) se posiciona de forma rígida, sem abertura ao inesperado, corre o risco de comprometer a riqueza da experiência de campo e de limitar o diálogo com os sujeitos envolvidos na pesquisa, podendo até mesmo gerar constrangimentos. Assim, é fundamental compreender o campo como um espaço de aprendizado contínuo, em que as realidades vivenciadas contribuem diretamente para a complexificação e o amadurecimento da investigação.

Marcos (2011) destaca a importância de se estar atenta(o) ao imponderável, assumindo uma postura aberta e sensível ao que se revelar durante o processo, especialmente àquilo que não estava previsto ou claramente formulado nas etapas iniciais da pesquisa.

No presente estudo, os trabalhos de campo foram realizados na Cooperlix, no município de Presidente Prudente – SP, em diferentes momentos ao longo da pesquisa.

Os contatos com as lideranças da Cooperlix foram realizados previamente, a fim de não interferir na dinâmica cotidiana de trabalho. As visitas foram agendadas e contaram com o acolhimento da equipe gestora da cooperativa. Em um primeiro momento, houve a apresentação da pesquisadora, seguida da exposição dos objetivos da pesquisa. Chegou-se a sugerir a realização de um encontro coletivo para a apresentação do estudo a todas as catadoras da Cooperlix. No entanto, essa proposta foi inviabilizada por comprometer o andamento das atividades coletivas. Diante disso, a apresentação da pesquisa foi realizada individualmente, para cada mulher que se dispôs a participar das entrevistas.

A reflexão proposta por Paula (2020) foi fundamental para o bom desenvolvimento das visitas à Cooperlix e para a condução das entrevistas. Manter-se aberta ao novo, ao inesperado e aos aprendizados emergentes foi essencial para compreender mais profundamente as dinâmicas de trabalho na cooperativa e para escutar, com atenção e sensibilidade, cada uma das mulheres entrevistadas. Além disso, o diálogo com todos os integrantes da Cooperlix, para o levantamento de dados socioeconômicos, representou uma valiosa oportunidade de escuta, ampliando o olhar para além das mulheres, foco principal deste trabalho, e permitindo captar outros aspectos importante da realidade investigada.

Aplicação de questionários fechados

Além das entrevistas semi-estruturadas, foi elaborado e aplicado um questionário de caráter socioeconômico, com o objetivo de traçar um panorama geral do perfil das(os) cooperadas(os) da Cooperlix. A aplicação ocorreu no dia 05 de dezembro de 2024, com todas(os) integrantes presentes na Cooperlix nesta data. Ao todo, foram aplicados os questionários a 31 homens e 31 mulheres. Na ocasião, a cooperativa contava com 70 integrantes. No entanto, quatro mulheres estavam afastadas por motivos de saúde, dois guardas atuavam no turno oposto ao da aplicação do questionário, o que impossibilitou suas participações, uma trabalhadora faltou no dia e houve uma recusa em participar.

É importante destacar que a aplicação dos questionários fechados contou com o apoio de um colaborador da pesquisa, que auxiliou diretamente a pesquisadora. Enquanto um realizava a aplicação dos questionários, o outro conduzia as entrevistas individuais. Durante o processo de aplicação dos questionários, também foi feita uma triagem das mulheres interessadas em participar das entrevistas, o que contribuiu para a organização e fluidez da etapa de coleta de dados.

O questionário foi estruturado com perguntas fechadas, de respostas diretas, abordando as seguintes variáveis: sexo, cor/etnia, idade, naturalidade, nível de escolaridade, tempo de atuação como catador(a) de materiais recicláveis, se o trabalho na cooperativa representa a principal fonte de renda da família, se há dependência exclusiva dessa renda no núcleo familiar e se a(o) cooperada(o) tem intenção de buscar outro tipo de trabalho.

A escolha por esse instrumento teve como objetivo complementar os dados qualitativos produzidos nas entrevistas, possibilitando uma caracterização mais abrangente e sistemática do coletivo de trabalhadoras(es). A partir das respostas obtidas, foram organizados gráficos e cruzamentos estatísticos simples que forneceram subsídios para diversas análises presentes ao longo do trabalho. Esses dados permitiram observar, por exemplo, a distribuição de gênero e raça/etnia no interior da cooperativa, os níveis de escolarização, o tempo médio de permanência no trabalho e percepção sobre estabilidade e expectativas futuras. Portanto, o questionário contribuiu para ampliar a compreensão da realidade investigada, articulando aspectos quantitativos e qualitativos de forma integrada.

Entrevistas semiestruturadas

Em articulação com os trabalhos de campo, visando equilibrar teoria e empiria para uma compreensão mais aprofundada da realidade, optou-se pelo uso de entrevistas como um instrumento metodológico. Conforme definem Colognese; Mélo (1998, p. 143) a entrevista consiste em:

[...] um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado. Enquanto técnica de obtenção de informações, trata-se de uma conversa interessada, orientada pelo entrevistador para fins de pesquisa, pela qual objetiva-se apreender informações sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados, tanto quanto possível, em seu estado dado, objetivo. Quer dizer, com a entrevista busca-se recolher certas informações concernentes a um objeto específico. Entrevista-se porque acredita que o entrevistado detém

informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões.

Contudo, é necessário reconhecer que não existem informações “puras”, desvinculadas de influências externas, seja do próprio pesquisador, do ambiente ou das relações estabelecidas no campo. Nesse sentido, manter uma postura crítica diante das informações obtidas é fundamental para assegurar a qualidade e a coerência do processo investigativo (Colognese; Mélo, 1998).

Para esta pesquisa, adotou-se a entrevista semiestruturada, modalidade que combina um roteiro prévio com liberdade de adaptação durante a conversa, permitindo maior profundidade e espontaneidade nas respostas. Triviños (1987) destaca que esse tipo de entrevista favorece a escuta ativa, proporcionando ao entrevistado um espaço de liberdade para se expressar conforme considerar mais adequado, enriquecendo a investigação com dados mais complexos e significativos.

Outro aspecto importante quando se opta pela entrevista como técnica metodológica é a atenção ao contexto em que ela ocorre. A observação do ambiente e da dinâmica social em que a entrevista se insere oferece elementos relevantes para a interpretação dos dados (Colognese; Mélo, 1998). Por isso, durante todo o processo, foram elaborados relatórios de campo, com registros das características gerais dos espaços e situações observadas.

As entrevistas com as mulheres catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix foram realizadas nos dias 03, 05 e 17 de dezembro de 2024 e uma última entrevista, no dia 30 de julho de 2025. Dois roteiros distintos foram elaborados: um voltado à presidente da Cooperlix e outro às demais catadoras, ambos estão nos apêndices dessa tese.

O roteiro geral foca especialmente nas vivências individuais e familiares, nos percursos de inserção no trabalho como catadora, na rotina cotidiana e na percepção sobre o significado do trabalho desenvolvido. Ele busca compreender as condições de vida das cooperadas, as dinâmicas de trabalho e cuidado e os sentidos atribuídos à cooperativa em suas vidas. Já o roteiro para a presidenta da Cooperlix, embora mantenha perguntas semelhantes, aprofunda aspectos relacionados à gestão, representação política e relações institucionais da cooperativa.

A elaboração de dois roteiros de entrevistas permitiu adaptar a escuta aos diferentes papéis desempenhado pelas mulheres na cooperativa, respeitando suas trajetórias, responsabilidades e experiências.

O principal objetivo das entrevistas foi o aprofundamento das histórias de vida (individuais e coletivas) dessas mulheres. Os relatos, marcados por diferentes vivências, carregaram também forte carga emocional. Para garantir um ambiente de acolhimento, as entrevistas foram realizadas em local reservado dentro da própria cooperativa, com privacidade e conforto, permitindo que as mulheres se sentissem à vontade para se expressar livremente.

Importante salientar que esse processo ocorreu durante o expediente de trabalho. As mulheres que aceitaram participar das entrevistas, interromperam momentaneamente suas atividades para conversar com a pesquisadora, de forma espontânea, sem qualquer tipo de pressão ou interferência para apressar ou restringir as falas. No início de cada entrevista, os objetivos da pesquisa foram apresentados individualmente, reforçando o caráter voluntário da participação.

Cabe destacar ainda que a escolha metodológica desta pesquisa se concentrou exclusivamente nas entrevistas com as mulheres catadoras da Cooperlix. Deliberadamente, não se buscou ouvir outros atores institucionais. Essa decisão teve como objetivo assegurar que as vozes das catadoras não fossem diluídas em contrapontos externos, mas reconhecidas em sua centralidade. Ao priorizar suas experiências, buscou-se valorizar os saberes construídos no cotidiano e evidenciar as formas de resistência e organização elaboradas por elas próprias, sem a mediação de discursos hegemônicos que, em geral, já ocupam maior espaço nas arenas públicas e acadêmicas.

Para maior detalhamento, as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e todas as entrevistadas autorizaram a gravação, por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Foi esclarecido que todas as informações e depoimentos prestados estavam sob absoluto sigilo.

Para preservar a identidade das(os) entrevistadas(os), faz-se opção pelo emprego de pseudônimos e foram escolhidos nomes de grandes mulheres brasileiras e internacionais. Fragmentos das entrevistas considerados importantes para o enriquecimento da pesquisa, estarão presentes no decorrer do texto, seguida com a identificação fictícia da entrevistada. Com isso, objetiva-se tornar a análise mais dinâmica, dando voz ativa aos sujeitos envolvidos no processo da pesquisa. O Quadro 1 apresenta as informações gerais das entrevistadas.

Quadro 1 - Entrevistas realizadas junto às catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix, Presidente Prudente - SP

Nº	Identificação ¹	Idade	Nível de Escolaridade	Cor/Etnia ²	Naturalidade	Tempo de trabalho como catadora de materiais recicláveis	Data da Entrevista
1	Conceição ³	66	5º ano - Fundamental Incompleto	Branca	Presidente Prudente - SP	22 anos	03/12/2024
2	Benedita	57	5º ano - Fundamental Incompleto	Preta	Presidente Prudente - SP	10 anos	05/12/2024
3	Bell	66	6º ano - Fundamental Incompleto	Parda	Presidente Prudente - SP	21 anos	05/12/2024
4	Carolina	69	3º ano - Fundamental Incompleto	Preta	Presidente Epitácio - SP	15 anos	05/12/2024
5	Djamila	38	2º ano - Ensino Médio Incompleto	Parda	Presidente Prudente - SP	17 anos	05/12/2024
6	Lélia	61	7º ano - Fundamental Incompleto	Preta	Presidente Bernardes - SP	23 anos	05/12/2024
7	Sueli	46	Ensino Médio Completo	Parda	Recife - PE	5 meses	17/12/2024
8	Angela	21	1º ano - Ensino Médio Incompleto	Parda	Presidente Prudente - SP	3 anos	17/12/2024
9	Cora	56	Ensino Fundamental Completo	Preta	Presidente Prudente - SP	20 anos	17/12/2024

¹ Todos os nomes das participantes da pesquisa são fictícios.

² Nesta pesquisa, a variável raça/etnia foi definida a partir do princípio da autodeclaração, conforme diretriz adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assegurando que cada participante se identificasse segundo sua própria percepção.

³ Conceição atua como presidenta da Cooperlix.

11	Simone	36	Ensino Médio Completo	Preta	Presidente Prudente - SP	6 anos	17/12/2024
12	Esperança	58	Ensino Fundamental Incompleto	Preta	Presidente Bernardes - SP	23 anos	30/07/2025

Fonte: Trabalho de Campo, 2024. Elaboração: MARTINS, F. G.

3. CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: UMA LEITURA AMBIENTAL

Este capítulo propõe uma análise integrada das múltiplas dimensões que envolvem o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico vigente e nos efeitos da lógica de exploração intensiva da natureza. Examina-se, ainda, a ideologia de consumo que sustenta e dinamiza essa engrenagem sistêmica, bem como os desdobramentos socioambientais desse processo, especialmente no que se refere à geração e descarte de resíduos sólidos. A partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, o capítulo busca evidenciar como tais elementos se articulam na constituição de uma crise, que atinge profundamente as relações entre sociedade e natureza.

3.1 Crítica ao desenvolvimento androcêntrico

A sociedade, como é concebida hoje, passou por um longo processo de mudanças. Ainda que, atualmente, o sistema capitalista se imponha e seja predominante, até mesmo definindo os rumos da humanidade, ele não esteve presente em todo o tempo histórico.

Mendonça (2005) argumenta que diversas sociedades da pré-história demonstravam avanço tanto sociais quanto tecnológicos, possuindo estruturas sociais complexas e mantendo uma relação mais harmoniosa com a natureza. Esta era a cultura denominada como matrística, constituída por “[...] povos tradicionalmente conhecidos como pré-históricos ou aqueles que vivem ainda hoje dentro de um sistema tribal, de pensamento cooperativo, livre de diferenças hierárquicas” (Mendonça, 2005, p. 57). A autora enfatiza ainda que, na cultura matrística, as interações humanas eram pautadas no cooperativismo; a diferenciação de gênero era inexistente; o acaso e o inesperado eram reconhecidos como parte integrante da existência e a abordagem de pensamento era sistêmica, apreciava-se o contraditório, a multiplicidade de ideias e perspectivas.

Esta seria, então, a estrutura de sociedade mais próxima a uma relação harmoniosa com a natureza. Porém, houve uma mudança estrutural significativa que resultou em novos tipos de relações no interior das sociedades e destas com a natureza. A sociedade patriarcal emergiu em substituição à sociedade matrística,

marcando uma transição em que a tecnologia, anteriormente empregada sobretudo na produção agrícola e no desenvolvimento de artefatos, começa a ser utilizada na produção de armamentos. Com o avanço do tempo, essas sociedades desenvolveram o desejo de dominar a natureza e outros povos, levando à formação dos impérios. Esse modelo de sociedade patriarcal disseminou-se globalmente e se constituiu como a raiz dos problemas ambientais enfrentados na contemporaneidade (Mendonça, 2005).

Com o avanço da sociedade patriarcal, houve a consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico pautado na lógica de exploração. A maneira como as teorias e práticas do desenvolvimento tem sido historicamente centrada nos homens, negligencia, subestima os papéis, necessidades e contribuições das mulheres. Assim, Barragán, Lang, Chávez, Santilla (2016), adotam o termo “desenvolvimento androcêntrico”, denotando uma crítica realizada por estudos de gênero ao desenvolvimento econômico que está posto.

O androcentrismo, em uma perspectiva de análise ampla, se baseia na centralidade do homem, ou no masculino, em relação aos pensamentos, análises e práticas, considerando-a como universal, relegando ao feminino e à própria natureza uma posição periférica e secundária, sobretudo a partir de uma lógica baseada na exploração.

Isso implica em políticas, programas e pesquisas que assumem as experiências, necessidades e interesses dos homens como representativos de toda a sociedade, sem reconhecer as diferenças significativas na forma como homens e mulheres convivem com a pobreza, acesso aos recursos, a participação política e econômica, entre outros aspectos, perpetuando desigualdades de gênero. Uma série de desafios são colocados às mulheres diante do desenvolvimento androcêntrico, como, por exemplo, as jornadas de trabalho mais longas e a divisão sexual do trabalho (Barragán, Lang, Chávez, Santilla, 2016).

Charlier e Ryckmans (2003) chamam atenção para o fato de que as políticas de desenvolvimento, sob a perspectiva de análise feminista, demonstram que, via de regra, mulheres possuem menor acesso aos direitos, diferentemente dos homens, que possuem o poder de decisão de como recursos serão empregados. A partir dessa dinâmica, homens e mulheres são colocados em perspectivas diferentes diante das estratégias de desenvolvimento. Assim, projetos e políticas de desenvolvimento fracassaram, tendo uma das causas a ausência de equidade.

Para compreender essa dinâmica, basta observar os dados sobre a participação feminina na política, área fundamental para a tomada de decisões relacionadas à alocação de recursos e à formulação de políticas de desenvolvimento. O Relatório Anual de Mulheres no Parlamento, da Organização das Nações Unidas - ONU (2023), aponta avanços na presença de mulheres em cargos políticos, embora a desigualdade em relação aos homens ainda seja expressiva. Além disso, os homens seguem predominantes em postos de maior poder e influência, especialmente nas áreas de economia, defesa e energia. Segundo o relatório, em 2023, apenas 11,3% dos países eram liderados por mulheres, o equivalente a 17 dos 151 analisados. A discrepância torna-se ainda mais evidente quando se observam imagens oficiais de encontros entre chefes de Estado, nas quais a presença masculina é amplamente majoritária.

Essa sub-representação das mulheres nos espaços de poder, especialmente na política, não é um dado isolado, mas expressão de um modelo de desenvolvimento estruturado a partir de uma lógica androcêntrica. Tal modelo, como destaca Shiva (2001), é herdeiro de uma racionalidade ocidental patriarcal que estabelece relações de dominação tanto sobre as mulheres quanto sobre a natureza. Assim, torna-se fundamental realizar uma leitura crítica do desenvolvimento hegemônico, compreendendo-o não como neutro ou universal, mas como uma estratégia histórica de colonização e controle, que marginaliza experiências, saberes e formas de vida que escapam à norma masculina e ocidental.

Em convergência com esse pensamento, embora sem utilizar diretamente o termo “androcêntrico”, Ceceña (2013) argumenta que o conceito de desenvolvimento ocupa o centro da compreensão de mundo na sociedade contemporânea, se baseando no domínio da natureza pelo homem e do domínio do homem pelo homem. De acordo com a autora, “o desenvolvimento orienta o modo de abordagem da natureza, de acordo com o momento e acontecimentos históricos que hoje é urgente transformar: a visão moderno capitalista”⁴ (Ceceña, 2013, p. 103, tradução nossa).

Nessa mesma direção, Porto-Gonçalves (2006) reflete sobre o desenvolvimento como uma forma de dominação da natureza, marcada pelo afastamento entre sociedade e natureza. Esse distanciamento se dá por meio da consolidação de estruturas urbanas e industriais que rompem com o orgânico e se

⁴El desarrollo orienta el modo de dirigirse a la naturaleza de acuerdo con un momento y circunstancia históricos que hoy es urgente transformar: la visión moderna capitalista (CECEÑA, 2013, p. 103).

aproximam do artificial, intensificando a separação entre o humano e os ciclos naturais.

[...] ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. As críticas que se limitam a atacar as desigualdades do desenvolvimento contribuem para fomentá-lo, pois, parte-se do pressuposto, que a medida para a superação da desigualdade, da miséria, se dá a partir de mais desenvolvimento, engendrando a concepção de progresso (Porto-Gonçalves, 2006, p. 62, grifos do autor).

Porto-Gonçalves (2006) toca aqui em um ponto fundamental do pensamento desenvolvimentista: a ideia de que a mitigação das desigualdades só seria possível mediante a aplicação do mesmo modelo de desenvolvimento para toda a humanidade, o que implica, por sua vez, um afastamento progressivo da natureza e consequentemente a homogeneização do espaço geográfico.

Porém, o desenvolvimento sintetiza as lógicas do capitalismo, que tem na acumulação de capital seu objetivo principal, com a intenção de ampliá-la e não de redistribuí-la, o que torna o crescimento econômico capitalista estruturalmente desigual (Santos, 1984).

Nesse sentido, Amin e Houtart (2003, p. 359-360) argumentam:

Não somente há identificação entre crescimento (definido pelas normas de acumulação capitalista) e desenvolvimento, mas o conjunto dos valores coletivos é submetido a uma racionalidade instrumental determinada pelos objetivos do mercado. Ora, o capitalismo mundializado realmente existente é por natureza polarizador, tornando vã, por isso mesmo, toda esperança de um dia ver suas “periferias” equipararem seus “centros”. Nessas condições, o desenvolvimento é confrontado com o duplo desafio ao mesmo tempo de desenvolver as forças produtivas (“equiparar”, em parte pelo menos) e “fazer outra coisa” (sair das lógicas escritas do capitalismo).

Nos deparamos então com um paradoxo: como estender o modelo de desenvolvimento à sociedade global se o próprio capitalismo é baseado na acumulação e, portanto, na produção de desigualdades? Além disso, é necessário considerar a pluralidade da própria humanidade. Nessa direção, Porto-Gonçalves (2006, p. 64, grifos do autor) reflete:

Todos parecem ter direito ao desenvolvimento que, assim, de uma opção, torna-se uma imposição. Já não estaria aqui a imposição de um pensamento único? Aqui se confundem duas questões diferentes com consequências graves para a superação dos problemas contemporâneos, entre eles, o desafio ambiental: a ideia de igualdade parece só poder ser contemplada com o desenvolvimento – todos temos direito à igualdade – sem que nos

indaguemos acerca dos *diferentes modos de sermos iguais*, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam.

É importante salientar que o objetivo não é substituir a concepção de progresso por uma ideia de regressão, trocando uma simplificação por outra igualmente limitada. O que se propõe é uma abordagem do desenvolvimento sob uma ótica mais complexa e crítica. Isso implica romper com a noção de um progresso linear, seguro e irreversível, para abraçar a ideia de um desenvolvimento incerto, aberto a desvios e múltiplas trajetórias, que não segue um único caminho previamente traçado. Trata-se de um conceito que, atualmente, atravessa crises em diferentes escalas e espaços, impactando diretamente a sociedade global, especialmente no que se refere às questões ambientais (MORIN, 2010).

Como ressalta Porto-Gonçalves (2006, p. 51, grifos do autor):

[...] o período atual, de globalização neoliberal, difere de outros períodos que lhe antecederam pela especificidade do desafio ambiental que lhe acompanha e que, também, constitui. Afinal, até os anos de 1960, a *dominação da natureza* não era uma questão e, sim, uma solução – o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a *questão ambiental*.

O momento atual é marcado por profundas contradições. A sociedade vive imersa em um sistema em que a globalização neoliberal predomina e mantém a exploração massiva da natureza, ao mesmo tempo em que incorpora o discurso da sustentabilidade como suposta “saída” para os problemas ambientais. Embora as questões ambientais estejam sendo debatidas como nunca antes, a destruição da natureza ocorre em ritmo acelerado e sem trégua.

Uma das bases do capitalismo está na dominação da natureza e da vida humana, configurando uma dinâmica de subjugação (Santana, 2022). Conforme destaca Porto-Gonçalves (2012), embora a natureza subjugada forneça recursos ao seu dominador, ela sofre intensamente sob o impacto do estilo de vida ocidental, pautado no consumo desenfreado. Esse fenômeno é caracterizado pelo autor como uma “negação do outro”, que revela como o ato de dominação é acompanhado de desrespeito, afetando tanto a grupos sociais específicos, quanto a própria natureza. Assim, compreende-se que esse modelo de dominação centrado no humano, tem suas raízes na Europa e se constitui em um de seus pilares fundamentais.

Esse processo de dominação e exploração da natureza atinge hoje uma escala tão profunda que se torna necessário nomear uma nova era. Para autores como Araóz

(2020), não se trata de uma crise causada pela humanidade em geral, como sugerido pelo termo Antropoceno, mas de uma crise provocada por um sistema específico: o capitalismo moderno, colonial e extrativista. Assim, propõe-se o conceito de Capitaloceno. De acordo com Araóz (2020, p. 33):

A febre extrativista, a enorme mobilização desde então desatada – do carvão, do ouro, da prata e do mercúrio, passando pelo ferro, pelo chumbo e pelos hidrocarbonetos, para logo chegar ao urânio, ao plutônio, às terras raras e, de novo, ao ouro –, foi crucial e determinante na configuração desse ponto do umbral (in)civilizatório, esse evento-limite, na história e da história, que chamamos de Capitaloceno.

Essa nova era é marcada não apenas pelo colapso climático e pela escassez de recursos, mas por um tipo de alienação profunda da espécie humana em relação à Terra. Araóz (2020, p. 34) descreve esse processo como a “mineralização do que é humano”, destacando que o Capitaloceno representa o momento em que a espécie mais poderosa, dotada das mais sublimes capacidades da matéria viva, perde suas raízes, seu rumo e se torna a maior ameaça à vida no planeta.

O conceito de Capitaloceno, portanto, aprofunda a compreensão da crise ambiental como expressão do colapso civilizatório. Ele desloca a análise para além das emissões de carbono ou da degradação visível, e aponta para a dimensão estrutural e histórica da lógica desenvolvimentista.

Essa perspectiva é aprofundada por Ceceña (2013), ao destacar como a lógica produtiva hegemônica do capitalismo global não apenas intensifica a exploração material da natureza, mas também opera com base em uma racionalidade financeira fictícia, ainda mais insaciável. Segundo a autora:

A lógica produtiva planetária, a hegemônica (embora não única), do capitalismo, coloca em seu centro um mercado mundial voraz e imparável, cujos critérios para a satisfação de demandas materiais concretas deslizaram em direção ao financeiro, produzindo figuras como os “mercados do futuro”, que por definição são insaciáveis. A necessidade de abastecimento do mercado mundial, então, supera qualquer quantia real possível para entrar em uma lógica de valores fictícios, potenciais, exorbitantes, que culminam em uma corrida desenfreada na qual o saque da natureza é o principal suporte⁵ (Ceceña, 2013, p. 110, tradução nossa).

⁵La lógica productiva planetaria, la hegemónica (aunque no única), la del capitalismo, coloca en el centro a un voraz e imparable mercado mundial cuyos criterios de satisfacción de demanda material concreta se han deslizado hacia los financieros, produciendo figuras como los “mercados a futuro” que por definición son insaciables. La necesidad de abastecimiento del mercado mundial entonces rebasa cualquier monto real posible para entrar en una lógica de montos ficticios, potenciales, desmedidos, que llevan a una carrera imparable en la que el saqueo de la naturaleza es el principal soporte. (Ceceña, 2013, p. 103).

Um exemplo prático de como esse modelo de dominação se perpetua está na utilização naturalizada do termo “recursos naturais”, amplamente difundido, inclusive na comunidade científica. Essa expressão revela uma forma de conceber a natureza já profundamente entranhada nas mentes, práticas e vocabulários. Tratar a natureza unicamente como recurso significa submetê-la a uma lógica utilitarista e hierárquica, que a reduz a um instrumento a serviço das necessidades humanas. É preciso, portanto, descolonizar esse pensamento e romper com a lógica de poder que sustenta a relação homem versus natureza, na qual a última é colocada como solução para os problemas da humanidade (Ceceña, 2013).

Ceceña (2013) argumenta que o sistema capitalista vem se consolidando por meio de ações predatórias, que intensificam as desigualdades sociais e aceleram a extinção de várias espécies da Terra. Esse cenário coloca em xeque o discurso de progresso e bem-estar propagado pela lógica desenvolvimentista, ameaçando não apenas variadas formas de vida, mas também a própria continuidade do capitalismo, uma vez que este depende da exploração incessante da natureza. A autora enfatiza que, diante da realidade moderna do capitalismo, as análises realizadas por estudiosos não encontram saídas viáveis dentro dos próprios limites do sistema, caracterizando, assim, uma crise de ordem paradigmática.

A crise é complexa porque está entranhada nos costumes, valores e hábitos da sociedade capitalista. Por isso, o capitalismo não se configura apenas como um modo de produção, mas como uma forma de entendimento da realidade. Trata-se de uma organização social sofisticada e complexa, que se sustenta por meio de artimanhas sutis, impostas com naturalidade e revestidas de lógica. Assim, consolida-se a ideia de que não há alternativa possível: apenas o capitalismo seria capaz de contemplar o suposto nível de evolução alcançado pela humanidade.

Essa lógica transforma a relação com a natureza em uma relação predatória, especialmente com o advento de técnicas e tecnologias dominadas pela humanidade (Ceceña, 2013).

Se a virtude da modernidade se centrava na luta pela quebra da submissão do humano frente a outras forças, tudo indica que ela avançou e a constituiu como sujeito primordial, único, que deve, portanto, projetar o mundo ao seu capricho ou interesse e sujeitar todas as forças naturais ao seu domínio. Os excessos de personalidade ou protagonismo do ser humano chegam à audácia de querer direcionar o comportamento da natureza, estabelecendo assim o nível mais profundo das relações de poder: as relações de classe, de

gênero, de cultura ou etnia se somam às relações de poder entre as espécies, impulsionadas pela espécie humana⁶ (Ceceña, 2013, p. 98. Tradução nossa).

Além desses aspectos, Porto-Gonçalves (2006, p. 57) adverte:

A permanecer a lógica capitalista subjacente ao padrão de poder mundial, os riscos ambientais inerentes a esse sistema-mundo moderno-colonial continuarão a colocar a vida do planeta e a de cada um em perigo. E isso não somente pelas razões estritamente ecológicas tão bem apregoadas, mas, sobretudo, pelo caráter de tensão militar permanente que implica um mundo tão desigual, e que para se manter exige a apropriação de recursos que estão em todo mundo para satisfazer não mais que 20% a 25% da população mundial.

Diante do exposto, é possível compreender que o modelo de desenvolvimento predominante, forjado sob a lógica patriarcal, capitalista e androcêntrica, produz e reproduz desigualdades estruturais, sendo elas sociais, ambientais, de gênero, de raça e de classe. Mais do que um sistema econômico, trata-se de um projeto civilizatório que se impõe como único e inevitável, naturalizando relações de poder que colocam o humano, sobretudo o homem ocidental, no centro de todas as decisões.

Essa forma de organizar o mundo, no entanto, encontra-se em crise. Os impactos socioambientais, a destruição acelerada dos ecossistemas, o estrangulamento da natureza e a violência contra os corpos e territórios historicamente subalternizados são sintomas dessa falência paradigmática. Como apontam diversas(os) autoras(es) críticas(os), não há saída viável dentro dos marcos da racionalidade capitalista e desenvolvimentista.

Desse contexto resultam múltiplos conflitos ambientais, que escancaram as contradições do modelo desenvolvimentista e revelam a face violenta de sua manutenção. É nesse cenário que se insere o próximo subcapítulo desta tese, dedicado à análise dos conflitos ambientais como expressão da crise do desenvolvimento e da disputa por justiça territorial e ambiental.

⁶Si la virtud de la modernidad se centraba en la lucha por romper el sometimiento de lo humano frente a otras fuerzas, todo indica que ha seguido de largo y lo constituye como sujeto primordial, único, que por tanto debe diseñar el mundo a su antojo o interés y someter todas las fuerzas naturales a su dominio. Los excesos de personalidad o protagonismo de lo humano llegan al atrevimiento de querer dirigir el comportamiento de la naturaleza estableciendo así el nivel más profundo de las relaciones de poder: a las relaciones de clase, de género y de cultura o etnia se suman las relaciones de poder entre especies, impulsadas por la especie humana. (Ceceña, 2013, p. 98).

Nesse contexto, os conflitos ambientais, de acordo com Santana (2022), se fundamentam em uma profunda dimensão territorial. Compreendê-los exige, portanto, a identificação e a análise das dinâmicas socioespaciais e econômicas que atravessam os territórios. É por meio dessa leitura que se torna possível apreender os interesses, as disputas e os distintos modos de apropriação da natureza, por vezes divergentes, por vezes complementares, assumidos pelos diferentes agentes e grupos sociais.

A América Latina se destaca nesse cenário de disseminação de conflitos. Segundo Santana (2022, p. 58), “[...] os conflitos nos territórios são largamente disseminados, muito em virtude do modo como a região, secularmente, se insere no eixo de produção global, ou seja, como periferia exportadora de gêneros primários”. Isso evidencia que os conflitos não são apenas ambientais, mas territoriais, históricos e estruturais.

Baldassarini (2021) reforça esse diagnóstico ao afirmar que a origem desses conflitos reside em uma crise ecológica profunda atrelada à lógica de produção e reprodução capitalista, baseada na exploração intensiva da natureza e da vida humana. De acordo com a autora são “[...] processos cada vez mais complexos e multiescalares de degradação e poluição dos ecossistemas naturais, como também a expropriação, superexploração e precarização da vida humana” (Baldassarini, 2021, p. 12).

Ao aplicar o filtro de “Gestão de Resíduos Sólidos” na plataforma Atlas Global de Justiça Ambiental, é possível visualizar a distribuição global de conflitos relacionados ao tema, conforme demonstra a Figura 3. O site apresenta dados detalhados sobre cada caso, incluindo suas causas, desdobramentos e os grupos sociais afetados, destacando-se as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, frequentemente impactadas(os) por processos de privatização e exclusão. Até a data de acesso, 334 casos de conflitos relacionados à gestão de resíduos sólidos tinham sido lançados pela plataforma.

Figura 3 - Mapa interativo sobre conflitos relacionados à "Gestão de Resíduos Sólidos" - agosto de 2025



Fonte: "Atlas Global de Justiça Ambiental". Disponível em: <https://ejatlas.org/category/waste-management>. Acesso em: 05 ago. 2025.

A visualização dos conflitos ambientais relacionados à gestão de resíduos sólidos, conforme revela o "Atlas de Justiça Ambiental", evidencia que essas disputas não ocorrem ao acaso. Elas são fruto de um sistema que não opera de forma espontânea, mas é sustentado por um modelo de ação humana historicamente construído e imposto. Como destaca Porto-Gonçalves (2006), trata-se de uma racionalidade instrumental, forjada na Europa Ocidental a partir dos séculos XVII e XVIII, que, ao se expandir pelo mundo, passou a colocar em risco o próprio planeta, ainda que distribuindo de forma desigual seus benefícios e prejuízos.

Enfrenta-se hoje um desafio ambiental que remonta às raízes da globalização moderna, iniciada em 1492. Nas últimas décadas essa lógica se consolidou com uma ameaça global ao tentar impor uma única forma de organização da vida, essencialmente comercial e excludente. Em sua essência essa lógica é marcada pela desigualdade estrutural e pela colonialidade do poder, que seguem orientando as relações entre territórios, natureza, sujeitos nos sistema-mundo contemporâneo (Porto-Gonçalves, 2006).

Esses conflitos, portanto, não dizem respeito apenas a disputas por matéria-prima, mas envolvem concepções distintas de mundo, de território e de justiça. Cada conflito mapeado carrega consigo narrativas em disputa: de um lado, a imposição de um modelo hegemônico de desenvolvimento que instrumentaliza a natureza; de outro,

as resistências locais e comunitárias que buscam afirmar outros modos de vida e de relação com o meio.

É nesse cenário que a América Latina se destaca como território-chave de resistências e alternativas. A coexistência de saberes ancestrais, práticas comunitárias, economias populares e movimentos de base evidencia que os conflitos ambientais também podem ser compreendidos como expressões de enfrentamento ao paradigma dominante e como territórios de resistência, onde emergem novas possibilidades de futuro.

Assim, compreender os conflitos ambientais exige mais do que uma leitura técnica ou setorial, sendo necessário reconhecer seu caráter político, histórico e estrutural. Trata-se, em última instância, de disputar os rumos da própria ideia de desenvolvimento e de questionar quem define o que é o progresso e a quem ele serve.

A emergência desses conflitos, nesse sentido, não representa um desvio, mas revela as contradições centrais de um modelo civilizatório assentado na exploração intensiva da natureza e na exclusão sistemática de saberes, territórios e modos de vida. É justamente a partir dessas contradições que se abre espaço para analisar a face muitas vezes invisibilizada, mas constitutiva, do discurso desenvolvimentista: o subdesenvolvimento como condição necessária à produção de desigualdades globais e hierarquias coloniais.

A próxima seção se dedicará, portanto, a explorar essas dinâmicas, examinando como o subdesenvolvimento não é apenas um atraso a ser superado, mas parte integrante da lógica que sustenta o ideal moderno de desenvolvimento.

3.2 Subdesenvolvimento e colonialidade: a face oculta do desenvolvimentismo

Há anos se propaga a informação de que os 20% mais ricos da população mundial consomem cerca de 80% das matérias-primas e da energia do planeta, impondo um modelo-limite ao mundo. Caso o desenvolvimento econômico, promovido pelas grandes potências e almejado pelos países subdesenvolvidos, se concretizasse para todos, permitindo acesso universal ao estilo de vida dos mais ricos, seria necessário um volume de matérias-primas inconcebível para o planeta (Porto-Gonçalves, 2006).

Nesse contexto, Santos (1982, p. 60) observa que “a produtividade capitalista é a medida atual de um crescimento não igualitário, cujo resultado final é a criação ou desenvolvimento de estruturas monopolistas”. Ele acrescenta que “só as empresas multinacionais poderiam objetivar as tendências iminentes do período e impor em toda parte essa forma de universalização perversa que caracteriza a vida mundial em nossos dias” (Santos, 1982, p. 10). A mundialização da produção e do consumo, portanto, opera como instrumento de concentração e acumulação, sustentada pelo uso da mão de obra barata dos países subdesenvolvidos, o que maximiza os lucros das corporações transnacionais.

A lógica de concentração descrita por Santos (1982) se intensifica no sistema de desenvolvimento econômico vigente, que beneficia majoritariamente os países do Norte global, enquanto os países do Sul são explorados e arcam com as consequências.

Para Shiva (2011), nas últimas décadas assistimos à expansão global de um modelo industrial ocidental insustentável, promovido em nome do desenvolvimento. Contudo, esse processo tem aprofundado um verdadeiro *apartheid* ambiental e para manter o poder econômico do Norte e sustentar o estilo de vida consumista das elites, tanto do Norte, quanto do Sul, os custos ambientais são sistematicamente transferidos ao Sul global. Indústrias altamente poluentes e consumidoras de grandes volumes de matérias-primas são realocadas para países periféricos, com respaldo das políticas de livre comércio e da ação articulada entre multinacionais e governos das grandes potências.

Santos (1982) aprofunda essa análise ao explicitar as consequências estruturais do modelo desenvolvimentista para os países subdesenvolvidos. Segundo o autor, a produção nesses territórios frequentemente ignora as necessidades reais das populações, sendo direcionada aos interesses das grandes corporações internacionais. Isso resulta em práticas comerciais nocivas, superexploração de matérias-primas e força de trabalho e subutilização dos recursos essenciais à sobrevivência. No plano estatal, observa-se endividamento crescente, distorção orçamentária e dependência de setores voltados ao comércio exterior, o que enfraquece a capacidade do Estado de atender às demandas sociais. Já no plano social, esse processo se traduz em aumento do desemprego, da pobreza e da precarização de condições básicas de moradia, educação, saúde e emprego, culminando em um empobrecimento tanto relativo quanto absoluto.

A partir de Alimonda (2009) e Escobar (2009), é possível compreender que a América Latina permanece submetida a um processo de colonização contemporânea, cuja lógica se sustenta na exploração de seus povos, territórios e matérias-primas. Mesmo após as independências formais, a colonização não cessou, ao contrário, foi ressignificada e consolidada sob outras formas, dando continuidade à colonialidade. Alimonda (2009) destaca que essa persistência afeta tanto os elementos biofísicos da região, como sua biodiversidade, flora, fauna e populações, quanto suas configurações socioterritoriais, marcada por dinâmicas culturais específicas. Diante da racionalidade hegemônica global e das elites locais, a América Latina segue sendo tratada como um espaço subalterno, passível de expropriação, devastação e reconfiguração conforme os interesses dos regimes contemporâneos de acumulação.

Essa condição subalterna não se limita às dimensões materiais e territoriais da colonização, mas envolve também a interiorização da racionalidade colonial. Como aponta Araóz (2020), a colonialidade atua de forma mais sutil e profunda, pois implica a internalização da cosmovisão do conquistador, uma episteme que molda não apenas o pensamento racional, mas também as emoções, os desejos e os projetos de futuro. Essa marca subjetiva ajuda a explicar por que, mesmo diante da recorrência histórica de crises ambientais e da abundância de evidências críticas, os governos latino-americanos, independentemente de sua posição no espectro político, frequentemente apostam na intensificação do extrativismo como suposta solução para o subdesenvolvimento ou para a eliminação da pobreza.

A internalização da lógica colonial também se manifesta na forma como as necessidades econômicas definidas no centro do sistema mundial impõem respostas à periferia. Como afirma Santos (2005), essa dinâmica de dependência gera efeitos imediatos sobre a organização da sociedade, da economia e do espaço nos países subordinados.

Araóz (2020) amplia essa análise ao destacar que a subordinação das nações latino-americanas como provedoras de matérias-primas não implica apenas em impactos econômicos, mas compromete profundamente a soberania política. Segundo ele, a incapacidade de controle sobre os próprios territórios e, mais especificamente, sobre o tecido geossocioproductivo, revela o alcance radical desse processo, que restringe as possibilidades de construção de alternativas autônomas.

Dando continuidade a essa perspectiva, Araóz (2020), apoiando-se em Cardoso e Faletto (1970), retoma a noção de enclave para explicar como a

dependência dos países periféricos se estrutura a partir da transferência de controle decisório para atores externos. Segundo o autor, são grandes as corporações das economias centrais que exercem diretamente esse poder, consolidando decisões econômicas que respondem a interesses alheios às dinâmicas locais. A constituição desses enclaves ativa, por sua vez, um processo de alienação territorial, entendido como um esvaziamento histórico, político e geográfico das economias locais e nacionais. Trata-se de uma das raízes mais profundas do empobrecimento estrutural que, como aponta Araóz, se intensifica tanto em períodos de crescimento quanto em momentos de crise. Nessa perspectiva, a dialética da dependência, formulada por Ruy Mauro Marini, ajuda a compreender como o capital opera de forma específica nas formações geossociais periféricas, revelando a face contemporânea do sociometabolismo do capital.

O empobrecimento de uma população, portanto, não resulta de eventos isolados, mas constitui um processo histórico e estrutural. Mais do que a simples ausência de bens materiais, trata-se da deterioração profunda da dignidade humana, da capacidade produtiva dos territórios e da vitalidade coletiva. Como destaca Araóz (2020), esse estado representa uma degradação integral das condições de existência e criação de um povo enquanto entidade ecobiopolítica, marcada por uma cultura viva que é sistematicamente desarticulada e desvalorizada.

A esse respeito, Santos (2001) aprofunda a reflexão ao evidenciar que a pobreza contemporânea não pode ser compreendida como mero resultado da carência individual ou de acidentes conjunturais. Ela é fruto da convergência de múltiplas causas que se articulam em diferentes escalas, expressando-se como um resultado racional e necessário do próprio processo de globalização hegemônica. Segundo o autor, ocorre uma verdadeira naturalização da pobreza, politicamente produzida por empresas e instituições globais, com a conivência dos governos nacionais e de setores intelectuais que legitimam essa ordem. Nesse cenário, programas focalizados, como os financiados pelo Banco Mundial, funcionam mais como mecanismos de contenção parcial do problema do que como estratégias de superação estrutural, reforçando a contradição entre o discurso de combate à pobreza e a sua permanente reprodução. Desse modo, a pobreza se torna estrutural e globalizada (Santos, 2001).

Nessa mesma direção, Morin (2010) argumenta que há formas de desenvolvimento que, paradoxalmente, geram subdesenvolvimento, na medida em

que seu avanço acarreta também retrocessos. Nesse sentido, o desenvolvimento não poder ser entendido apenas como progresso linear, pois está marcado por contradições: cria e destrói, avança e regride. Quando reduzido a uma lógica simplista e otimista, centrada exclusivamente em indicadores econômicos e inovações tecnológicas, transforma-se em um verdadeiro mito do pensamento tecnoburocrático moderno, na qual uma abstração delirante é confundida com racionalidade.

Assim, as reflexões de Santos (2001) e Morin (2010) revelam que o subdesenvolvimento não é um estágio transitório a ser superado rumo ao desenvolvimento, mas sim uma dimensão constitutiva da ordem capitalista global, na qual a pobreza estrutural e as contradições do progresso se entrelaçam como elementos permanentes.

Morin (2010) aprofunda as contradições do desenvolvimento ao destacar que ele não é apenas uma realidade estrutural e econômica, mas também uma experiência pessoal marcada por uma busca incessante e insaciável de progresso individual. O subdesenvolvimento, para Morin (2010), não é somente uma herança do atraso histórico, mas também resultado da imposição forçada do modelo ocidental de desenvolvimento em contextos incompatíveis cultural e tecnicamente. Essa imposição gera não apenas exclusão social e desenraizamento em muitas regiões do mundo, mas também uma crise profunda nas sociedades desenvolvidas, que experimentam um empobrecimento psíquico, moral e social. Segundo Morin, o avanço das zonas industriais e tecnoburocráticas não produz apenas bem-estar, mas também crescente insatisfação, solidão e alienação, evidenciando a face sombria do mito do desenvolvimento.

Uma questão fundamental a ser discutida é como os países considerados desenvolvidos alcançaram seus atuais patamares. Porto-Gonçalves (2016) destaca a importância da dimensão material, logística e territorial nos processos de desenvolvimento capitalista. Ele observa que os Estados Unidos, por exemplo, puderam contar com uma abundância de riquezas naturais e uma conjuntura social e demográfica particular que favoreceram sua decolagem econômica. Por outro lado, a Europa do Norte Ocidental, com menor disponibilidade de jazidas minerais extensão territorial limitada, sempre dependeu do suprimento externo desses insumos para viabilizar seu desenvolvimento capitalista fossilista.

O Japão também se insere nessa mesma lógica, pois, diante das limitações de seu território, recorreu a países como a China e Coreia do Sul para obter, por meio de

invasões e guerras, as matérias-primas essenciais ao seu desenvolvimento. Dessa forma, o elevado nível de desenvolvimento alcançado por esse bloco de países, citados como exemplos, foi possível apenas graças ao imperialismo e ao colonialismo, fundamentados em diversas formas de exploração, escravidão e exaustão das riquezas de outros povos e territórios, em benefício próprio, se caracterizando como um processo típico de acumulação capitalista. Por isso, o discurso que propõe o desenvolvimento como uma possibilidade para todos os países revela-se cruel em sua essência, já que só foi viável diante dessas condições históricas.

Nessa lógica, o capitalismo atua no mundo de forma envolvente, construindo múltiplos mecanismos dinâmicos que provocam impactos perversos e estruturais. Entre esses mecanismos destaca-se a relação entre Estados, exemplificada pela adoção da dívida externa, “mecanismo que o processo de colonização capitalista iniciou com enorme sucesso desde seus primórdios, e que, como a história econômica demonstra, sempre é impagável” (Ceceña, 2013, p. 110). Soma-se a isso a exportação da força de trabalho, marcada por condições precárias e baixa remuneração, bem como a intensificação da comercialização de matérias-primas, frequentemente responsável por perdas irreparáveis para os territórios, seja pela ação de corporações globais, seja por Estados e atores nacionais.

Assim, compreender o subdesenvolvimento e a colonialidade como dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo permite evidenciar que as desigualdades não são efeitos colaterais, mas fundamentos do próprio modelo de desenvolvimento. Essa racionalidade hegemônica, ao naturalizar a exploração da natureza e a subalternização de povos e territórios, estabelece as bases de uma dinâmica centrada no consumo e no descarte. A cultura da obsolescência, alimentada pelo mercado global e pela ideologia do progresso ilimitado, expressa-se não apenas na produção incessante de mercadorias, mas também na geração de resíduos sólidos em escala planetária. É nesse ponto que a face estrutural do desenvolvimentismo, marcada pela colonialidade e pela dependência, se articula diretamente com a crise ambiental, cuja manifestação mais concreta está no volume de descarte de resíduos sólidos gerados cotidianamente e na precariedade das condições de quem vive de sua coleta e reaproveitamento. A partir dessa perspectiva, o capítulo seguinte busca analisar a lógica do consumo e a crise ambiental, situando os resíduos sólidos no coração das contradições do desenvolvimento capitalista.

4 A LÓGICA DO CONSUMO E A CRISE AMBIENTAL: RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O presente capítulo tem como objetivo analisar como a lógica da ideologia do consumo, elemento estruturante do modelo capitalista de desenvolvimento, contribui para o agravamento da crise ambiental, com foco na problemática de resíduos sólidos. Parte-se do entendimento de que o consumo, enquanto prática social e culturalmente construída, foi intensificado a partir da consolidação do estilo de vida estadunidense no Pós-Segunda Guerra Mundial, difundido globalmente como ideal de bem-estar e progresso. Ao explorar o entrelaçamento entre produção, publicidade, descartabilidade e obsolescência planejada, busca-se evidenciar como essa engrenagem opera na geração de resíduos em escala massiva, naturalizando práticas insustentáveis e invisibilizando seus impactos.

4.1 O consumo como pilar do desenvolvimento capitalista

4.1.1 Breve contexto histórico da consolidação da sociedade de consumo

Inicialmente, é importante destacar que a lógica de consumo que atravessa a sociedade contemporânea está enraizada em um contexto histórico, econômico e geopolítico específico, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Layrargues (2022), esse processo desencadeou profundas transformações na estrutura produtiva e nos estilos de vida das populações dos países capitalistas, em especial das nações centrais. Os Estados Unidos, enquanto epicentro dessa concepção, implementaram políticas voltadas ao estímulo do consumo em níveis inéditos, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e consolidar sua hegemonia no cenário global.

Nesse contexto, a expansão produtiva passou a incorporar o consumo como elemento essencial na engrenagem econômica, estabelecendo uma interdependência entre produção e escoamento acelerado de mercadorias. Como explica Layrargues (2022, p. 6):

A expansão produtiva passou a englobar a esfera do consumo como parte fundamental da engrenagem econômica exponencialmente acelerada, estabelecendo-se uma relação determinada da produção ao consumo, mas dialeticamente estruturada, posto que a capacidade de produção e (rápido) escoamento da mercadoria na fábrica passa a depender da (rápida)

capacidade de consumo instalado na sociedade: o consumo, enquanto hábito cultural, haveria de ser transformado.

A consolidação dessa lógica também se expressa no campo institucional. Em 1995, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reforçando a associação entre progresso, crescimento econômico e bem-estar material. Tal iniciativa contribuiu para a disseminação de uma visão de mundo centrada no modelo estadunidense de vida, o chamado *American Way of Life*, como parâmetro universal de desenvolvimento. Como observa Layrargues (2022, p. 9): “[...] crescimento econômico, estabilidade social e bem-estar material, disseminando a versão imperialista do *American Way of Life* para o resto do mundo, notadamente o hemisfério sul, onde predominavam os ‘subdesenvolvidos’”.

Porto-Gonçalves (2006) observa que o *American Way of Life* tornou-se referência para grande parte dos países, sustentando uma relação com a natureza pautada na sua redução a recursos, dentro da lógica capitalista, fordista e fossilista. Apresentado como modelo alcançável por todas as nações, esse padrão ignora seus limites materiais e sociais, mascarando sua essência excludente e colonial.

Mais do que nunca vemos que a modernidade é colonial, não só na medida que não pode universalizar seu estilo de vida, mas também, pelo modo como, pela colonização dos corações e mentes, procura instilar a ideia de que é desejável e, mais ainda, possível todos se europeizarem ou americanizarem. Entretanto, esse estilo de vida só pode existir se for para uma pequena parcela da humanidade sendo, assim, na sua essência, injusto (Porto-Gonçalves, 2006, p. 71 e 72).

Além dessa expansão horizontal que amplia o consumo a todos os segmentos da sociedade, o consumismo caracteriza-se também por uma expansão vertical, em que a decisão de compra deixa de atender exclusivamente a necessidades concretas e passa a incluir desejos e prazeres hedônicos. Trata-se, segundo Layrargues (2022, p. 14), “[...] de uma das maiores mudanças culturais impulsionadas pelo *American Way of Life*: a deformação do próprio significado de ‘necessidade’, expandindo-o para abarcar o supérfluo, o extravagante e até o descartável”. Essa reconfiguração foi sustentada por intenso trabalho ideológico, que naturalizou o acesso ilimitado às mercadorias como expressão de liberdade individual na sociedade de consumo.

A influência norte-americana se intensificou nos chamados “Anos Dourados” (aproximadamente 1945–1973), período marcado por altas taxas de crescimento econômico, estabilidade relativa do emprego e ampla difusão de bens como automóveis, eletrodomésticos e produtos descartáveis. Esse ciclo foi viabilizado pelo

avanço tecnológico, pela produção padronizada e pelo uso de matérias-primas baratas, extraídas em grande parte de países periféricos. No contexto da Guerra Fria, o consumo abundante foi mobilizado como símbolo de superioridade do capitalismo frente ao socialismo, promovendo a ideia de que a liberdade política estava intrinsecamente ligada à liberdade de comprar. Essa retórica foi disseminada globalmente, apoiada por instrumentos econômicos, diplomáticos e culturais, frequentemente acompanhada do fortalecimento de regimes autoritários estratégicos para o abastecimento de matérias-primas e a abertura de mercados.

A partir desse período, consolidou-se uma conexão dialética entre produção e consumo, na qual oferta e demanda se retroalimentam. Cria-se a impressão de que o mercado responde às necessidades do consumidor, conferindo-lhe uma aparente autonomia, quando, na realidade, suas escolhas são moldadas por estratégias que direcionam preferências e hábitos de compra. O consumo de bens materiais passa, então, a ocupar o lugar de pertencimento e sentido coletivo, funcionando como forma de identificação e distinção social (Layrargues, 2022).

Essa lógica foi sustentada por uma intensa maquinaria publicitária que consolidou um imaginário coletivo atrelado à promessa de felicidade via consumo. Como observam Bronsztein e Margolis (2013), a publicidade oferece representações, visões de mundo e aspirações, projetando nossa experiência cotidiana no universo das marcas e instituições com fins comerciais. Andrade (2007) acrescenta que a publicidade leva o consumidor a perceber a mercadoria como imprescindível à sua vida, evidenciando a introjeção do consumo como valor social.

A partir da década de 1970, o avanço do neoliberalismo introduziu novos elementos nessa dinâmica. O desenvolvimento de tecnologias de automação e robótica, aliado a políticas de austeridade, provocou desemprego estrutural e crescente precarização do trabalho. É nesse contexto das sobras do sistema que ocorre o encontro entre os resíduos sólidos da sociedade de consumo e os catadores de materiais recicláveis (Layrargues, 2022), cuja atuação revela tanto as contradições do modelo quanto a resistência nas margens do sistema.

Compreender esse percurso histórico revela que a sociedade de consumo contemporânea não é apenas fruto de mudanças tecnológicas ou produtivas, mas resultado de um projeto político, econômico e cultural que molda subjetividades, desejos e formas de vida. Essa lógica, que se apresenta como inevitável e natural, exige atenção para uma distinção fundamental: o consumo, enquanto prática social e

culturalmente situada, difere do consumismo, expressão exacerbada e orientada pela lógica da acumulação e do descarte. É essa diferenciação que será explorada a seguir.

4.1.2 Consumo e consumismo: distinções conceituais

O percurso histórico da sociedade de consumo, discutido no subcapítulo anterior, evidencia que a expansão desse modelo não se limita à ampliação do acesso a bens e serviços, mas envolve a construção de um imaginário social que naturaliza o consumo como forma de vida. Nesse sentido, torna-se necessário diferenciar dois conceitos fundamentais: consumo e consumismo.

Segundo Bauman (2008), o consumo, enquanto prática, refere-se ao ato de suprir necessidades básicas, constituindo-se como uma das mais antigas atividades humanas e indispensável à sobrevivência. Já o consumismo caracteriza-se como um atributo de uma sociedade na qual o desejo e a aspiração são continuamente estimulados, ocupando posição central semelhante a que o trabalho exercia na sociedade de produtores. Esta, conforme o autor, correspondia a um período em que a identidade social dos indivíduos estava fortemente vinculada à sua função produtiva, ao trabalho e à capacidade de fabricar bens, sendo o papel do consumo secundário e orientado principalmente pela utilidade. A sociedade de produtores antecede a sociedade de consumo.

Conforme a interpretação de Bauman (2011), essa lógica destacada da autonomia individual transforma-se em uma força externa que mantém a sociedade de consumidores em constante movimento. Ao estabelecer padrões de vida e influenciar probabilidades de escolha e conduta, o consumismo molda subjetividades e reconfigura relações sociais, deslocando o sentido de pertencimento para o ato de consumir.

Essa dinâmica também se expressa no modo como o sistema econômico organiza o acesso aos bens e serviços. Como apontam Nery, Torres e Meneses (2011), na sociedade de consumo o financiamento adquire um papel central: possibilita que o indivíduo adquira imediatamente o objeto desejado, comprometendo-se com a força futura de seu trabalho para pagar algo que ainda não possui e cujo valor pode ser efêmero. Tal arranjo não mantém apenas o fluxo contínuo de compras, mas, aliado às estratégias de marketing, viabiliza a criação artificial de demandas.

O resultado é uma inversão no ciclo econômico tradicional: se antes o consumo orientava a produção, agora é a produção que dita o consumo, moldando preferências e induzindo necessidades. Esse mecanismo é essencial para sustentar a engrenagem capitalista em ritmo constante, mas também aprofunda a cultura da descartabilidade e a lógica da obsolescência.

Essa centralidade do consumo adquire contornos ainda mais complexos em sociedades marcadas por profundas desigualdades, como é o caso do Brasil. Canclini (1995) observa que, nesse contexto, o consumo e a demonstração do poder aquisitivo atuam como elementos de distinção social e, muitas vezes, são concebidos como correlatos à expressão dos direitos de cidadania. Consumidores e cidadãos acabam se confundindo no imaginário social, de modo que o acesso a determinados bens é interpretado como sinal de inclusão e reconhecimento. Esse fenômeno explica, por exemplo, o esforço de parcelas menos favorecidas da população na tentativa para acompanhar o padrão de consumo das classes médias e altas, bem como o fato de que certos delitos tenham como motivação a obtenção de produtos específicos que carregam valor simbólico elevado, como tênis, mochilas ou relógios de marcas socialmente valorizadas.

Essa relação entre consumo e cidadania aparente revela como a lógica consumista se apropria de aspirações legítimas por inclusão social, redirecionando-as para o campo da aquisição material. Ao naturalizar esse modelo, o sistema capitalista garante não apenas a continuidade, mas também a intensificação do consumo. Essa intensificação é sustentada por um conjunto de estratégias econômicas, culturais e simbólicas: do marketing à publicidade, passando pela obsolescência planejada, que estimulam permanentemente novos desejos e necessidades.

4.1.3 Estratégias capitalistas de estímulo permanente ao consumo

A compreensão das distinções entre consumo e consumismo, discutida na seção anterior, permite avançar para a análise das estratégias que mantêm o consumo em funcionamento permanente dentro do sistema capitalista. Entre essas estratégias, destaca-se a publicidade, que atua como um mecanismo vital para a reprodução do sistema produtivo, cuja meta central é produzir para acumular capital.

Ao associar consumo à felicidade, a publicidade transforma o ato de comprar em sinônimo de prazer e de estilo de vida na sociedade moderna (Layrargues, 2022).

Esse processo dialoga com o conceito de fetiche da mercadoria elaborado por Marx (2013 [1867]), no qual os objetos deixam de ser percebidos por sua utilidade e passam a ser valorizados por atributos simbólicos e imaginários, ocultando as relações sociais e as condições de exploração que possibilitam sua produção.

A valorização do “novo” e o desprezo pelo “velho”, reforçam um discurso ideológico que vincula modernidade à inovação tecnológica, implicitamente associada à melhoria. O resultado, como aponta Layrargues (2022, p. 17), “[...] é a naturalização do abandono de mercadorias ainda em plena condição de uso, substituídas por outras que prometem representar melhor a identidade e as expectativas de felicidade do consumidor”.

Essa relação entre consumo e identidade também se expressa na transformação das prioridades sociais. Tornamo-nos plenamente uma sociedade de consumo quando ir às compras se sobrepõe à luta por direitos garantidos pelo Estado de Bem-Estar Social. Nessa lógica, o interesse privado prevalece sobre o público: o consumidor-cidadão que afirma buscar qualidade passa a optar por educação, saúde, transporte e segurança privados, em vez de reivindicar serviços públicos de qualidade. Essa inversão esvazia o interesse coletivo e cria um terreno fértil para a consolidação do neoliberalismo (Layrargues, 2022).

A sustentação desse modelo não depende apenas do escoamento rápido das mercadorias, mas também do engajamento contínuo da sociedade nos ideais capitalistas, vinculando a noção de felicidade à capacidade de consumir. Para garantir esse engajamento, o sistema investe na formação de uma vasta massa de consumidores, o que impulsionou a expansão da indústria publicitária e sua aliança com a psicologia do consumidor. Essa área do conhecimento dedica-se a investigar de forma científica os instintos primários, os desejos inconscientes e as aspirações individuais, mapeando as estratégias mais eficazes para atrair e influenciar potenciais compradores (Nery, Torres, Meneses, 2011).

Com o advento das redes sociais, esse movimento de estímulo constante ao consumo torna-se ainda mais evidente. Praticamente todos os conteúdos gerados nesse ambiente estão vinculados, de forma direta ou indireta, à promoção de produtos, experiências ou valores. A lógica de exposição contínua transforma cada interação em potencial ato de consumo, seja pela compra efetiva, seja pela

incorporação de estilos de vida e referências simbólicas. Um agravante é a ausência de marcos regulatórios robustos, que deixa usuários imersos em uma teia invisível de indução ao consumo permanente. Esse cenário, além de ampliar a pressão por adequação a padrões inatingíveis, contribui para o adoecimento coletivo, marcado por frustração, ansiedade e insatisfação crônica.

Esse quadro, que já exerce pressão emocional sobre a população em geral, afeta de maneira mais intensa as mulheres, historicamente alvo preferencial de estratégias publicitárias que exploram estereótipos de beleza, cuidado e comportamento. Na era digital, essas pressões se intensificam com a exposição constante a padrões estéticos inatingíveis, associando autoestima e pertencimento à aquisição de produtos e serviços. Estudos apontam que o uso intenso de redes sociais está associado a maiores níveis de insatisfação corporal, ansiedade por imagem e baixa autoestima, especialmente entre mulheres adolescentes (Papageorgiou, Fisher, Cross, 2022).

Além disso, pesquisas recentes sobre marketing digital revelam que as práticas de segmentação direcionadas ao público feminino frequentemente impõem o chamado *pink tax*, ou “taxa rosa”, ou seja, um sobrecusto aplicado a produtos e serviços voltados às mulheres. Essa prática evidencia como o recorte de gênero é explorado comercialmente, reforçando desigualdades já existentes e transformando demandas legítimas em oportunidades de acumulação de capital (Mehrijoo, Cuevas, 2024).

Essa lógica se articula com a crítica de hooks⁷ (2021) que aponta como a cultura de consumo se sustenta na legitimação da mentira como estratégia de persuasão. Para a autora, vivemos imersos em uma propaganda cultural que nos ensina a temer a verdade, associando-a à dor, enquanto romantiza a falsidade como caminho para o sucesso. A publicidade, nesse sentido, mantém as pessoas em estado constante de carência e desejo, fortalecendo a economia de mercado e sustentando o consumismo. O desamor, observa hooks (2021), é uma bênção para esse sistema, pois a aceitação passiva das mentiras na vida pública, especialmente mediadas pela comunicação de massa, perpetua a falsidade também na vida privada.

⁷O nome “bell hooks” é grafado em letras minúsculas por escolha da própria autora, como gesto político e estético para deslocar o foco do “eu” e valorizar o conteúdo de sua escrita. Por isso, nesta tese, adotou-se essa forma de citação.

Dentro dessa lógica, marcada pela estimulação permanente do desejo e pela naturalização da descartabilidade, insere-se também a prática da obsolescência planejada, isto é, a redução intencional da vida útil de um produto para acelerar sua substituição. Como explicam Bronsztein e Margolis (2013), se as mercadorias fossem fabricadas para durar, a comercialização de diversos gêneros, especialmente dos bens duráveis, entraria em estagnação.

A descartabilidade do bem durável tornou-se, assim, um requisito para que a esfera do consumo acompanhasse o ritmo incessante de compras imposto pela produção em massa. Essa estratégia encontrou materialidade na obsolescência planejada, concebida como engrenagem central das políticas empresariais voltadas a acelerar a circulação de mercadorias. Nos Anos Dourados, a sociedade norte-americana já se habituava ao consumo de produtos descartáveis. Foi na década de 1950 que a produção de isopor e de materiais plásticos, baratos, leves, versáteis e de descarte rápido, começou a se popularizar (Layrargues, 2022).

A lógica da obsolescência planejada, ao intensificar o volume de produtos descartados, conecta-se diretamente à problemática de resíduos sólidos. A própria designação “resíduos sólidos”, passou a ser adotada, sobretudo a partir da Rio-92, como resultado de interesses do mercado alinhados ao avanço do discurso da economia verde. Nesse enquadramento, o conceito de economia circular, sustenta a premissa de que não é necessário alterar o modelo de sociedade e economia vigente, bastaria desenvolver ferramentas de gestão e gerenciamento para que nada fosse descartado, mas sim reciclado (Layrargues, 2022).

Como observa Layrargues (2022), essa visão incorpora a reciclagem como estratégia central das chamadas economias verdes, funcionando, na prática, mais como legitimadora da continuidade do modelo produtivista do que como solução efetiva para a crise ambiental. Trata-se de um enquadramento que desloca o foco das causas estruturais da geração de resíduos e transfere para indivíduos, cooperativas e empresas de reciclagem a responsabilidade pelo fechamento do ciclo, ocultando os limites físicos e energéticos que inviabilizam tal lógica em escala global.

Essa crítica converge com a reflexão de Leff (2016), que aponta como a economia verde mantém a racionalidade econômica dominante ao subordinar a natureza à lógica de mercado, transformando a gestão ambiental em um nicho de acumulação de capital. De modo semelhante, Altvater (2010) argumenta que propostas como a economia circular tendem a ignorar os limites físicos do planeta,

tratando o ciclo produtivo como se pudesse ser indefinidamente fechado, sem considerar perdas energéticas e impactos irreversíveis. Para Martínez-Alier (2015) o metabolismo social da economia industrial se constitui a partir do fluxo de materiais e energia, fundamentais para o seu funcionamento, se tornando basicamente extrativista, uma vez que a reciclagem de materiais ainda é irrisória para a manutenção de demanda de energia que o sistema produtivo necessita.

O consumo incessante, aliado a mecanismos como a obsolescência programada e à permanente criação de novas estratégias de marketing, intensifica o volume de resíduos descartados, configurando-se como um dos mais graves problemas ambientais da contemporaneidade. Mais do que uma questão técnica de gestão, trata-se de um problema estrutural, intrinsecamente ligado ao modelo capitalista de produção e consumo, cuja lógica expansionista depende da extração contínua de matérias-primas e da geração constante de descartes.

4.2 Impactos ambientais, sociais e à saúde do descarte na sociedade do consumo

A lógica de estímulo permanente ao consumo, discutida na seção anterior, produz consequências que extrapolam o ato de compra, manifestando-se de forma intensa no momento do descarte. A produção e o consumo em larga escala, sustentados pela obsolescência programada, pela descartabilidade e pela constante renovação de desejos, resultam em um volume crescente de resíduos sólidos, cuja destinação inadequada constitui um dos maiores desafios ambientais contemporâneos.

Esses resíduos não apenas degradam ecossistemas e ameaçam a biodiversidade, mas também revelam profundas desigualdades sociais, uma vez que a gestão e os impactos do lixo recaem de forma desproporcional sobre territórios e populações historicamente marginalizadas. Examinar casos emblemáticos, que vão da formação de rochas plásticas em áreas remotas aos lixões de roupas do *fast fashion*, permite compreender a amplitude e a gravidade dessa problemática, assim como evidenciar o papel central do modelo capitalista de produção e descarte na sua perpetuação.

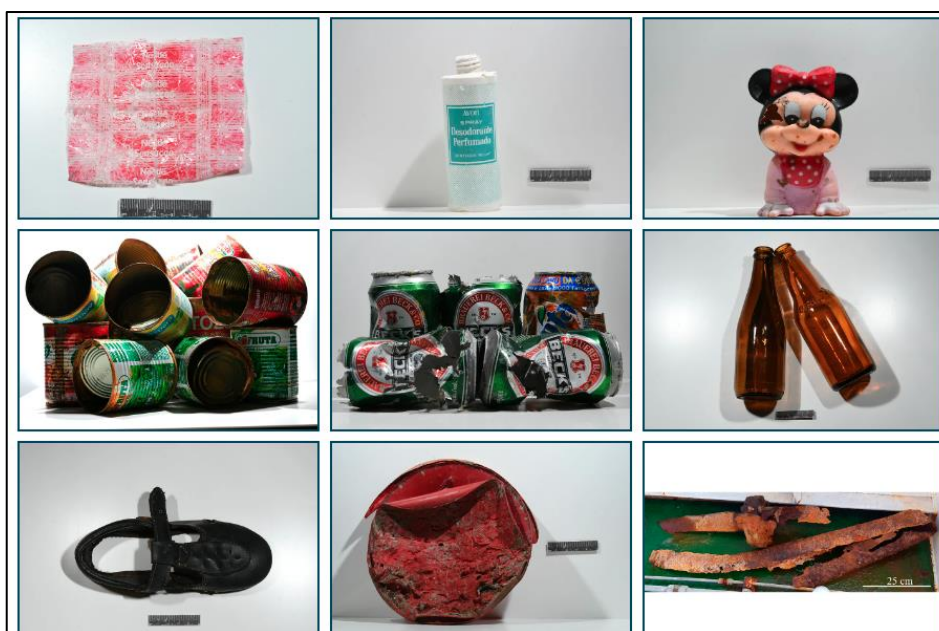
Estudos recentes têm evidenciado os impactos severos da poluição plástica, sobretudo em ecossistemas marinhos. Santos et al. (2022) identificaram que a entrada contínua de resíduos plásticos nos oceanos e ambientes costeiros atingiu níveis alarmantes, comprometendo a integridade ambiental e a biodiversidade. Entre os materiais mais recorrentes, destacam-se o polipropileno e o polietileno, frequentemente compactados em formações que se assemelham a rochas, fenômeno que evidencia a transformação física do lixo plástico em elementos persistentes no ambiente (Figura 4). Esses detritos têm origem direta na ação humana, resultado do descarte inadequado e da ausência de sistemas eficazes de prevenção e gestão de resíduos.

Figura 4 - Rocha de plástico encontrada na Ilha de Trindade, Espírito Santo, Brasil



Fonte: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/cientista-encontra-rochas-de-plastico-na-ilha-da-trindade>>. Acesso em: 04 abr. 2024

Outro estudo, conduzido por Masumoto, Gomes, França e Melo (2023), revelou a presença significativa de lixo nas profundezas do oceano Atlântico, em profundidades que variam entre 274 e 1.520 metros. O plástico foi identificado como o material predominante, representando uma ameaça direta à vida marinha. Além de itens recentes, foram localizados resíduos com décadas de existência, o que evidencia a persistência desses materiais no ambiente. A pesquisa, realizada nos litorais de Santa Catarina e São Paulo, constatou que a composição desses resíduos inclui, além dos plásticos, metais, fragmentos de tinta de embarcações, tecidos, vidro concreto, entre outros tipos de materiais. A Figura 5 ilustra alguns exemplos dos detritos encontrados em grandes profundidades.

Figura 5 - Resíduos encontrados no fundo do mar brasileiro

Fonte: <<https://jornal.usp.br/ciencias/lixo-ja-e-abundante-no-fundo-do-mar-brasileiro/>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

A seguir, a Figura 6 demonstra uma grande quantidade de resíduos que flutuam na superfície do Mar do Caribe, entre os litorais de Honduras e da Guatemala. Imagens como esta viralizam nas redes sociais, com potencial de chocar e sensibilizar a sociedade para a dimensão da crise (Lima, 2017).

Figura 6 - “Mar de lixo” no Caribe

Fonte: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41853621>>. Acesso em 04 abr. 2024

Contudo, esse tipo de cenário não se restringe aos ambientes marinhos. Outro exemplo de repercussão internacional é o chamado “cemitério de roupas usadas” no deserto do Atacama, localizado no norte do Chile, nas proximidades da cidade de

Iquique, a cerca de 1.800 km da capital, Santiago (Paúl, 2022). Trata-se de um depósito a céu aberto formado por toneladas de roupas e calçados descartados por países da Europa, Ásia e Estados Unidos, enviados ao Chile com a finalidade de revenda. Segundo Paúl (2022), cerca de 60 mil toneladas de peças são importadas anualmente, porém aproximadamente 40 mil toneladas acabam descartadas e depositadas em Alto Hospicio - uma comunidade marcada por extrema pobreza e vulnerabilidade social (Figura 7).

Figura 7 – Crianças recolhem peças no lixão de roupas descartadas no deserto do Atacama, Chile



Fonte: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60144656>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Fenômeno semelhante ocorre em outras partes do mundo, como por exemplo em Gana, na África Ocidental. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o mercado de Kantamanto, em Accra, recebe semanalmente cerca de 1.500 toneladas de roupas de segunda mão, provenientes principalmente da Europa e da América do Norte. Esses carregamentos, muitas vezes enviados sob o pretexto de ações de caridade e ajuda humanitária, chegam com a justificativa de oferecer roupas acessíveis às populações locais, mas na prática funcionam como uma forma de transferência de passivos ambientais do Norte Global para o Sul Global. Grande parte desse material é composto por fibras sintéticas, que se degradam em microplásticos, contaminando rios, o ar e o solo (FAPESP, 2025). Além de gerar poluição ambiental e riscos à saúde pública, esse fluxo massivo de resíduos têxteis perpetua desigualdades históricas e transforma territórios vulnerabilizados em verdadeiras zonas de sacrifício.

Esses casos evidenciam como a lógica capitalista de estímulo permanente ao consumo, analisada na seção anterior, se materializa em problemas ambientais e sociais concretos, atravessando fronteiras e afetando ecossistemas e comunidades humanas em escala global. O descarte massivo de resíduos, sejam eles plásticos nos oceanos, microplásticos incorporados a cadeias alimentares, ou toneladas de roupas descartadas pelo *fast fashion*, é resultado direto de um modelo produtivista e consumista que opera pela descartabilidade e pela obsolescência.

Ao mesmo tempo, esses fluxos de resíduos revelam desigualdades estruturais: enquanto países centrais externalizam seus passivos ambientais, países periféricos se tornam depósitos e zonas de sacrifício, lidando com os impactos ambientais e sociais desse descarte. Como observa Harvey (2016), mesmo em casos graves, nos quais problemas ambientais estão diretamente relacionados à baixa qualidade de vida e aos riscos à saúde, os protestos sociais não têm representado ameaça significativa à sobrevivência do capital. Pelo contrário, tais problemas, mesmo os desastres ambientais, podem criar novas oportunidades de lucro. Assim:

[...] desastres ambientais criam oportunidades para um “capitalismo do desastre” lucrar prodigiosamente. Não necessariamente a morte por inanição de pessoas expostas e vulneráveis e a destruição generalizada de habitats prejudicarão o capital (a não ser que provoquem rebelião e revolução), justamente porque grande parte da população mundial já se tornou redundante e descartável. Além disso, o capital nunca hesitou em destruir as pessoas, quando se trata de lucrar. Foi o que aconteceu nos casos trágicos de incêndio e desabamento nas fábricas de tecidos em Bangladesh, que custaram a vida de mais de mil trabalhadores. O descarte de resíduos tóxicos é altamente concentrado em comunidades pobres e vulneráveis (nos Estados Unidos, alguns dos piores sítios de descarte estão localizados nas reservas indígenas) ou em regiões pobres do mundo (baterias tóxicas são tratadas na China em condições insalubre, e navios velhos são desmontados no litoral da Índia e de Bangladesh a um custo humano considerável). Acredita-se que a péssima qualidade do ar no norte da China reduziu mais de cinco anos, desde a década de 1980, a expectativa de vida da população. Essa distribuição injusta dos danos ambientais pode estimular movimentos em favor da justiça ambiental. Mas até agora os protestos sociais não constituem uma ameaça significativa à sobrevivência do capital (Harvey, 2016, p. 232).

Essa lógica evidencia que, para o capital, territórios degradados e populações vulneráveis não são anomalias a serem corrigidas, mas elementos funcionais ao seu próprio ciclo de acumulação. Ao transformar esses espaços em verdadeiras zonas de sacrifício, o sistema naturaliza a injustiça ambiental, tratando a precariedade e a degradação como custos aceitáveis da manutenção do lucro.

Entretanto, os impactos desse modelo não se limitam às áreas diretamente afetadas pelo descarte. Pesquisas recentes demonstram que a poluição gerada retorna de forma silenciosa e persistente para os próprios corpos humanos, independentemente de sua localização geográfica. Nihart et al. (2025), em estudo publicado na *Nature Medicine*, detectaram pela primeira vez a presença de microplásticos e nanoplásticos no cérebro humano, em concentrações até 30 vezes maiores do que no fígado ou nos rins. A presença dessas partículas, associada a processos inflamatórios e ao agravamento de doenças neurodegenerativas, revela que os resíduos, antes visto como um problema distante, atravessam fronteiras e se instalam no interior mais sensível do organismo.

De forma complementar, Heather et al. (2022), identificaram microplásticos na corrente sanguínea humana, possivelmente resultantes tanto da ingestão de alimentos contaminados, quanto da inalação de partículas suspensas no ar. Esses achados reforçam que a crise do descarte transcende os territórios de deposição: ela se dissemina globalmente, infiltrando-se nas cadeias alimentares, na atmosfera e, por fim, no corpo humano. Portanto, da forma mais perversa, aquilo que é descartado retorna ao indivíduo, como ameaça direta à saúde e à vida.

Assim, o ciclo global de produção, consumo e descarte não apenas transforma variados territórios em zonas de sacrifício e ameaça silenciosamente a saúde humana, mas também molda, de maneira desigual, as dinâmicas sociais e econômicas. No Brasil, essa desigualdade se expressa de forma contundente na destinação de resíduos sólidos urbanos, que acaba nas mãos de trabalhadoras e trabalhadores historicamente invisibilizados: as catadoras e os catadores de materiais recicláveis.

Situados na base da hierarquia socioeconômica e frequentemente expostos aos riscos ambientais e à precarização do trabalho, esses sujeitos desempenham um papel essencial na mitigação dos impactos do descarte, recuperando matérias-primas e prolongando o ciclo de vida de bens que seriam destinados aos aterros ou descartados de forma inadequada. Apesar de sua relevância social e ambiental, continuam enfrentando estigmas, ausência de reconhecimento e exclusão das políticas públicas.

Compreender a história, a organização política e as lutas dessa categoria é, portanto, fundamental para evidenciar que, mesmo nas margens do sistema capitalista desenvolvimentista, emergem formas de resistência e de produção de valor

que confrontam a lógica dominante. É nesse sentido que o próximo capítulo se dedica a analisar as trajetórias, estratégias e reivindicações das catadoras e catadores no Brasil, articulando a dimensão social à luta por justiça social e visibilidade.

5 CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL: HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONFLITOS NO SISTEMA CAPITALISTA DESENVOLVIMENTISTA

Na linha de frente do enfrentamento aos impactos ambientais e sociais do descarte, as catadoras e os catadores de materiais recicláveis desempenham um papel imprescindível para a sociedade, embora historicamente invisibilizado. Sua trajetória está intrinsecamente ligada às transformações econômicas, políticas e sociais que moldaram o desenvolvimento do país, bem como às desigualdades estruturais que sustentam o sistema capitalista desenvolvimentista, sobretudo no contexto do subdesenvolvimento que se insere o Brasil.

Mais do que uma ocupação, a história dessa categoria expressa, de forma emblemática, as contradições nacionais: trabalhadoras(es) marginalizadas(os) e negligenciadas(os) por políticas públicas insuficientes, mas, ao mesmo tempo, indispensáveis à gestão de resíduos sólidos urbanos. Essa centralidade, porém, convive com a precariedade, a instabilidade e, não raras vezes, com conflitos que revelam a fragilidade das relações institucionais e a vulnerabilidade cotidiana no exercício da atividade.

Este capítulo propõe uma análise histórica, social, de classe e política sobre as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis no Brasil, articulando o contexto nacional com a realidade vivida no cotidiano das cooperativas. Examina-se o papel político do Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) como expressão coletiva de resistência, ao mesmo tempo em que se discutem as tensões e disputas que atravessam essa prática laboral, compreendendo-as como expressão das contradições e desigualdades reproduzidas pelo sistema capitalista.

5.1 História, contexto social e organização política das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis no Brasil

A atividade de catação de materiais recicláveis, presente há décadas nas cidades brasileiras, configura-se como uma estratégia de sobrevivência diante das desigualdades estruturais que atravessam o país. Mais do que uma situação de exclusão, trata-se de um processo de inclusão precária, pois, como argumenta Martins (1997), a sociedade capitalista não exclui no sentido clássico, mas incorpora grupos

sociais residuais de modo marginal, instável e insuficiente, sob condições frágeis e de subordinação simbólica ou política. Assim, nesta tese adota-se o conceito de “inclusão precária”, em consonância com a perspectiva de Martins (1997), por melhor expressar a inserção subordinada das(os) catadoras(es) no sistema.

Essa perspectiva é particularmente importante para compreender o que significa ser catadora(o) no Brasil contemporâneo: estão inseridas(os) no circuito produtivo, mas apenas em bordas desprovidas de visibilidade, segurança e reconhecimento. A catação, nesse sentido, não é a exclusão do sistema, mas uma inclusão degradada, que expressa como o capitalismo desenvolvimentista vive da precariedade e a reproduz como forma de manutenção de suas dinâmicas centrais.

Essa lógica de inclusão precária conecta-se ao que Antunes (2000) denomina de precarização estrutural do trabalho, um processo que não é acidental nem restrito a segmentos específicos, mas constitutivo do capitalismo em sua fase atual. Para o autor, a reestruturação produtiva desencadeada a partir das últimas décadas do século XX, marcada pela globalização, pela financeirização e pela incorporação intensiva de tecnologias digitais, produziu uma nova morfologia do trabalho, na qual a instabilidade, a informalidade e a perda de direitos deixaram de ser exceções para se tornarem regra. Essa precarização estrutural não se limita às chamadas periferias do sistema, mas atinge de forma transversal diferentes frações da classe trabalhadora, ainda que com intensidades desiguais.

No caso das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, essa condição manifesta-se de forma acentuada: exercem uma função essencial tanto para o funcionamento do sistema econômico quanto para a mitigação de impactos ambientais, mas o fazem à margem das garantias formais, com baixos rendimentos e expostos a riscos constantes. Antunes (2000) ressalta que essa vulnerabilidade não é resultado de falhas isoladas de políticas públicas, mas parte de um mecanismo global de acumulação, que se sustenta na ampliação das formas de trabalho desprotegido como estratégia de redução de custos e aumento das taxas de lucro. Assim, a precarização das(os) catadoras(es) não é uma anomalia do mercado de trabalho brasileiro, mas expressão de um padrão mundial que reorganiza a produção e distribuição de riquezas a partir da intensificação da exploração.

Compreender essa precarização em sua dimensão histórica implica resgatar as origens desse trabalho no Brasil, analisando como transformações econômicas e

sociais, desde o início da industrialização, moldaram o perfil e as condições dessa categoria.

Os primeiros registros históricos no Brasil sobre a atividade de catação de resíduos remontam ao início da industrialização, na década de 1930, “quando os materiais que tinham mercado eram o ferro e os ossos desprezados por frigoríficos e açougues” (Fisher, 2012, p.1). Nesse período, a prática estava vinculada a um mercado restrito e pouco diversificado de reaproveitamento de matérias-primas.

A expansão significativa dessa atividade, porém, ocorre a partir dos anos de 1970, impulsionada por dois fatores centrais: de um lado, o avanço de novas tecnologias no setor produtivo, que ampliou a variedade e o volume de resíduos passíveis de reciclagem; de outro, o fenômeno do êxodo rural, intensificado pela Revolução Verde, que promoveu transformações na agricultura, mecanizando a produção e expulsando grandes contingentes populacionais do campo. Essa migração em massa para as cidades, contribuiu para o aumento da mão de obra disponível em atividades informais, entre elas a catação de materiais recicláveis (Amaro, 2016).

Como exemplo desse processo, as narrativas das catadoras entrevistadas revelam trajetórias semelhantes: a maioria, sobretudo as nascidas em meados das décadas de 1960 e 1970, é oriunda do espaço rural, onde viviam em meio à produção de alimentos, muitas vezes em contextos de fartura, como relatado. Essas mulheres deixaram o campo, ainda na infância ou adolescência, com suas famílias em busca de melhor qualidade de vida e oportunidades nas cidades, diante dos desafios que se impuseram às famílias pelo contexto do êxodo rural. Embora não tenha sido possível identificar nas entrevistas os motivos individuais dessa migração, a história do Brasil indica que esse êxodo resultou de uma combinação de fatores estruturais. A catadora Carolina recorda:

Meus pais eram da Bahia e iam mudando de sítio, para poder trabalhar e produzir. Meu pai alugava as propriedades e a gente ia vivendo assim. A vida era muito boa, nunca passamos necessidade, nunca, nunca, nunca. Sempre tinha para a casa e para dar para os outros, fomos criados na fartura, onze filhos. Cada um foi crescendo e viemos para a cidade, mas a infância sempre foi no sítio. (Entrevista - Carolina).

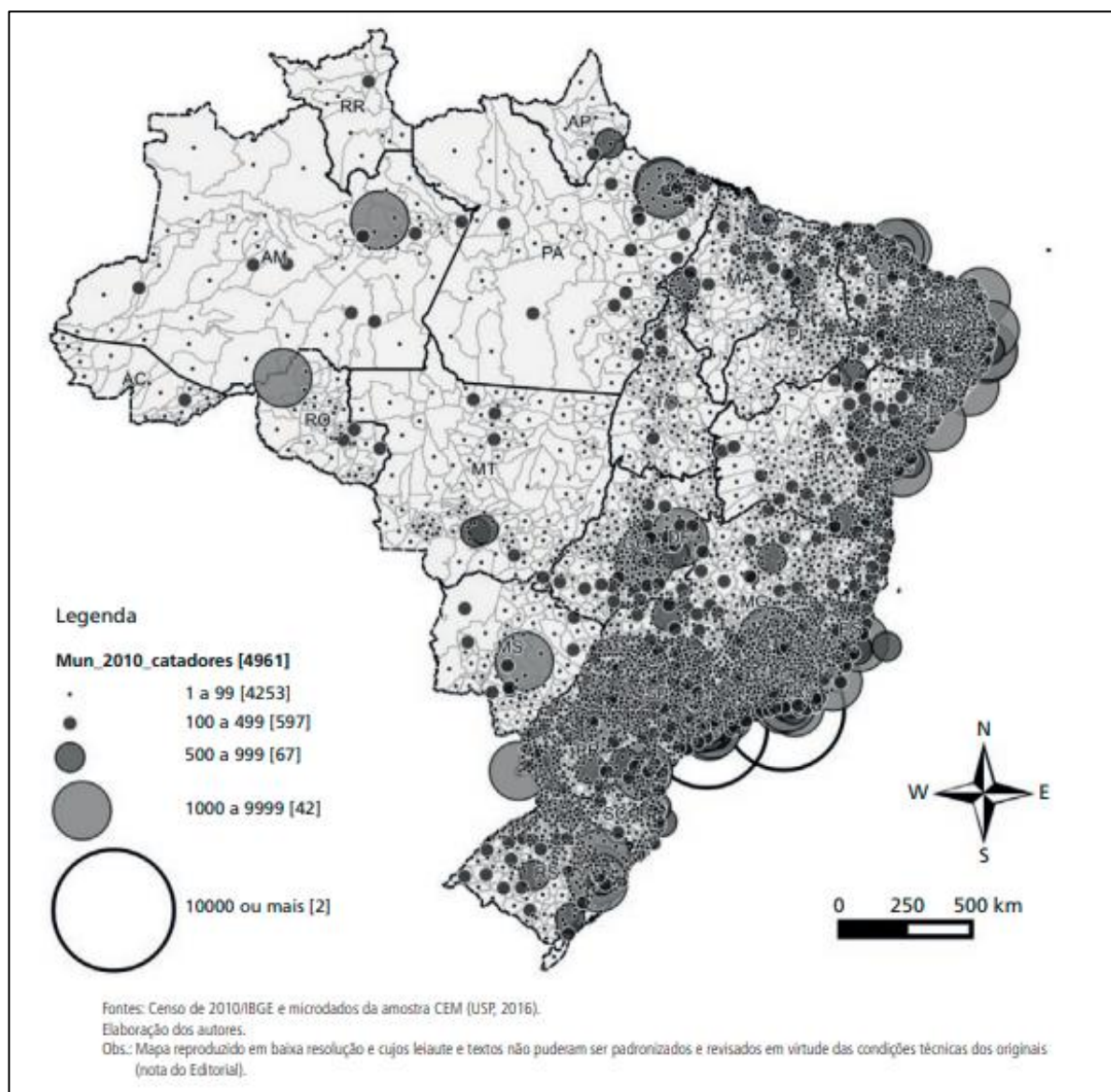
A narrativa de Carolina, somadas a tantas outras trajetórias semelhantes, evidencia como processos históricos mais amplos, como o êxodo rural e a reestruturação produtiva, moldaram o perfil das(os) catadoras(es). Essa herança de

deslocamentos e precarização ajuda a compreender a conformação atual da categoria, caracterizada por diferentes arranjos de trabalho e pela presença expressiva nos centros urbanos brasileiros.

No Brasil há pelo menos três grupos de catadoras(es): aquelas(es) que desenvolvem suas atividades nas ruas das cidades, os que trabalham em lixões e/ou aterros controlados e os organizados em cooperativas ou associações.

O Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) estimava que, em 2012, entre 800 mil e 1 milhão de brasileiros viviam da catação de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Já o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, apresentou um número inferior, pois se baseava apenas na autodeclaração da(o) entrevistada(o) ou de vizinhos, o que, por questões metodológicas, acabou desconsiderando moradores de rua, grupo expressivo entre as(os) catadoras(es) (Dagnino; Johansen, 2017). Diante dessa lacuna, pesquisadores realizaram um levantamento específico, contabilizando 398,3 mil catadoras(es) no Brasil. Embora mais conservador, esse número constitui a primeira sistematização da distribuição espacial dessa população no território nacional (Amaro, 2018). A Figura 8 ilustra tal distribuição, evidenciando a forte concentração em grandes centros urbanos.

Figura 8 - Distribuição espacial de catadoras(es) no Brasil, de acordo com o município de residência, 2010



Fonte: Dagnino; Johansen (2017, p. 118)

Para além da questão numérica e espacial, a composição racial das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis evidencia que a precarização desse trabalho está intrinsecamente relacionada às desigualdades estruturais brasileiras. Segundo Dagnino e Johansen (2017), 66,1% dessa população se autodeclara preta ou parda (14,6% pretas e 51,5% pardas), enquanto 32,7% se autodeclara branca e apenas 1,1% pertence aos demais grupos (0,3% indígena e 0,8% amarela).

Essa distribuição não é fruto do acaso. Como observa Carneiro (2005), o racismo no Brasil estrutura-se de forma a relegar a população negra a posições historicamente subalternizadas no mercado de trabalho, limitando seu acesso a

direitos, oportunidades e melhores condições de vida. No caso da atividade de catação, essa lógica se expressa na representação de pessoas pretas e pardas nesse segmento, revelando como o racismo estrutural e o capitalismo se articulam para produzir e reproduzir condições desiguais de inserção no trabalho e de acesso aos recursos mais básicos.

Assim, é importante destacar que, como argumenta Santos (2000), a pobreza no Brasil não pode ser compreendida como circunstancial ou transitória, mas como uma condição estrutural e historicamente produzida. Trata-se de uma pobreza que se torna crônica, pois se reproduz no tempo, atravessando gerações e territórios, naturalizada como se fosse inevitável. Essa leitura ajuda a compreender por que a presença majoritária de pessoas negras na atividade de catação não resulta de escolhas individuais, mas da reprodução de desigualdades estruturais. Como exemplo empírico, na Cooperlix observou-se que membros de diferentes gerações de uma mesma família atuam na catação, o que evidencia como a pobreza se perpetua no tempo, transformando-se em herança social transmitida às novas gerações. Essa continuidade, contudo, não deve ser romantizada como uma “tradição familiar”⁸, mas compreendida como expressão da pobreza estrutural que restringe alternativas de vida digna e reproduz trajetórias marcadas pela precariedade.

A centralidade de pessoas negras nesse segmento não se reflete apenas nas estatísticas, mas também na experiência cotidiana de quem vive da catação. As(os) catadoras(es) de materiais recicláveis de rua, por exemplo, enfrentam não apenas o esforço físico de empurrar carrinhos pesados por longos percursos, mas também a estigmatização e o preconceito, expostas(os) aos mais variados tipos de violência cotidianamente.

Além disso, nos lixões as condições de trabalho atingem seu grau mais degradante: o ambiente é permanentemente impregnado pelo odor de putrefação, que atrai vetores como insetos, roedores e aves, aumentando o risco de doenças como leptospirose, dengue, febre tifoide e parasitoses. Soma-se a isso a manipulação de

⁸ É importante destacar que a permanência de diferentes gerações de uma mesma família na catação não deve ser confundida com a ideia de herança ou tradição familiar em ofícios valorizados socialmente, como o artesanato, a agricultura ou outros trabalhos que preservam saberes e culturas. No caso da catação, trata-se da reprodução da pobreza estrutural, que restringe alternativas de inserção social e econômica, perpetuando trajetórias de precariedade em vez de representar uma escolha cultural ou uma continuidade desejada.

resíduos perfurocortantes, inclusive de origem hospitalar, potencialmente contaminados por patógenos graves (Souza, 2017).

Esses riscos, longe de se limitarem ao campo das possibilidades, materializam-se em episódios trágicos que revelam a vulnerabilidade extrema a que estão expostas(os) as(os) catadoras(es). Em janeiro de 2019, por exemplo, um casal de catadores, um homem de 59 anos e uma mulher de 50, morreu soterrado após uma vala do aterro controlado desabar sobre eles, no município de Indiana, São Paulo (Paschoalotto, 2019). Esse episódio não apenas evidencia a ausência de medidas protetivas, como escancara a naturalização de condições de trabalho desumanas impostas às(os) catadoras(es).

Apesar de a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei nº 12.305/2010 e, mais recentemente, o Novo Marco Legal do Saneamento - Lei nº 14.026/2020 estabelecerem prazos para erradicação dos lixões no Brasil, a realidade está distante da meta. Segundo o IBGE, 31,9% dos municípios brasileiros ainda destinam seus resíduos sólidos para lixões, o que representa cerca de 3 mil unidades ativas em todo o território nacional (MUNIC, 2023). Essas áreas, além de provocarem severos impactos ambientais, concentram um grande contingente de trabalhadoras(es) expostas(os) a condições insalubres e perigosas.

Os dados indicam que, entre os 5.557 municípios com serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, 4.093 (73,7%) relataram a presença de catadoras(es) informais, enquanto apenas 1.498 (27%) possuíam organizações de catadoras(es), como cooperativas e associações (MUNIC, 2023). Esse cenário evidencia não apenas a permanência de estruturas arcaicas de destinação de resíduos, mas também a fragilidade das políticas de inclusão socioeconômica dessa categoria profissional, que permanece majoritariamente à margem da formalidade e da proteção social.

A catação, mais do que uma atividade que assegura alguma remuneração, representa para muitos trabalhadores a única alternativa viável para garantir sua própria sobrevivência e a de suas famílias dentro de uma lógica socialmente legitimada pelo valor do trabalho. Trata-se, portanto, de uma inserção precária que, embora atenda a um imperativo de sobrevivência, não é reconhecida socialmente como contribuição digna. Como observa Gonçalves (2006), o esforço empreendido no trabalho com o lixo, considerado por eles como honesto, permanece invisível, mal

remunerado e socialmente execrado, desenvolvendo-se à margem das regras sociais básicas e sob o descaso do poder público, ainda que este reconheça sua existência.

Grande parte das(os) catadoras(es) iniciou suas atividades em condições de extrema degradação, atuando diretamente em lixões, o que intensificou o preconceito enfrentado. Sobre esse contexto, Magalhães (2013) ressalta que os estigmas dirigidos a essas(es) trabalhadoras(es) estão frequentemente associados à própria materialidade com que lidam: o lixo, entendido como algo sujo, descartável e incômodo. Assim, paradoxalmente, embora sejam responsáveis por promover a limpeza urbana e contribuir para a redução dos resíduos, acabam sendo socialmente identificados como “sujos”. Por outro lado, muitas(os) catadoras(es) reconhecem em seu trabalho um papel ativo na preservação ambiental e na manutenção da higiene das cidades, subvertendo, assim, a lógica estigmatizante que as(os) marginaliza.

Ainda que inseridos no circuito econômico da reciclagem, as(os) catadoras(es) sempre ocuparam uma posição invisibilizada na sociedade urbana. A maioria dos habitantes das cidades desconhece a realidade dos lixões e o modo como se realiza o trabalho de catação, assim como permanece distante do contato direto com as(os) catadoras(es) (Gonçalves, 2006). Essa intermediação é feita por sucateiros e atravessadores, que, em articulação com a indústria recicladora, determinam os preços e os materiais de interesse, reforçando a condição de dependência e vulnerabilidade das(os) trabalhadoras(es). Gonçalves (2006) ressalta que o trabalho de catação nos lixões revela uma das faces mais perversas da sociedade contemporânea, marcada pela superexploração: a vida das(os) catadoras(es) é submetida à lógica de reprodução ampliada do capital, que se sustenta à custa de condições de trabalho precárias e de baixa remuneração.

Sobre o trabalho em lixões, durante as entrevistas realizadas na Cooperlix, muitas catadoras relataram suas experiências nesses espaços marcados pela insalubridade e pelo estigma social. A ausência de infraestrutura mínima, a exposição constante a intempéries e a forma como eram vistas pela sociedade apareceram como elementos recorrentes. Benedita, por exemplo, recorda:

Trabalhei no lixão por uns 10 anos, eu e meu marido. Foi um tempo muito difícil. Lá a gente não tinha segurança, não tinha um banheiro para poder usar, poder lavar as mãos. A gente ficava o dia todo debaixo de sol, chuva, frio às vezes. Quando precisava ir embora, pegar um ônibus a gente sentia que as outras pessoas olhavam de forma estranha para nós, o cheiro de lixo era forte e ninguém queria ficar perto de catador de lixo, era muito triste. (Entrevista - Benedita).

Esse relato sintetiza não apenas a precariedade material do trabalho nos lixões, mas também a violência simbólica que acompanha essa atividade: o olhar que discrimina, a recusa da proximidade, a negação do reconhecimento enquanto trabalhadora. Tais experiências revelam como a inclusão precária, além de operar no campo econômico, se reproduz também no campo das representações sociais, perpetuando a marginalização dessa categoria.

Bell também relembra o período em que trabalhou no lixão de Presidente Prudente:

Antes daqui (Cooperlix) eu trabalhava no lixão. Lá eu trabalhei 10 anos e aqui já vai para 11 anos, 21 anos ao todo. No lixão era muito difícil, lá era só Jesus na causa. Lá tinha muita coisa errada, tinha gente que ia para trabalhar, gente que usava o aterro que usava para ganhar dinheiro fácil, com a venda de drogas, por exemplo. A vinda para cá foi excelente. (Entrevista - Bell).

Além das dificuldades cotidianas, Bell relata um episódio de violência:

Inclusive quando trabalhava no lixão eu e minha esposa passamos por uma situação difícil. Tinha uma rixa entre o pessoal de um bairro e outro, de coisa de droga. E eu era amiga de um pessoal de um desses bairros. Teve um dia que os caras ficaram nos olhando o dia todo, mas continuei meu trabalho. Minha esposa foi se deitar para descansar em um colchão no final da tarde. O cara chegou com um revólver e deu dois tiros no chão. Corri para ver o que estava acontecendo e um deles me deu uma paulada no braço, que quebrou meu braço e o outro armado com um revólver. A gente começou a gritar e eles fugiram com medo da polícia. (Entrevista - Bell).

Essas experiências atravessadas por condições insalubres, estigmatização e episódios de violência, revelam a dureza cotidiana enfrentada por quem trabalhou em lixões, marcando profundamente suas trajetórias de vida e trabalho.

Mesmo em cenários marcados pela insalubridade e pela violência, as entrevistas realizadas revelam que o trabalho com a reciclagem foi, para muitas catadoras, o recurso que lhes permitiu sustentar suas famílias. Cora, por exemplo, lembra que, apesar das dificuldades, o lixão era visto como um “garimpo”: um lugar onde, a cada dia, era possível extrair do lixo aquilo que garantiria o alimento e outras necessidades básicas. Essa perspectiva, ainda que marcada pela precariedade, evidencia o papel central da catação na sobrevivência e como, em contextos de extrema vulnerabilidade, o trabalho com resíduos se torna um meio de resistência. A seguir o relato de Cora:

Eu estava desempregada e o povo falava assim “vamos lá para o garimpo”, o povo chamava assim, de garimpo, porque tinha muita coisa boa e se você tivesse devendo uma conta de água de 200 reais, por exemplo, você fazia em um dia. Eu estava apertada, porque meus filhos tinham 18, 16 e 14 anos,

e não tinha nada para comer, eu desempregada. Aí, eu fui lá para esse garimpo, peguei gosto e fiquei lá até vir para cá. Fiquei uns 15 anos trabalhando no lixão. Pagava aluguel, água, luz, minha geladeira cheia, tudo de lá. Eu lembro que era uma época boa. Só era o ruim o sol, não tinha um banheiro, nessas partes era ruim, mas só isso. (Entrevista - Cora).

A metáfora do “garimpo” revela, portanto, a complexidade da experiência no lixão: ao mesmo tempo que explicita a precariedade extrema e a ausência de condições dignas de trabalho, também traduz a percepção de que ali era possível “extrair” o necessário para sobreviver. Tal percepção evidencia a centralidade da catação como estratégia de reprodução social e ressignifica o lixão como espaço ambíguo, marcado pela insalubridade e pela violência, mas também pela possibilidade de sustento e pela construção de dignidade em meio ao descarte.

O lixão e as próprias cooperativas, não devem ser entendidos apenas como espaço físico de descarte, mas como territórios construídos pelas práticas cotidianas das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis. Como argumenta Haesbaert (2002), o território é um processo dinâmico, resultado das múltiplas ações e significados que lhe são atribuídos. Para Raffestin (1993), é pela apropriação, concreta ou simbólica, que o ator territorializa o espaço.

No caso de lixões, essa apropriação não se traduz em posse formal, mas em formas de pertencimento e identificação, estabelecendo vínculos afetivos e simbólicos que ressignificam o lugar (Haesbaert, 2007). O trabalho de catação, ao mesmo tempo que garante o sustento, cria laços identitários e de sociabilidade, transformando o lixão em território de sobrevivência.

Diante dessa realidade, em que o sustento se conquista sob condições degradantes e estigmatizadas, emergiu a necessidade de organização coletiva e de afirmação política da categoria. Nesse processo, um marco importante foi o reconhecimento formal da ocupação de “catadora(o) de materiais recicláveis” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002. Essa mudança não se restringiu a uma alteração terminológica: significou a conquista de uma identidade profissional legitimada, que rompeu parcialmente com a imagem do “lixo” associada ao trabalho e deu maior visibilidade às lutas do setor.

Esse avanço esteve intrinsecamente ligado à atuação do Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que, presente em todo o território nacional, se consolidou como articulador das reivindicações da classe,

abrindo espaço para que catadoras(es) passassem a ser reconhecidas(os) como sujeitos de direitos e de políticas públicas (Magalhães, 2013).

Essa legitimação também passa pela compreensão de que o objeto de trabalho das(os) catadoras(es), o resíduo descartado, é transformado em mercadoria. Ao reinserir esses materiais no ciclo produtivo, realizam sua utilidade potencial e evidenciam o valor de troca que carregam, garantindo, assim, sua própria sobrevivência. Trata-se de um processo de ressignificação do lixo (algo socialmente considerado inútil) em mercadoria (algo útil, dotado de valor de uso e de valor de troca) (Magalhães, 2013).

Durante décadas, as(os) catadoras(es) trabalharam de maneira informal e sem reconhecimento, enfrentando preconceitos, condições de trabalho precárias e riscos à saúde. No entanto, sua contribuição para a reciclagem e para a redução do volume de resíduos em aterros e lixões é imensa, destacando-se como um elemento central para a diminuição dos impactos ambientais, sobretudo em áreas urbanas.

No Brasil, a Lei nº 12.305 de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e é considerada um dos marcos fundamentais para mitigação dos impactos socioambientais atrelados à questão de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos no país. Essa política preconiza como ações primordiais a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada para os rejeitos (Fuzzi, 2016). Além disso, enfatiza ainda a participação e integração imprescindível de catadoras(es) de materiais recicláveis em tais ações, visando a inclusão social e emancipação econômica de tais agentes (Brasil, 2010).

Apesar dos avanços institucionais e normativos, a efetivação de direitos para as(os) catadoras(es) tem sido marcada por contradições e retrocessos. Nesse campo de luta por conquista e garantia de direitos sociais, os desafios se agigantaram nos últimos anos. Como destacam Silva e Silva (2018), embora tenham ocorrido conquistas importantes nas primeiras décadas do século XXI, especialmente entre 2002 e 2015, a crise institucional de 2016 inaugurou um ciclo de perdas significativas para a categoria.

Os retrocessos se tornaram visíveis na lentidão da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e na perda de centralidade, na agenda governamental, das iniciativas de inclusão socioeconômica voltadas às(os) trabalhadoras(es) da reciclagem. No caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevalecem, cada vez

mais, os interesses empresariais da cadeia da reciclagem, em detrimento de ações emancipatórias de enfrentamento à pobreza. Políticas públicas estruturantes, articuladas à expansão de direitos sociais e econômicos, foram dificultadas por medidas de ajuste fiscal de caráter neoliberal, adotadas em um cenário adverso aos movimentos sociais e marcado pela ascensão do conservadorismo político no Brasil (Ferreira, Silva, Silva, 2023).

Diante dos retrocessos e esvaziamento de políticas públicas, a organização coletiva ganha centralidade como instrumento de resistência e conquista de direitos. Nessa direção, o Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) se destaca como protagonista, articulando em escala nacional as lutas por melhores condições de trabalho, reconhecimento social e inserção digna no sistema de gestão de resíduos sólidos.

Criado oficialmente em 2001, o MNCR consolidou-se como a principal articulação política da categoria no Brasil, reunindo cooperativas, associações e trabalhadoras(es) autônomas(os) de diferentes regiões. Sua atuação se pauta na defesa de direitos trabalhistas, na ampliação da participação das(os) catadoras(es) nas políticas de gestão de resíduos sólidos urbanos e na luta contra a invisibilidade social que historicamente marca essa ocupação (Motta, 2017).

A consolidação do MNCR como principal articulador das lutas da categoria foi acompanhada pela construção de símbolos coletivos que reforçam sua identidade política. Entre eles, destaca-se a bandeira do movimento (Figura 9), amplamente utilizada em marchas, encontros e mobilizações, como expressão da força e da unidade de catadoras(es) em todo o Brasil.

Figura 9 - Bandeira do Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR



Fonte: MNCR, 2025.

Entre as conquistas do MNCR estão a inclusão da categoria em programas de coleta seletiva, a participação em conselhos e fóruns ambientais e a conquista de contratos com prefeituras para a prestação de serviços. No entanto, essas vitórias convivem com obstáculos persistentes, como a instabilidade de parcerias institucionais, o descumprimento de acordos firmados e a falta de infraestrutura adequada para o trabalho (Motta, 2017).

Tais fragilidades expõem um aspecto pouco visibilizado: a organização coletiva, embora essencial, não imuniza as(os) catadoras(es) contra conflitos e tensões que atravessam o cotidiano da atividade. Desde disputas políticas com administrações municipais até episódios de violência e ameaças à integridade física, a realidade da catação está permeada por embates que revelam tanto a vulnerabilidade estrutural da categoria, quanto sua capacidade de resistência, que será material de análise da próxima seção.

5.2 Conflitos ambientais e as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis: tensões no trabalho de catação

Como discutido no subcapítulo anterior, a trajetória das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis no Brasil é marcada por precariedade estrutural, invisibilidade social e pela constante luta por reconhecimento. Ao mesmo tempo, como apresentado no Capítulo 3, os conflitos ambientais refletem disputas territoriais, políticas e

econômicas que impactam diretamente as condições de trabalho e de vida de grupos historicamente vulnerabilizados. No campo da gestão de resíduos sólidos urbanos, esses conflitos assumem múltiplas formas, revelando tensões que ultrapassam o âmbito técnico e evidenciam embates sociais, econômicos e políticos em torno do destino dos resíduos. O Quadro 2, a seguir, apresenta uma síntese desses conflitos no Brasil:

Quadro 2 - Conflitos ambientais na gestão de resíduos sólidos: registros no contexto brasileiro

Localidade	Motivo para o conflito ambiental	Principais impactos	Estratégias de resistência
Porto Alegre (RS)	Proibição de veículos de tração animal	Exclusão de catadores que dependem dos veículos; medida com viés higienista	MNCR denuncia caráter discriminatório e econômico da lei
Curitiba (PR)	Incineração de resíduos	Ameaça à reciclagem; descumprimento do PNRS; risco de poluição	Catadores denunciam violação da PNRS
São Bernardo do Campo (SP)	Incineração de resíduos	Risco à saúde, ao meio ambiente e ao sustento dos catadores	Aliança entre catadores e sociedade civil paralisa temporariamente o projeto
Mauá (SP)	Incineração de resíduos	Risco ambiental e social; perda do sustento de famílias catadoras	Protestos e denúncias de catadores
Barueri (SP)	Usina de conversão de resíduos em energia	Risco à reciclagem	Resistência de catadores e sociedade civil, ainda insuficiente para barrar o projeto
Jardim Gramacho (RJ)	Fechamento de lixão	Perda da principal fonte de sustento; contaminação da água; promessas não cumpridas	Lutas sociais por dignidade e condições de vida
Cidade dos Meninos, Duque de Caxias (RJ)	Contaminação química	Prejuízo à saúde e ao ambiente da comunidade	Mobilização comunitária e denúncias
Sarzedo (MG)	Incineração de resíduos perigosos	Prejuízo à saúde e ao ambiente da comunidade	Proibição da incineração de resíduos sólidos; luta segue contra resíduos perigosos
Olho D'Água das Flores (AL)	Lixão em comunidade quilombola	Ameaça à saúde e sustentabilidade do território	Comunidade quilombola conquista suspensão do lixão
Cacoal (RO)	Incineração de resíduos	Impactos ambientais e ameaça ao trabalho de reciclagem	Forte oposição da sociedade civil e catadores
Belém (PA)	Lixão do Aurá	Poluição do ar e da água; permanência de catadores em condições degradantes	Catadores lutam por direitos e dignidade diante da crise de resíduos

Fonte: Atlas de Justiça Ambiental (2024); Mapa de Conflitos de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (FIOCRUZ, 2024). Organizado e elaborado pela autora.

A sistematização dos conflitos ambientais relacionados à gestão de resíduos sólidos no Brasil revela alguns padrões recorrentes. Em primeiro lugar, a incineração aparece como um dos principais eixos de disputa: projetos em Curitiba, São Bernardo

do Campo, Mauá, Barueri, Sarzedo e Cacoal demonstram a insistência do poder público e de empresas privadas em adotar tecnologias de queima de resíduos como suposta solução sustentável. Entretanto, essa lógica contraria o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e ameaça diretamente o trabalho de milhares de catadoras(es), além de intensificar riscos de poluição e contaminação ambiental.

Outro aspecto marcante é a marginalização social e institucional das(os) catadoras(es), seja por meio de legislações higienistas, como a proibição de veículos de tração em Porto Alegre, ou por meio da imposição de barreiras burocráticas, como no caso de São Paulo, em que dezenas de cooperativas foram paralisadas. Esses episódios revelam como as políticas públicas frequentemente desconsideram o papel ambiental fundamental desempenhado pelas(os) catadoras(es), tratando-as(os) como entraves em vez de protagonistas da gestão de resíduos.

Também se destacam os conflitos associados ao fechamento de lixões, como em Jardim Gramacho - RJ e no Lixão do Aurá - PA, que, ao mesmo tempo em que respondem a pressões legais e ambientais, resultam em graves impactos sociais para milhares de famílias cuja sobrevivência depende desses espaços. A ausência de políticas de transição justa transforma medidas de saneamento em novos focos de vulnerabilidade e precarização.

Casos como o da Cidade dos Meninos - RJ e do quilombo de Gameleiro - AL, evidenciam ainda a dimensão histórica e territorial dos conflitos, onde comunidades populares convivem com contaminações químicas e com a destinação inadequada de resíduos, lutando pela permanência em seus territórios e pelo direito a um ambiente saudável.

Por fim, a análise aponta que, em diferentes regiões e sob múltiplas formas, a gestão de resíduos sólidos no Brasil é marcada por disputas que entrelaçam interesses econômicos, políticas públicas e direitos sociais, sendo as(os) catadoras(es) os principais sujeitos impactados. Apesar disso, em todos os casos relatados, observa-se também a mobilização ativa dessas(es) trabalhadoras(es) e de comunidades locais, que, por meio de protestos, alianças e denúncias, resistem à invisibilização e reafirmam seu papel central na construção de alternativas ambientais mais justas.

Além desses conflitos estruturais, há situações em que a violência assume uma face ainda mais brutal, atingindo diretamente a integridade física de lideranças de catadoras(es). Na noite de 1º de julho de 2025, Anamone dos Santos, coordenadora

do Fórum de Catadoras de Rua da Bahia e referência nacional na luta por direitos, sofreu uma tentativa de homicídio nas instalações da Cata Bahia, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Dias antes, ela havia registrado um boletim de ocorrência após receber ameaças. Homens armados cercaram o local, gritaram seu nome e dispararam diversas vezes, obrigando-a a fugir; desde então, encontra-se sob proteção em local não divulgado. A trajetória de Anamone está ligada à defesa dos direitos de catadores e catadoras individuais, frequentemente excluídos de políticas públicas e alvo de violência institucional. Sua atuação no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) vem contrariando os interesses de atravessadores e estruturas que lucram com a informalidade da cadeia da reciclagem, o que explica em parte a escalada das ameaças. Como destacaram organizações sociais e autoridades, esse atentado não é apenas uma tentativa covarde de silenciar uma voz individual, mas um ataque à própria organização coletiva e aos direitos conquistados. O episódio evidencia como a vulnerabilidade das(os) catadoras(es) extrapola a esfera da precariedade laboral, alcançando também o campo da violência política e institucional, onde gênero, classe e raça interagem para produzir riscos concretos contra aquelas(es) que ousam resistir e organizar alternativas ao modelo vigente (ANCAT, 2025).

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como esses conflitos se desdobram no cotidiano da catação. Mais do que uma atividade de sobrevivência, a coleta e triagem de materiais recicláveis inserem-se em um espaço de permanente tensão, em que interesses econômicos, políticas públicas e estratégias de gestão ambiental se chocam com os direitos e a dignidade de trabalhadoras(es) historicamente marginalizadas(os). Ao analisar tais tensões, é possível evidenciar as contradições do modelo de desenvolvimento vigente, que ao mesmo tempo em que proclama a sustentabilidade, reforça desigualdades de gênero, classe e raça. Assim, é preciso analisar os conflitos e impactos gerados para as(os) catadoras(es) com o fechamento de lixões.

Como já mencionado, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010), reforçada pelo Novo Marco Legal de Saneamento (Brasil, 2020), determinou a erradicação dos lixões no Brasil. Do ponto de vista ambiental e sanitário, trata-se de uma medida necessária e urgente, diante da degradação extrema e dos riscos que esses espaços representam. Contudo, a forma como esse processo tem sido conduzido revela profundas tensões sociais, pois a transição para aterros sanitários e

sistemas de coleta seletiva nem sempre assegura alternativas de trabalho e renda para as(os) milhares de catadoras(es) que dependem economicamente desses espaços.

Na prática, o fechamento dos lixões significou a expulsão de trabalhadoras(es) de seus locais de sustento sem a implementação consistente de políticas de inclusão produtiva. Em muitos municípios, ao invés de estruturar sistemas de coleta seletiva com participação efetiva das cooperativas, optou-se pela terceirização dos serviços para empresas privadas, transformando uma medida de saneamento em campo de acumulação de capital (Dias, 2009). O resultado é a reprodução da desigualdade: aquelas(es) que historicamente sustentaram a reciclagem no país, em condições precárias, continuam invisibilizadas(os) e marginalizadas(os).

Tal contradição evidencia que a dimensão ambiental das políticas de resíduos não pode ser dissociada da dimensão social. O discurso da sustentabilidade, quando descolado da realidade concreta das(os) catadoras(es), tende a gerar injustiças ambientais, deslocando populações vulneráveis sem oferecer alternativas viáveis de inserção. Nesse sentido, o fechamento dos lixões configura-se como um conflito ambiental de primeira ordem, pois coloca em disputa o direito ao trabalho, à renda e à dignidade.

Em diferentes municípios brasileiros, os processos de fechamento de lixões foram acompanhados de insegurança, promessas não cumpridas e resistências. A proposta governamental de realocação em galpões temporários, por exemplo como ocorreu no caso do fechamento do lixão da Estrutural em Brasília - DF, frequentemente encontra oposição, sobretudo porque a renda obtida na coleta seletiva tende a ser inferior à do trabalho no lixão e exige uma reorganização profunda da dinâmica das cooperativas e das economias familiares (Fuzzi, 2021).

Essa conjuntura revela uma contradição recorrente: embora a formação de cooperativas seja apresentada como alternativa de inclusão social e produtiva, para muitas(os) catadoras(es) ela significa perda imediata de renda, necessidade de adaptação a uma lógica de trabalho coletivo nem sempre familiar e enfrentamento de exigências burocráticas de difícil cumprimento.

Essas contradições se refletem diretamente nos conflitos gerados durante a implementação das cooperativas, pois as(os) catadoras(es) tendem a desconfiar tanto do poder público quanto das promessas de melhoria que não se concretizam. A desconfiança não é infundada: ela se enraíza em experiências anteriores de

abandono e promessas não cumpridas, especialmente em períodos eleitorais. Conceição, que participou da transição do trabalho no lixão de Presidente Prudente para a Cooperlix, relembra esse momento:

Eu me lembro muito bem. A gente não queria aceitar, não. Porque a gente ali no lixão foi muito enganado, principalmente na época de política. Não queria de jeito maneira alguma acreditar no professor⁹, e ele com aquele carinho todo que sempre tem com a gente, foi conquistando e conquistando. [...] Temos na figura dele uma pessoa de confiança. Porque ele falou para o nosso grupo no lixão: “gente, o lixão vai acabar. Não vai mais poder ter lixão a céu aberto e a gente tem que sair daqui”. Ele sempre usou “a gente”, não usou “você têm que fazer isso”. Então a gente escolheu a cooperativa e saímos do lixão (Entrevista - Conceição).

A confiança construída se fortaleceu ao longo do processo, pois, ao contrário das promessas políticas anteriores, as mudanças desta vez estavam de fato acontecendo:

A gente acreditou, igual a gente acredita até hoje. A gente foi vendo que não era mentira, era realidade e que estava acontecendo as coisas [...] a gente começou a confiar, pegar aquela confiança. [...] A gente foi confiando, pegando aquela confiança e eles mostrando que ali era uma coisa que ia acontecer mesmo de verdade (Entrevista - Conceição).

Os testemunhos também revelam o papel desempenhado por agentes intermediadores, como professoras(es) e pesquisadoras(es) vinculados a projetos universitários, que acompanharam o processo de transição do lixão para a cooperativa, como aconteceu em Presidente Prudente. A literatura sobre economia solidária destaca que tais mediações são fundamentais para viabilizar empreendimentos coletivos em contextos de vulnerabilidade. Como observa Singer (2002), experiências de autogestão popular dificilmente se sustentam sem o apoio de assessorias externas, que contribuem para formar capacidades organizativas. França Filho (2007) acrescenta que a universidade, por meio da extensão, pode atuar como instância mediadora entre catadoras(es) e o poder público, favorecendo processos de reconhecimento e inclusão. Nessa mesma direção, Gaiger (2004) enfatiza que a economia solidária se estrutura a partir da articulação entre sujeitos sociais e agentes de apoio, cujo papel é facilitar a construção da autogestão e ampliar os espaços de diálogo.

⁹Nesse caso, Conceição se refere ao professor coordenador do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP, intitulado “Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Presidente Prudente - SP”, iniciado em 2001.

Dessa forma, a experiência da Cooperlix demonstra que, embora o fechamento de lixões tenda a gerar conflitos marcados pela desconfiança e pela perda imediata de renda, a presença de mediadoras(es) comprometidas(os), aliadas(os) ao diálogo efetivo com as(os) catadoras(es), pode transformar resistências iniciais em processos de organização coletiva.

Contudo, é preciso reconhecer os limites dessas ações: a maior parte das(os) trabalhadoras(es) que desempenhavam seu trabalho em lixões muitas vezes não é absorvida pelas cooperativas, permanecendo à margem das políticas de inclusão. Essa situação revela que, mesmo quando existem experiências bem-sucedidas, elas não alcançam todo o universo de catadoras(es), evidenciando tanto a insuficiência das políticas públicas quanto a permanência da precariedade como marca estrutural do setor.

Um exemplo paradigmático dessa contradição é o do Aterro de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias - RJ, desativado em 2012 após operar por décadas como o maior depósito de resíduos da América Latina. Na ocasião, cerca de 1.700 catadoras(es) viviam diretamente da coleta no local. Mais de dez anos depois, muitas(os) ex-catadoras(es) ainda permanecem em situação de miséria, sem acesso a saneamento básico e renda digna (Carvalho, Lima, 2022).

Depoimentos coletados pela Agência Pública (2022) expõem a profundidade dessa ruptura: Nina, vice-presidente de uma cooperativa local, denuncia que: “fecharam nosso lixão e passaram a mandar os caminhões para Seropédica, onde tudo é aterrado, inclusive material reciclável. (...) Estão enterrando ouro lá, e a gente aqui passando fome” (Briso, 2022). Domício, catador de longa data, relata que a renda de sua família caiu 75% após o fechamento, despencando de cerca de R\$ 100 por dia para apenas R\$ 25, o equivalente a R\$ 2,50 per capita em um grupo de dez pessoas (Briso, 2022).

Esses testemunhos revelam como a erradicação de lixões, embora ambientalmente necessária, pode gerar ainda mais fome, miséria e frustração quando não acompanhada de políticas efetivas de inclusão. Promessas de capacitação, urbanização e infraestrutura social permanecem em grande parte no papel, deixando catadoras(es) em um limbo de desamparo e invisibilidade, no caso de Jardim Gramacho (Briso, 2022).

A análise desses casos evidencia a natureza paradigmática desse processo: espaços de degradação ambiental e humana cuja erradicação é inegociável sob a

ótica da saúde pública e da dignidade, mas que, ao mesmo tempo, representaram durante décadas a única fonte possível de sobrevivência para milhares de famílias. O paradoxo entre a urgência ambiental e a reprodução das desigualdades sociais explicita como esses conflitos se enraízam em um contexto de desigualdade, pobreza e racismo, todos de forma estrutural. Historicamente, as(os) catadoras(es) foram empurradas(os) para as ocupações mais precarizadas, como a catação em lixões, evidenciando que essa situação não é um efeito colateral, mas parte constitutiva do modelo de desenvolvimento.

Assim, os conflitos ambientais associados ao fechamento de lixões não podem ser lidos apenas como um descompasso entre políticas ambientais e sociais, mas como expressão de uma lógica mais profunda: a de um modelo de desenvolvimento que, sob a racionalidade do subdesenvolvimento e da colonialidade, subordina vidas e territórios à engrenagem da acumulação capitalista. Nesse processo, populações historicamente vulnerabilizadas, majoritariamente negras, pobres e periféricas, continuam a ser tratadas como descartáveis.

Nesse cenário, torna-se fundamental observar como tais contradições se materializam no plano local. O caso da Cooperlix, em Presidente Prudente, sintetiza muitos dos dilemas aqui discutidos: de um lado, a organização coletiva das(os) catadoras(es) representa uma conquista em termos de reconhecimento e melhores condições de trabalho; de outro, a cooperativa permanece vulnerável à instabilidade contratual, à precariedade estrutural e à falta de investimentos públicos. A análise de sua trajetória, de sua situação atual e dos conflitos que marcam sua relação com o poder público permitirá compreender, de maneira mais concreta, como as tensões entre Estado, mercado e trabalho atravessam a vida cotidiana das mulheres e homens que sustentam a coleta seletiva no município.

6. A COOPERLIX EM PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO: ENTRE PRECARIIDADE ESTRUTURAL E FORÇA COLETIVA

Este capítulo é dedicado ao aprofundamento da experiência da Cooperlix - Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente, recorte espacial central desta pesquisa. A análise aqui proposta reconhece que a Cooperlix não pode ser compreendida apenas como pano de fundo para o estudo das mulheres catadoras, uma vez que sua realidade está atravessada por processos estruturais de empobrecimento, racismo e precarização do trabalho que afetam todos os seus integrantes. No entanto, sem perder de vista que a questão de gênero constitui o eixo central desta tese, a abordagem sobre a Cooperlix busca evidenciar tanto suas fragilidades históricas e estruturais quanto sua força de organização coletiva, preparando o terreno para, no capítulo seguinte, discutir em profundidade as experiências, desafios e estratégias das mulheres que nela atuam.

Na sequência do debate desenvolvido no capítulo anterior, que abordou, entre outras questões, os conflitos estruturais na gestão de resíduos sólidos urbanos e os efeitos da vulnerabilidade vividos pelas(os) catadoras(es) no Brasil, esta seção desloca o olhar para o âmbito específico da Cooperlix. O objetivo é compreender como essas tensões mais amplas se materializam em sua realidade cotidiana, marcada por trajetórias de luta, condições de trabalho precárias, mas também por práticas de solidariedade e resistência. O exame da Cooperlix, portanto, permite articular o plano estrutural dos conflitos à experiência concreta das(os) trabalhadoras(es) que constituem núcleo dessa pesquisa.

6.1 Percorrendo os meandros históricos da COOPERLIX: o processo inicial de formação

O histórico da Cooperlix está intimamente vinculado à problemática da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em Presidente Prudente - SP, marcada por impasses e desdobramentos que se prolongam ao longo dos anos.

Um dos aspectos mais complexos da história de Presidente Prudente no gerenciamento de resíduos sólidos urbanos refere-se às áreas de disposição final, historicamente negligenciadas pela Prefeitura Municipal e responsáveis por graves impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada de materiais (Nunes,

2002; Cantóia, 2012). Como observa Mazzini (1997), desde a criação do município, pelo menos vinte e três locais foram utilizados para o descarte a céu aberto, sem qualquer tratamento, caracterizando os chamados lixões. O antigo lixão municipal, localizado no Distrito Industrial, foi posteriormente convertido em aterro controlado, já desativado. As Figuras 10 e 11 apresentam uma vista parcial dessa área.

Figura 10 - Entrada do aterro controlado desativado de Presidente Prudente - SP



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 11 - Área do antigo lixão, posteriormente convertido em aterro controlado, atualmente desativado, em Presidente Prudente - SP



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Durante décadas, os lixões constituíram o espaço de sobrevivência de catadoras(es) que hoje fazem parte da Cooperlix. O maior e mais longo deles localizava-se no Distrito Industrial, aproximadamente 6 km do centro de Presidente Prudente e próximo a bairros residenciais, como ilustrado na Figura 12.

Figura 12 - Proximidade da área urbana ao aterro controlado de Presidente Prudente, antigo lixão



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

A localização de lixões em áreas próximas a bairros residenciais não é uma especificidade de Presidente Prudente, mas reflete um padrão mais amplo de gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Historicamente, a escolha por instalar essas áreas em zonas periféricas evidencia a lógica de injustiça ambiental, segundo a qual populações de baixa renda são mais diretamente expostas à poluição, aos riscos sanitários e aos impactos sociais decorrentes da disposição final inadequada de resíduos sólidos. Como destacam Herculano (2002) e Acselrad (2004), a proximidade entre lixões e áreas habitadas ilustra a desigualdade na distribuição dos custos ambientais, recaindo desproporcionalmente sobre grupos já marcados pela vulnerabilidade socioeconômica. No caso de Presidente Prudente, muitas(os) catadoras(es) que hoje integram a Cooperlix residem justamente nesses bairros periféricos adjacentes ao antigo lixão, vivenciando simultaneamente a precariedade ambiental e o estigma social associado à catação.

Sobre os desafios do trabalho no lixão de Presidente Prudente, as entrevistas revelam relatos marcantes das catadoras, como o de Lélia, 61 anos, que desenvolve a atividade de catação há 23 anos, tendo trabalhado um ano no lixão e os demais na Cooperlix:

Eu trabalhei durante 1 ano no lixão. Trabalhava lá porque tinha filhos pequenos e estava desempregada, não conseguia encontrar trabalho que poderia trabalhar e cuidar dos meus filhos. Uma vizinha minha já trabalhava no lixão me chamou para ver como era. Vou falar para você, bom não era, não. Mas foi ali que encontrei minha fonte de sobrevivência, dar o que comer para minha família. Eu tinha também liberdade para trabalhar nos melhores horários para mim, porque tinha as crianças pequenas. Eu não reclamo, porque era o que Deus tinha para me dar naquele momento (Entrevista - Lélia).

[Entrevistadora: E como você vê a diferença do trabalho desenvolvido no lixão e hoje na Cooperlix?]: Ah, não tem comparação. Eu digo para você que eu aceitava, porque era o que eu tinha naquele momento, mas hoje é muito melhor. Aqui a gente tem segurança, horário de serviço certinho, tempo de descanso, estamos protegidos do sol, da chuva, do frio. Tem dificuldades? Sim, claro que tem, mas eu me sinto feliz por estar aqui (Entrevista - Lélia).

O relato de Lélia ilustra com clareza a noção de inclusão precária discutida por Martins (1997), segundo a qual a inserção de trabalhadores(as) em atividades laborais ocorre não a partir de garantias formais, mas como estratégia de sobrevivência em meio ao desemprego e à ausência de políticas sociais efetivas. Trabalhar no lixão, ainda que em condições degradantes, representava “o que havia” para sustentar a família, configurando uma forma de inclusão marcada pela necessidade e não pela cidadania. Ao mesmo tempo, sua fala evidencia o contraste entre a extrema vulnerabilidade do trabalho no lixão e as melhorias conquistadas com a inserção na Cooperlix, ainda que dentro de um contexto de precarização do trabalho, tal como analisa Antunes (2018). Nesse sentido, a experiência da catadora revela o movimento contraditório em que a catação se situa: de um lado, trabalho desvalorizado e socialmente estigmatizado; de outro, possibilidade concreta de renda, reconhecimento e melhores condições quando organizada de forma coletiva.

Uma outra fala que aconteceu de forma recorrente durante as entrevistas, está relacionada ao acesso ao consumo a partir da possibilidade de crédito. Sobre isso Esperança relata:

Eu digo sempre que quando eu trabalhava no lixão e ia numa loja dessas grandes de departamento tentar comprar uma coisa com o crediário, a gente não conseguia. Quando chegava na parte “trabalha onde?” e eu respondia “trabalho no lixão” a pessoa já mudava de cara e dizia que não era possível fazer o crediário. Eu não tinha problema nenhum com o meu nome, o dinheiro estava lá, eu ia pagar, mas só de dizer que trabalhava no lixão, pronto, não dava mais. Era como se eu não existisse, era muito humilhante. Hoje isso já não acontece mais, a gente pode ir em qualquer lugar e comprar o que quiser. Eu falo com orgulho: “trabalho na Cooperlix!” e nunca mais tivemos problemas com isso de não conseguir crediário (Entrevista - Esperança).

O depoimento de Esperança explicita que o trabalho no lixão não gerava apenas precariedade material, mas também exclusão simbólica e estigmatização

social (Goffman, 1988). Ao serem identificadas como “trabalhadoras(es) do lixão”, as(os) catadoras(es) eram desqualificadas(os) como sujeitas(os) de crédito, independentemente de sua condição financeira, vivenciando a humilhação de serem vistas(os) como indignas(os) do consumo e, portanto, da cidadania plena. Com a entrada na Cooperlix, essa marca negativa foi parcialmente ressignificada: ao se apresentarem como integrantes de uma cooperativa formal, as(os) catadoras(es) relatam maior aceitação social e a possibilidade de acessar bens de consumo antes negados. Nesse processo, o consumo se converte em um marcador de cidadania e pertencimento, confirmando a leitura de Bauman (2008) de que, nas sociedades contemporâneas, o ato de consumir é um dos principais critérios de inclusão social. Contudo, trata-se de uma inclusão frágil e vulnerável, pois permanece condicionada à instabilidade do trabalho e à posição subalterna da cooperativa diante do Estado e do mercado.

Uma outra dimensão recorrente nas entrevistas, e que já foi exemplificado anteriormente, diz respeito à sensação de insegurança que marcava o trabalho no lixão, em contraste com o sentimento de proteção presente hoje na Cooperlix. Bell destaca como a cooperativa transformou essa experiência:

Olha, aqui eu nem penso nisso. Eu e minha esposa, que também trabalha aqui, vivemos em paz, tranquilas. Aqui a gente sabe que é fechado, que não é qualquer um que entra a hora que quer, sem contar que todos nós juntos aqui também nos protegemos. Eu venho pra cá em paz e sei que vou chegar em casa, ao final do dia de trabalho, viva, nós duas (Entrevista - Bell).

O depoimento de Bell evidencia como a Cooperlix, ao oferecer um espaço protegido e organizado coletivamente, ressignifica o trabalho com a reciclagem. A atividade, que antes se desenvolvia em um ambiente marcado pela insegurança permanente, passa a ser vivida como espaço de tranquilidade, pertencimento e cuidado mútuo, sobretudo para mulheres que enfrentavam maior vulnerabilidade.

Essa mudança, contudo, não ocorreu de forma imediata, mas foi o resultado de um processo longo e conflitivo, marcado pelo fechamento do lixão e pela articulação de diferentes atores sociais. Houve um período de aproximadamente dez anos entre as primeiras conversas com as(os) catadoras(es) que atuavam no lixão (e que viriam a formar a Cooperlix) e a retirada definitiva das(os) trabalhadoras(es) daquele espaço. Segundo Cantóia (2012), em 2009 ainda havia cerca de 300 pessoas atuando na área, que foram removidas contra a própria vontade. Naquele ano, o lixão foi cercado, recebeu guarita e passou a ser vigiado permanentemente, mas não se encontraram

registros sobre o destino dado às famílias que ali sobreviviam quando o local foi definitivamente fechado.

Com o encerramento das atividades do lixão, essas famílias perderiam sua principal fonte de renda, o que exigiu um processo de articulação entre diferentes setores da sociedade. Essa articulação se deu sobretudo por meio do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP, intitulado “Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Presidente Prudente - SP”, iniciado em 2001. O projeto envolveu a parceria entre a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, a Prefeitura Municipal, a Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO), o Fundo Social de Solidariedade, Serviço de Apoio à Pequena e Microempresas (SEBRAE), a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) (Leal, 2003; Takenaka, 2008).

Assim, a criação da Cooperlix não resultou apenas de uma iniciativa espontânea das(os) catadoras(es), mas da confluência de pressões e negociações entre múltiplos agentes. Ao mesmo tempo em que representou uma alternativa à perda do espaço de trabalho no lixão, a cooperativa também evidencia a forma conflitiva e contraditória pela qual se estruturou a política de resíduos sólidos urbanos no município.

O início dos diálogos entre os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto e as(os) catadoras(es) foi recordado por várias entrevistadas como um momento de dúvida e resistência, como relata Cora.

Foram lá no lixão o prefeito, o Ministério Público, começaram ir lá para tirar a gente de lá. A gente queria brigar no começo, achava que era ruim, que era enrolação, que era mentira. Nós falávamos: eles vão tirar a gente para deixar a gente sem emprego e depois vão abandonar a gente. A gente achava isso, foi bem difícil. Mas depois que teve tudo no contrato, tudo certinho aí ficamos mais animados, porque contrato é coisa séria, né. Aí nós viemos e foi muito bom (Entrevista - Cora).

A proposta de organizar uma cooperativa parecia distante e até improvável, já que muitas(os) não acreditavam que algo poderia mudar depois de anos sobrevivendo no lixão. A desconfiança refletia, como já aprofundado anteriormente, não apenas o medo de perder a única fonte de renda, mas também a experiência acumulada de promessas políticas não cumpridas.

Segundo Cantóia e Leal (2007), após inúmeras reuniões com as(os) catadoras(es), em 2002 teve início o programa de coleta seletiva e a criação da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Presidente Prudente –

Cooperlix. O projeto, no entanto, começou em meio a uma série de dificuldades, entre elas a baixa adesão da população ao programa de coleta seletiva, o que reduzia a quantidade de resíduos coletados e, conseqüentemente, a renda das(os) trabalhadoras(es). Sobre esse processo inicial, Conceição relembra:

Ficamos ganhando muito pouco, que ali já tinha um grupinho que saiu junto com a gente. Começamos a fazer a divulgação. O primeiro bairro foi o Ana Jacinta, o segundo bairro foi a Cohab, Cecap, ali em diante e depois conseguimos o caminhão vermelho, o primeiro caminhão vermelho foi a Diocese que nos doou. Depois conseguimos outro caminhão que pegou fogo. Pegou não, puseram fogo. Depois a Prudencio vinha nos ajudar, os caminhões também, aí que a gente conseguiu andar dando os primeiros passinhos. Conseguimos fazer mais divulgação, corremos atrás na prefeitura. Na verdade, também até hoje tem as lutas, as provas, tem as dificuldades, mas a gente conseguiu muita coisa boa também (Entrevista - Conceição).

O depoimento evidencia como os primeiros anos da Cooperlix foram atravessados por obstáculos significativos, mas também pela capacidade de organização, mobilização e busca por apoio junto a diferentes instituições. A narrativa de Conceição revela, ainda, como a luta por condições mínimas de funcionamento esteve presente desde a fundação da cooperativa, indicando que sua trajetória foi marcada simultaneamente por fragilidades e conquistas.

Desde os primeiros passos, a sobrevivência da Cooperlix esteve condicionada à capacidade de mobilização coletiva, seja na divulgação porta a porta, seja na busca por apoio institucional. Essa experiência traduz, na prática, os princípios de autogestão e de organização solidária que demonstram que a construção de alternativas econômicas em contextos de vulnerabilidade não se dá de forma linear, mas atravessada por instabilidade, conflitos e conquistas parciais (Singer, 2002; Gaiger, 2004; Coraggio, 2011). A narrativa deixa evidente que a Cooperlix surgiu não apenas como resposta ao fechamento do lixão, mas como fruto de um esforço coletivo.

Devido às dificuldades enfrentadas, apenas um ano após o início do projeto a Cooperlix foi oficialmente inaugurada, em 12 de dezembro de 2003 (Cantóia, Leal, 2007). A data marcou não apenas a abertura de uma nova instituição, mas também um ponto de virada na trajetória de catadoras(es) que vinham de anos de trabalho em condições precárias no lixão. Lélia, catadora há 23 anos e integrante da Cooperlix desde sua fundação, relembra com emoção esse momento. Seu depoimento foi marcado por forte comoção, revelando a importância da cooperativa não apenas como

espaço de trabalho, mas como símbolo de conquista coletiva e transformação de vidas.

Eu me lembro como se fosse hoje. Todos nós estávamos no barracão, com os equipamentos novos, em um lugar seguro. Foi um sentimento de dever cumprido, de conquista, eu nem consigo te explicar. A gente sabia sim de todos os desafios que ainda tínhamos que enfrentar, mas foi como uma nova era na nossa vida, como uma casa nova, como a chegada de um filho. Eu me emociono até hoje. Pensar no tempo que trabalhei no lixão, de como minha vida mudou e da minha família também. Eu me aposentei aqui dentro, com esse trabalho (Entrevista - Lélia).

O relato de Lélia demonstra que a inauguração da Cooperlix não se reduziu a um ato administrativo: foi vivida como marco de dignidade, pertencimento e esperança. A partir de então, a cooperativa passou a representar um espaço em que as(os) catadoras(es) não apenas buscavam renda, mas também construíam vínculos, projetavam o futuro e ressignificavam suas trajetórias.

Nos anos seguintes, apesar das dificuldades enfrentadas, a Cooperlix se consolidou como cooperativa de catadoras(es) de materiais recicláveis, reunindo dezenas de trabalhadoras(es) e conquistando novas parcerias. Contudo, essa trajetória também foi marcada por momentos de grande adversidade, como o incêndio que aconteceu em 2018 (Figura 13), quando contava com 90 integrantes, destruindo integralmente sua sede e colocando em risco a continuidade do trabalho coletivo. O incêndio ocorreu em um sábado à noite, portanto havia apenas o vigia no local, que se salvou sem ferimentos (Tibaldo, 2018).

Figura 13 - Interior do barracão da Cooperlix após o incêndio de 2018, com veículos e equipamentos devastados



Fonte: Site de notícias “g1 - Presidente Prudente”. Acesso em 20 dez. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/incendio-destroi-barracao-e-equipamentos-da-cooperlix-em-presidente-prudente.html>>.

A catadora Esperança, recorda as dificuldades enfrentadas após o incêndio, destacando a improvisação e a precariedade que marcaram a rotina de trabalho naquele período:

No incêndio a gente perdeu tudo. Essa época foi difícil. Eu lembro que fiquei uma semana correndo atrás de barracão, junto com o secretário do meio ambiente da época, aí depois de uma semana a gente conseguiu se organizar em um barracão emprestado, que era no Jardim Guanabara e ficamos trabalhando lá por volta de 6 meses. Nós viemos para cá em 2018. Foi difícil, porque não tinha maquinário, lá não tinha banheiro, lá não tinha água. A prefeitura mandava água pra gente lavar a mão e água pra gente beber a gente pegava no postinho do Guanabara todo dia e banheiro era químico. Quando a gente veio pra cá já estava tudo organizado (Entrevista - Esperança).

A fala de Esperança revela a dimensão da precariedade vivida pela cooperativa no período imediatamente posterior ao incêndio. A ausência de infraestrutura básica como água potável, banheiros e equipamentos adequados, reforça a vulnerabilidade estrutural da Cooperlix e a dependência de apoios externos para garantir a continuidade de suas atividades. Ao mesmo tempo, a fala enfatiza a capacidade de organização e persistência das(os) catadoras(es), que, mesmo em condições adversas, conseguiram manter a cooperativa ativa até sua reinstalação em novo espaço. Cora, também fala sobre esse momento:

Vou falar a verdade para você, eu não gosto nem de lembrar, mas quando a gente olha para trás e vê tudo o que a gente já passou e que conseguimos dar a volta por cima a cada novo desafio, dá até um orgulho. Dói sim lembrar da angústia daquele momento, mas olha só onde estamos hoje. A gente conseguiu. Naquela época foi muito difícil, ficamos desorientados. A gente lutou tanto para ter aquele lugar, os equipamentos, tinha muito material lá que seria vendido e como a gente ia conseguir recomeçar? Contamos com o apoio de muita gente, da universidade, da prefeitura e estamos aqui, ainda com problemas, mas ainda aqui, trabalhando, persistindo (Entrevista - Cora).

Como é possível observar nas figuras 14 e 15 a destruição do barracão foi total e a área continua ainda hoje sem utilização.

Figura 14 - Estrutura remanescente do antigo barracão da Cooperlix, após o incêndio de 2018



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 15 - Área interna do antigo barracão da Cooperlix, após incêndio de 2018



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Quando questionadas sobre o que aquele espaço e a situação do incêndio representaram para a Cooperlix, as respostas são unânimes: foi um momento de dor e sofrimento, pois o barracão carregava um profundo significado coletivo. O incêndio não destruiu apenas equipamentos e materiais, mas também símbolos da história construída ao longo dos anos. No corredor que levava ao refeitório, vestiários e

escritório, havia um mural com ilustrações que narrava de forma visual a trajetória da Cooperlix, como demonstrado nas Figuras 16, 17 e 18.

Esse mural funcionava como um verdadeiro lugar de memória, no sentido proposto por Nora (1993), se tornando um suporte material no qual a história se inscreve e pelo qual um grupo se reconhece. Nesse sentido, a perda do barracão significou não apenas a interrupção do trabalho, mas também o apagamento de parte do patrimônio simbólico da cooperativa, atingindo dimensões identitárias e afetivas fundamentais. A ausência atual do uso da área, mostrada nas figuras seguintes, reforça essa ruptura, evidenciando a fragilidade não apenas estrutural, mas também da preservação da memória social do trabalho realizado.

Figura 16 - Detalhe do mural que retrata o início da organização da Cooperlix



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 17 - Parte do mural que retrata a colaboração entre diferentes atores sociais no processo inicial da Cooperlix



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 18 - Ilustração do mural representando a consolidação da Cooperlix e a prática da coleta seletiva junto à comunidade



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

O painel de ilustrações sobre a história da Cooperlix não era apenas um registro estético, mas também um recurso pedagógico utilizado nas ações de educação ambiental promovidas pela cooperativa junto à sociedade. As três partes do mural compunham uma narrativa visual: o início da organização, a união dos agentes que contribuíram para sua formação e, por fim, a consolidação da cooperativa com a coleta

seletiva em conjunto com a comunidade. Embora o incêndio de 2018 e o abandono posterior tenham destruído a estrutura física do barracão, as imagens permaneceram, simbolizando a resistência e a memória coletiva das(os) catadoras(es).

Assim, a história da Cooperlix segue inscrita nas paredes do antigo espaço e continua a se desdobrar em novos capítulos, como será tratado a seguir.

6.2 Entre permanências e desafios: a situação atual da Cooperlix

A trajetória da Cooperlix, marcada por lutas, conquistas e perdas significativas, chega ao presente carregando tanto as permanências quanto os novos desafios que se impõem ao cotidiano das(os) trabalhadores(as). O incêndio de 2018, que destruiu a sede e parte importante de sua memória coletiva, representou um marco de ruptura, mas também de resistência, já que a cooperativa conseguiu se reorganizar e manter suas atividades. Hoje, a Cooperlix segue em funcionamento, reunindo 70 catadoras(es) de materiais recicláveis que encontram na cooperativa não apenas uma fonte de renda, mas também um espaço de pertencimento e solidariedade.

Contudo, a situação atual é atravessada por contradições: de um lado, a importância ambiental e social da Cooperlix é reconhecida pelo papel que desempenha na gestão de resíduos sólidos urbanos de Presidente Prudente; de outro, persistem fragilidades estruturais, financeiras e institucionais que colocam em risco sua continuidade. Compreender essa realidade significa analisar as condições de trabalho das(os) cooperadas(os), os apoios recebidos, as dificuldades enfrentadas e as potencialidades que ainda sustentam a existência da cooperativa.

A Figura 19 apresenta uma vista geral da atual sede da Cooperlix, localizada no Distrito Industrial de Presidente Prudente. Após o incêndio de 2018, a cooperativa foi transferida para esse espaço, onde se mantém em funcionamento até os dias de hoje. A imagem permite observar a dimensão da área ocupada e reforça a importância do espaço físico para a continuidade das atividades, ainda que marcado por limitações estruturais e pela constante necessidade de adaptações.

Figura 19 - Vista externa da atual sede da Cooperlix

Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Atualmente, a Cooperlix conta com uma estrutura que garante o funcionamento básico da coleta seletiva em parte do município. O conjunto de equipamentos é composto por quatro caminhões destinados à coleta seletiva, um ônibus para o transporte das(os) trabalhadoras(es) - adquirido com recursos próprios -, duas esteiras de triagem de materiais, prensas para enfardamento dos materiais, carrinhos de empilhadeira e esteira de elevação de resíduos. A sede dispõe ainda de refeitório, banheiros, vestiários, escritório e cozinha, elementos fundamentais para a organização do trabalho e para assegurar condições mínimas de permanência no local.

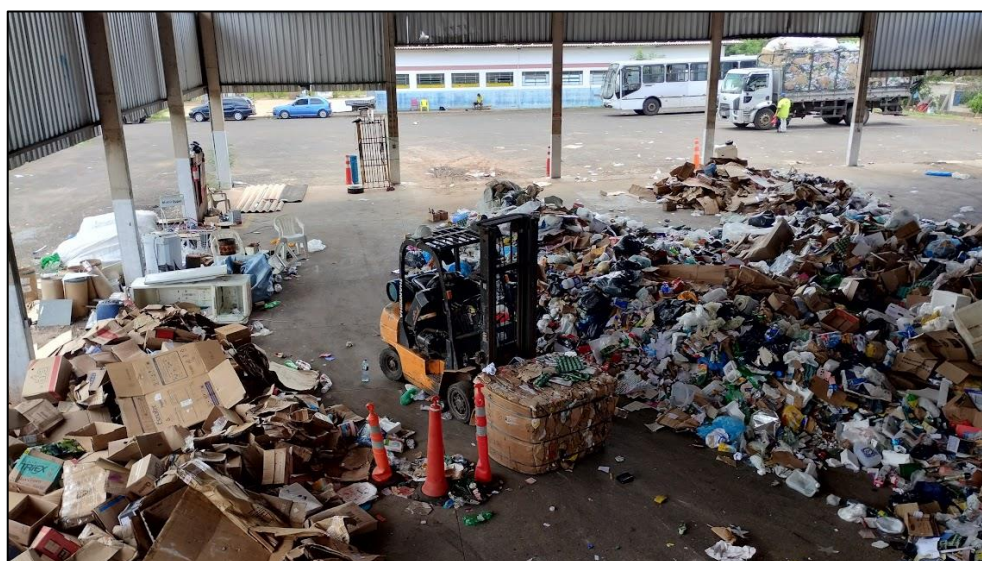
Apesar desses recursos, a cooperativa não consegue atender a totalidade do município com a coleta seletiva, o que evidencia tanto a insuficiência da infraestrutura disponível quanto a ausência de investimentos públicos mais consistentes. Assim, a estrutura atual da Cooperlix reflete um processo de conquistas graduais, fruto da mobilização das(os) próprias(os) catadoras(es) e de apoios institucionais, mas ainda marcada por desafios que comprometem a universalização do serviço. As Figuras 20, 21 e 22 a seguir demonstram parte da estrutura atual da Cooperlix.

Figura 20 - Vista da área de triagem dos materiais recicláveis na Cooperlix



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 21 - Área de descarregamento dos materiais recicláveis na Cooperlix



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 22 - Ônibus para transporte das(os) cooperadas(os) e caminhões utilizados na coleta seletiva



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

A Figura 23 retrata o barracão que é o núcleo das atividades da Cooperlix, espaço onde chegam os materiais coletados e se concentram as etapas de triagem e processamento. Sua estrutura, embora ampla, evidencia sinais de desgaste e a necessidade de investimentos para melhorias e adequações.

Figura 23 - Vista externa do barracão da Cooperlix



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

As laterais do barracão (Figura 24) mostram o acúmulo de materiais em função da alta demanda e da limitação de espaço interno. Essa condição revela o desafio da gestão cotidiana, que depende de improvisos para garantir a continuidade do trabalho. Essa situação não apenas reflete os limites da infraestrutura da cooperativa, mas

também gera riscos ambientais. Resíduos sólidos dispostos de forma precária podem ser arrastados pelo vento ou pelas chuvas, espalhando-se pelo entorno e potencializando problemas como a poluição do solo, da água e o entupimento de sistemas de drenagem. Assim, a fragilidade estrutural da Cooperlix não é apenas um obstáculo ao trabalho digno, mas também um fator que amplia os passivos ambientais da cidade, os quais deveriam ser minimizados por políticas públicas de gestão adequada de resíduos.

Figura 24 - Lateral do barracão com acúmulo de materiais recicláveis



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

O setor administrativo (Figura 25) abriga o escritório e parte da estrutura de apoio (cozinha, banheiros e vestiários). Ainda que simples, esse espaço garante

condições mínimas de permanência para os(as) trabalhadores(as) e é parte importante da organização coletiva.

Figura 25 - Área administrativa da sede da Cooperlix



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Os fardos prensados representam a etapa final do trabalho coletivo da Cooperlix. A prensagem organiza e padroniza os materiais para venda, sendo essencial para garantir a renda da cooperativa. A Figura 26 ilustra a materialização do esforço diário das(os) catadoras(es).

Figura 26 - Fardos de materiais recicláveis prensados



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

A análise da infraestrutura da Cooperlix evidencia, portanto, um espaço de trabalho que, embora tenha garantido conquistas importantes ao longo dos anos,

segue atravessado por limitações significativas. O barracão, os equipamentos e os setores de apoio asseguram a continuidade das atividades, mas a insuficiência de recursos e de investimentos impede que a cooperativa opere em condições ideais. Esses limites impactam diretamente a organização da coleta seletiva em Presidente Prudente: sem caminhões e pessoal suficientes, a Cooperlix realiza o serviço de forma quinzenal, atendendo parte dos bairros na primeira e terceira semanas do mês e os demais na segunda e quarta. Essa periodicidade, resultado da infraestrutura restrita, revela não apenas as fragilidades enfrentadas pela cooperativa, mas também a distância entre a importância ambiental e social de sua atuação e o suporte efetivo oferecido pelo poder público.

A dinâmica da coleta seletiva ofertada pela Cooperlix em Presidente Prudente pode ser observada nos Quadros 3 e 4, que apresentam, respectivamente, os bairros atendidos na 1ª e 3ª semanas e na 2ª e 4ª semanas do mês.

Quadro 3 - Bairros de Presidente Prudente atendidos pela Cooperlix na 1ª e 3ª semanas do mês, em 2025

SEGUNDA-FEIRA	Jd. Bela Dária, Vila Industrial, Vila Formosa, Porto Seguro, Centro, Vila Dubus, Jd. Santa Helena, Residencial Mario Amato, Jd. Prudentino, Santa Fé, Rota do Sol, Anita Tiezzi, Royal Park, Monte Carlo, Jd. Paulista, Jd. Aviação
TERÇA-FEIRA	Itapura I e II, Vila Brasil, Vila São Pedro, Vila Flores, Vila Iti, Vila Luso, Vila Verinha, Vila Marina, Damha III e IV, Vila Marcondes, Vila Furquim, Parque Furquim, Monte Azul, Jd. Cambuci, Jd. Planalto, Vila Formosa, Jd. Paraíso, Jd. Santana, Rio 400, Condomínio João Paulo, Central Park, São Geraldo, Condomínio Primavera, Santa Elisa, São Sebastião, Belvedere, Porto Madero.
QUARTA-FEIRA	Vivenza, Damha Beatriz, Damha Village, Damha I, Tamboré, Bourbon, Qunta das Flores, Parque Cedral, Jardim Monte Alto, Jardim Sabará, Golden Village, Damha II, Fórum, Vila Cláudia Glória, Vila Charlotte, Vila Tabajara.
QUINTA-FEIRA	Jd. Vale do Sol, Jd. Shiraiwa, Jd. Itaipú, Jd. Tropical, Vila Real, Jd. das Rosas, Parque Bandeirantes, Jd. Eldorado, Vila Geni, Jd. Barcelona, Ana Jacinta, Novo Prudentino, Condomínio Esmeralda, Florenza, Parque dos Girassóis, Morumbi.
SEXTA-FEIRA	Jatobá, Martiville, Portinari, Jd. Balneário, Jd. Everest, Residencial Funada, Ouro Verde, Vale Verde, Jd. Mediterrâneo, Jd. Green Ville, Porto

	Seguro, Jd. Maracanã, Jd. São Paulo, Jd. Barcelona, Jd. Maré Mansa, Parque Imperial, Jd. Carandá, Novo Bongiovani, Jd. Leonor, Jd. Panorâmico, Terceiro Milênio, Jd. Santo Expedito, Damha III, Jd. Humberto Salvador, Porto Belo, Bela Vista.
--	--

Fonte: Cooperlix, 2025. Organizado e elaborado pela autora.

Quadro 4 - Bairros de Presidente Prudente atendidos pela Cooperlix na 2ª e 4ª semanas do mês, em 2025

SEGUNDA-FEIRA	Jd. Aviação, Bosque, Maristela, Vila Estádio, Porto Seguro, Bela Dária, Vila Industrial, Vila Formosa, Jd. Bongiovani, Jd. Caiçara, Jd. Colina, Nova Prudente, Vila Universitária, Centro.
TERÇA-FEIRA	Jd. Brasília, Vila Paulo Roberto, Nova Planaltina, Jd. Planalto, Condomínio Primavera, Vila Marcondes, Vila Furquim, Monte Azul, Beldevere, Damha IV, Porto Madero, Santa Mônica, São Bento, Pacaembu I, II e III, Jd. Sumaré, Jd. Itatiaia, Parque Alvorada, Vista Bonita, Damha III, João Paulo, Central Park.
QUARTA-FEIRA	Tamboré, Bourbon, Golden Village, Quinta das Flores, Jd. Regina, Jd. Iguaçu, Jd. Estoril, Jd. Inocoop, Jd. São Judas, Parque Castelo Branco, Jd. Higienópolis, Alto da Boa Vista, Damha I e II, Vivenza, Damha Village, Parque Alexandrina, Parque Primavera, Brasil Novo, Watal Ishibashi, Jd. Cremonuzzi, Damha Beatriz.
QUINTA-FEIRA	Parque Cinquentenário, Jd. Paris, Parque São Luiz, Jd. Cambuí, Jd. Petrópolis, Parque das Cerejeiras, Jd. Campo Belo, Morumbi, Ana Jacinta, Novo Prudentino, João Domingos, Morada do Sol, Jardim das Rosas, Parque Bandeirantes, Jd. Eldorado, Vila Geni.
SEXTA-FEIRA	Cohab, Santa Paula, São Gabriel, São Lucas, São Matheus, Santa Olga, Sítio São Pedro, Santa Clara, Bela Vista, Porto Belo, Portinari, Mariville, Jatobá, Damha III, Cecap, Jequitibás II, Servantes I, Porto Seguro.

Fonte: Cooperlix, 2025. Organizado e elaborado pela autora.

A divisão quinzenal evidencia tanto o esforço da cooperativa em ampliar a cobertura da coleta quanto os limites impostos por sua infraestrutura. Ao mesmo tempo em que garante a presença em parte da cidade, a periodicidade reduzida gera insatisfação entre os moradores e revela as contradições de um serviço público delegado a uma organização com recursos insuficientes. Essa dimensão será discutida em maior profundidade adiante, na seção que abordará os conflitos da Cooperlix diante do Estado e do mercado.

Se, por um lado, a periodicidade da coleta seletiva expõe as fragilidades estruturais da cooperativa e sua relação contraditória com o poder público, por outro, é igualmente necessário observar como essas condições se refletem nas trajetórias individuais e coletivas das(os) catadoras(es) que sustentam a organização. A análise de seu perfil socioeconômico permite situar quem são essas(es) sujeitas(os), quais suas condições de vida e trabalho e de que maneira reproduzem e enfrentam as desigualdades que marcam a gestão de resíduos no Brasil.

A seguir, apresentam-se os dados gerais coletados junto às(os) integrantes da Cooperlix, que possibilitam traçar um panorama mais amplo de sua realidade social.

6.2.1 Quem dá vida à Cooperlix: o perfil socioeconômico de suas(es) integrantes

Se a trajetória histórica e a estrutura organizacional da Cooperlix revelam parte das contradições que atravessam a gestão de resíduos sólidos urbanos em Presidente Prudente, é no perfil de suas(es) integrantes que essas tensões assumem contornos mais concretos.

As catadoras e os catadores não são apenas executores da coleta seletiva, mas sim carregam em suas trajetórias marcas profundas de desigualdade social, precarização do trabalho e, ao mesmo tempo, práticas de resistência coletiva. Compreender quem são essas pessoas, suas condições de vida, de trabalho e de acesso a direitos, são essenciais para dimensionar tanto os limites quanto as potencialidades da experiência da Cooperlix. A seguir, apresentam-se os dados gerais obtidos junto às(os) cooperadas(os), que permitem traçar um panorama socioeconômico do grupo e situar os desafios enfrentados em seu cotidiano.

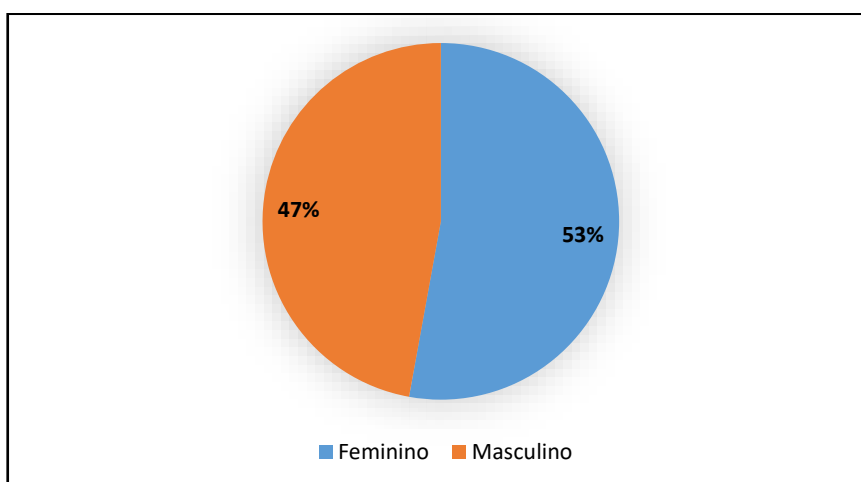
A elaboração de um perfil socioeconômico não se restringe a um exercício descritivo, mas na verdade trata-se de uma ferramenta fundamental para compreender a inserção social e econômica das(os) catadoras(es), bem como as desigualdades que atravessam suas trajetórias. Como observa Martins (2003), o conhecimento das condições de vida e trabalho de grupos populares é condição necessária para dimensionar as formas de vulnerabilidade social e suas possibilidades de resistência. No caso das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, o perfil permite identificar padrões relacionados à escolaridade, à dependência da renda da catação e à estabilidade no trabalho, elementos centrais para compreender tanto a precariedade que marca a atividade quanto as estratégias de sobrevivência e

organização coletiva. Além disso, ao iluminar dados objetivos como idade, sexo, escolaridade, renda, tempo de trabalho, esse tipo de levantamento contribui para desconstruir estigmas que reduzem a catação à informalidade ou ao improviso, mostrando que se trata de uma categoria social com características específicas e desafios próprios.

Para operacionalizar a análise do perfil socioeconômico das(os) integrantes da Cooperlix, foi aplicado um questionário fechado junto a 62 das(os) 70 cooperadas(os) ativos em 2024. A diferença em relação ao total se deve à ausência de cinco catadoras que estavam afastadas por motivos particulares, à recusa de uma participante em responder e à não inclusão de dois guardas responsáveis pela vigilância noturna, que não compartilham da mesma rotina laboral do grupo. Ainda assim, o conjunto de respostas obtidas abrange mais de 88% do quadro total, assegurando uma amostra representativa da realidade da cooperativa.

A primeira variável considerada no levantamento refere-se à divisão por sexo, apresentada no Gráfico 1. O levantamento mostra que a Cooperlix apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre mulheres e homens: 53% das(os) cooperadas(os) se identificam como do sexo feminino e 47% como do sexo masculino. Ainda que essa diferença numérica seja pequena, o dado é relevante, pois reforça a presença significativa das mulheres em um setor marcado pela informalidade e pela precarização.

Gráfico 1 - Divisão por sexo das(os) integrantes da Cooperlix - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

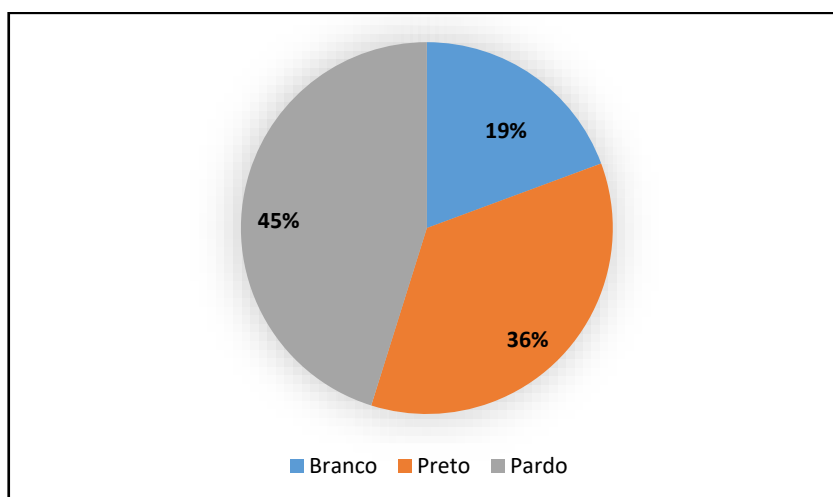
As mulheres ocupam posições centrais em atividades ligadas à economia solidária e ao trabalho associado, sobretudo em contextos de vulnerabilidade

socioeconômica (Motta, 2017). Esse dado da Cooperlix confirma essa tendência, pois a participação feminina não é residual, mas constitui a maioria, ainda que por pequena margem, revelando que a catação se apresenta como alternativa concreta de inserção laboral em meio às dificuldades de acesso ao mercado formal.

Além disso, o equilíbrio quase paritário entre os sexos possibilita observar as diferenças de experiência no interior da cooperativa: enquanto ambos os grupos compartilham os efeitos da precarização estrutural, as mulheres enfrentam, adicionalmente, a sobreposição das jornadas domésticas e de cuidado, o que será detalhado no capítulo específico sobre gênero.

Na sequência, o Gráfico 2 traz a distribuição por cor/etnia das(os) cooperadas(os). Nota-se que 45% se autodeclaram pardos, 36% pretos e apenas 19% brancos, revelando a predominância de pessoas negras (pretas e pardas somadas) na composição da cooperativa, um total de 81% das(os) trabalhadoras(es). Esse dado confirma que a realidade da Cooperlix está atravessada por desigualdades raciais estruturais, já que, em escala nacional, a população negra se encontra sobrerrepresentada em ocupações informais, precárias e de baixa remuneração (IBGE, 2022). No caso das(os) catadoras(es), essa sobrerrepresentação é ainda mais evidente, demonstrando que a catação, além de uma atividade econômica, é também resultado de um processo de racialização da pobreza (Ribeiro, 2019).

Gráfico 2 - Cor/etnia das(os) integrantes da Cooperlix - 2024

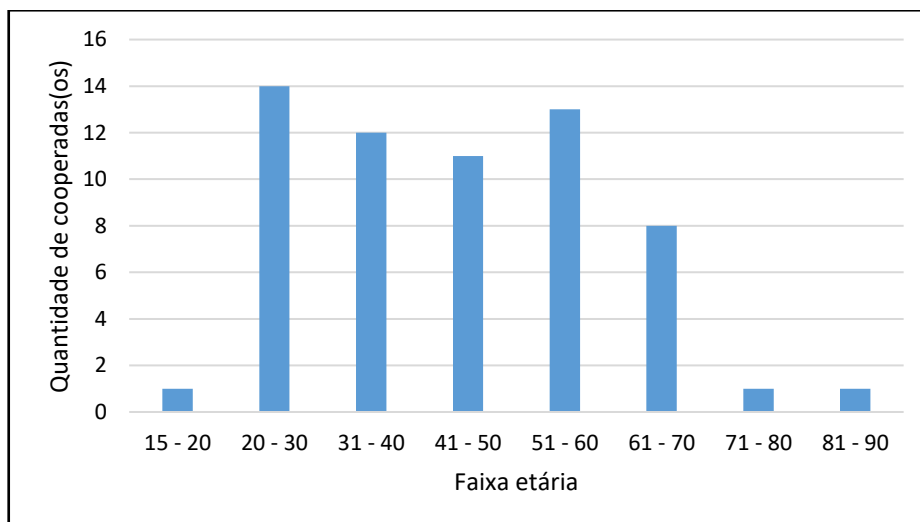


Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

O Gráfico 3 apresenta a distribuição etária das(os) cooperadas(os) da Cooperlix. Observa-se que a maior concentração está nas faixas 20 a 30 anos (14

trabalhadores) e 51 a 60 anos (13 trabalhadores), seguidas pelas faixas 31 a 40 anos (12) e 41 a 50 anos (11). Há também presença significativa de pessoas entre 61 e 70 anos (8), além de dois casos em faixas etárias mais avançadas: 71 a 80 anos (1) e 81 a 90 anos (1).

Gráfico 3 - Faixa etária das(os) integrantes da Cooperlix - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

Esse perfil etário evidencia a heterogeneidade da Cooperlix, reunindo tanto jovens adultos em busca de inserção laboral quanto trabalhadoras(es) mais idosas(os), muitas vezes já marginalizadas(os) ou inseridas(os) de forma precária no mercado de trabalho formal. A presença de pessoas idosas (inclusive acima de 80 anos) revela como a catação se converte em alternativa de sobrevivência em contextos de ausência de aposentadoria suficiente ou de políticas públicas de proteção social.

Tal diversidade etária conecta-se também à pluralidade de histórias de vida que atravessam a Cooperlix, como ressaltou Esperança:

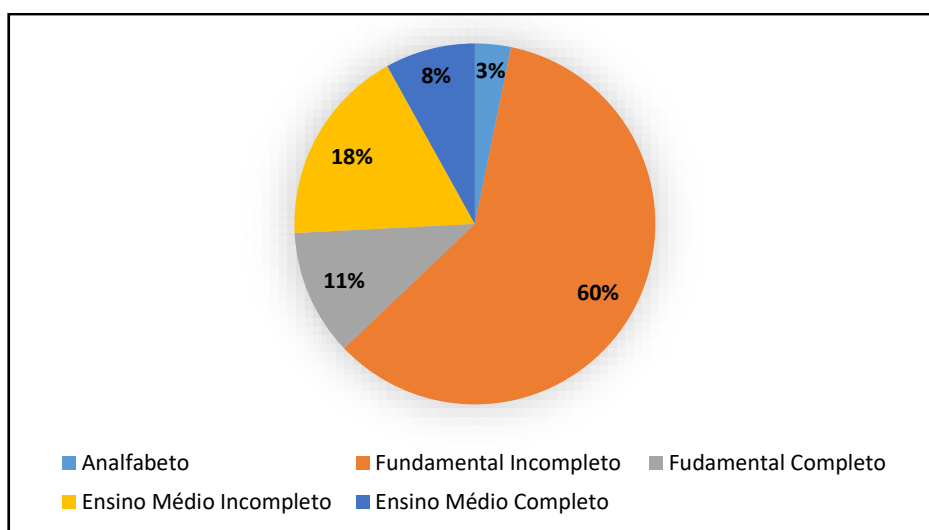
A cooperativa é um espaço de inclusão social. Ali tem histórias que você pensa: Meu Deus! Tem tudo o que você pode imaginar. Pessoas que têm um passado lá fora que, não sei se é válido aquele ditado “seu passado te condena”, mas são situações e histórias bem variadas, então por isso que as pessoas se apegam aqui. Porque eles pensam: aqui em consigo ficar, me sentir bem. Tem gente que não sabe nem ler, nem escrever, então são situações bem difíceis (Entrevista – Esperança).

O relato reforça que a Cooperlix, além de representar um espaço de trabalho, constitui-se como ambiente de acolhimento, pertencimento e reconstrução de trajetórias, sobretudo para aqueles que enfrentaram processos de maior

vulnerabilização. Dessa forma, a análise etária mostra que a cooperativa abriga sujeitos em diferentes momentos da vida, mas todas(os) atravessadas(os) por limites estruturais de acesso a direitos. Esses limites aparecem também no campo educacional, como revelam os dados sobre nível de escolaridade, analisados a seguir.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição por nível de escolaridade das(os) cooperadas(os) da Cooperlix. A maior parte, 60%, não concluiu o ensino fundamental, enquanto 11% completaram essa etapa. Entre os demais, 18% não concluíram o ensino médio e apenas 8% o completaram, havendo ainda 3% de analfabetos.

Gráfico 4 - Nível de escolaridade das(os) integrantes da Cooperlix - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

Esses dados revelam um quadro de baixa escolarização, em que a grande maioria não alcançou sequer o ensino médio. Esse perfil reforça o que a literatura já indica: a atividade de catação de materiais recicláveis está profundamente vinculada às limitações históricas de acesso à educação formal, especialmente entre as populações pobres, negras e periféricas (Ferreira, Silva, Silva, 2023). A ausência da escolaridade formal amplia as barreiras para inserção no mercado de trabalho e explica, em parte, porque a coleta e comercialização de materiais recicláveis se apresenta como uma das poucas alternativas viáveis e socialmente aceitas de sobrevivência.

Ademais, a baixa escolaridade não significa ausência de saberes. Pelo contrário, como ressaltam Singer (2002) e Gohn (2010), os empreendimentos econômicos solidários mobilizam saberes práticos e coletivos, construídos no cotidiano da vida e do trabalho, que não são reconhecidos pelos parâmetros

tradicionais de qualificação. Nesse sentido, o dado educacional evidencia não apenas a desigualdade de acesso, mas também a desvalorização dos conhecimentos populares que sustentam a atividade de catação. Essa dimensão aparece com clareza no relato de Esperança, que destacou:

Eu tive que parar de estudar para trabalhar. No meu primeiro emprego eu tinha 15 anos. Eu trabalhei numa fábrica de calçados dos meus 15 aos 20 anos e tive que parar de estudar. Mas vou te dizer que eu sei muito mais que muita gente que tem estudo por aí. Porque pra mim o estudo é importante sim, mas a nossa vontade de buscar saber como faz as coisas aqui e ali também é muito importante. Aqui na Cooperlix mesmo, e faço toda a parte de escritório. Faço as folhas de pagamento, férias, tudo. O que eu não sei eu pesquiso, pergunto aqui e ali até saber como faz e assim cheguei até aqui (Entrevista – Esperança).

O depoimento evidencia também que, apesar das barreiras enfrentadas no acesso à educação formal, a trajetória de Esperança revela aprendizagens informais, competências técnicas e capacidades organizativas que são fundamentais para o funcionamento da cooperativa, mas seguem invisibilizadas pelas lógicas tradicionais de reconhecimento do trabalho. Ao relatar que iniciou sua vida laboral aos 15 anos e, por isso, precisou abandonar os estudos, ela traz à tona uma realidade comum a muitas(os), que é a inserção precoce no trabalho formal como única alternativa de sobrevivência.

Esse aspecto reforça a importância das políticas de proteção à infância e adolescência, especialmente do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), que buscou garantir o direito ao estudo e coibir o trabalho infantil. Ainda assim, a experiência de Esperança mostra que tais políticas chegaram tardiamente para parte da população, sobretudo pobre e negra, cuja juventude foi marcada por trajetórias de escolarização interrompidas em nome da sobrevivência.

A Tabela 1 confirma essa realidade ao cruzar faixa etária e nível de escolaridade das(os) cooperadas(os). Os dados evidenciam que entre os mais idosos (61 anos ou mais) predominam casos de ensino fundamental incompleto ou concluído. Essa distribuição revela os impactos das políticas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas, que ampliaram o acesso de crianças e adolescentes à escola, mas cujos efeitos não alcançaram plenamente as gerações anteriores (Cury, 2002; Romanelli, 2014). Em outras palavras, enquanto as gerações mais jovens tiveram maior contato com a escola, ainda que de forma desigual e muitas vezes interrompido, as gerações mais velhas carregam as marcas da negação histórica do direito à educação.

Contudo, ainda que o acesso tenha se ampliado para os mais jovens, os dados mostram que a baixa escolaridade permanece como marca estrutural, revelando que a inserção desses indivíduos no mundo do trabalho continua atravessada pela precariedade. Trata-se, portanto, de uma realidade que expressa a pobreza estrutural, historicamente produzida e reproduzida no tempo (Santos, 2000), e que se conecta ao conceito de inclusão precária (Martins, 1997), uma vez que insere essas(es) trabalhadoras(es) em atividades essenciais, porém marginalizadas e socialmente desvalorizadas.

Tabela 1 - Nível de escolaridade por faixa etária das(os) integrantes da Cooperlix - 2024

Faixa etária	Sem escolaridade*	Fundamental Incompleto*	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo
15 - 20	-	-	1	-	-
21 - 30	-	5	1	5	2
31 - 40	-	4	1	6	1
41 - 50	1	8	2	-	1
51 - 60	-	9	2	-	1
61 - 70	-	8	-	-	-
71 - 80	-	1	-	-	-
81 - 90	-	1	-	-	-
TOTAL	1	36	7	11	5

Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

*Uma entrevistada não soube informar a idade – não possui escolaridade

*Uma entrevistada não quis revelar a idade – possui fundamental incompleto.

Embora os dados por faixa etária revelem avanços importantes no acesso à educação entre as gerações mais jovens, tais progressos não significaram a superação das desigualdades.

A Tabela 2 evidencia desigualdades expressivas. Entre os brancos, não há registros de analfabetismo e observa-se maior proporção relativa nos níveis mais altos de escolaridade, como ensino médio incompleto (3) e completo (1). Já entre os pretos, além de um caso de analfabetismo, há forte concentração no fundamental incompleto (12), com apenas dois registros no ensino médio completo. Entre os pardos, aparece o maior número absoluto de casos no fundamental incompleto (19), além de um registro de analfabetismo e apenas dois no ensino médio completo.

Tabela 2 - Nível de escolaridade por cor/etnia das(os) integrantes da Cooperlix - 2024

Cor/Etnia	Sem escolaridade	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo
Branco	-	8	-	3	1
Preto	1	12	4	3	2
Pardo	1	19	2	4	2
TOTAL	2	39	6	10	5

Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

Esse quadro confirma que o acesso à escolaridade permanece marcado por desigualdades raciais. Enquanto os brancos estão ausentes do analfabetismo e proporcionalmente mais presentes no ensino médio, pretos e pardos continuam sobrerrepresentados nos níveis mais baixos de escolaridade, perpetuando desigualdades históricas. Em outras palavras, mesmo após a ampliação do direito à educação no Brasil, formalizada pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 e consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996 (Brasil, 1988; Brasil, 1990, Brasil 1996), a escolarização da população negra segue limitada por barreiras materiais e simbólicas.

O racismo, portanto, opera como mecanismo de distribuição desigual de oportunidades, de forma que o pertencimento racial define, em grande medida, as possibilidades de ascensão educacional e laboral. Ribeiro (2019) reitera que a nomeação dessas desigualdades é essencial, pois sem reconhecer que a população negra é a mais impactada pela negação sistemática do direito à educação, não é possível pensar em transformações efetivas.

Nesse sentido, os dados da Cooperlix não apenas refletem um padrão nacional, já apontado pelo IBGE (2022), mas também revelam como a trajetória educacional das(os) catadoras(es) está imbricada em um processo de racialização da pobreza, que empurra pretos e pardos para posições sociais mais vulneráveis e para trabalhos marcados pela precarização, como a catação de materiais recicláveis.

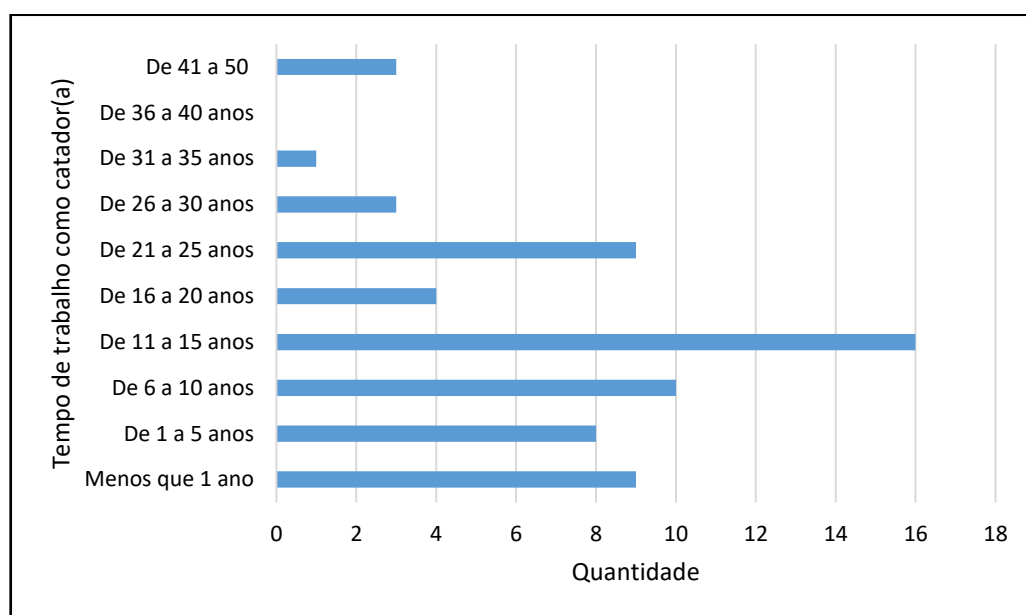
Os dados trazidos até aqui confirmam que a catação de materiais recicláveis é atravessada de forma contundente pelas dimensões de classe e raça. A inserção nesse trabalho é marcada, sobretudo, pela pobreza estrutural e pela racialização da exclusão escolar e laboral. Contudo, aliado a esses fatores, a questão de gênero ganha contornos ainda mais dramáticos. As mulheres negras e pobres, além de enfrentarem as barreiras impostas pelo racismo, também lidam com a desigualdade de gênero, que as concentra em funções mais invisibilizadas, com menor

reconhecimento social e frequentemente associadas à dupla ou tripla jornada de trabalho. Como aponta Ribeiro (2019), a intersecção entre gênero, raça e classe produz camadas adicionais de vulnerabilidade, mas também evidencia a necessidade de olhar para as mulheres catadoras como protagonistas de resistência em contextos de múltipla opressão. A dimensão de gênero, portanto, será analisada em profundidade no capítulo seguinte, no qual se destacam as trajetórias de vidas, os desafios, mas também as estratégias de resistência das catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix.

Se, por um lado, a análise interseccional de classe, raça e gênero revela as múltiplas camadas de vulnerabilidades que atravessam a experiência da catação, por outro é igualmente importante compreender como essas desigualdades se expressam nas trajetórias laborais das(os) cooperadas(os). O tempo de inserção na atividade evidencia tanto histórias marcadas pela permanência de décadas na catação, quanto movimentos mais recentes de ingresso, que demonstram como esse trabalho continua a ser incorporado como estratégia de sobrevivência em contextos de precariedade social e econômica.

O Gráfico 5 apresenta o tempo de trabalho das(os) cooperadas(os) na atividade de catação de materiais recicláveis. Observa-se que há uma concentração expressiva de trabalhadoras(es) com 11 a 15 anos de atuação (16 casos), seguida por aquelas(es) que trabalham entre 6 e 10 anos (10 casos) e os que estão há menos de 1 ano (9 casos). Também chama atenção o número de cooperadas(os) com 21 a 25 anos de experiência (9 casos), o que revela a presença de trajetórias longas de forte vínculo com esse trabalho como meio de sobrevivência.

Gráfico 5 - Tempo de trabalho como catadora(o) de materiais recicláveis das(os) integrantes da Cooperlix - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

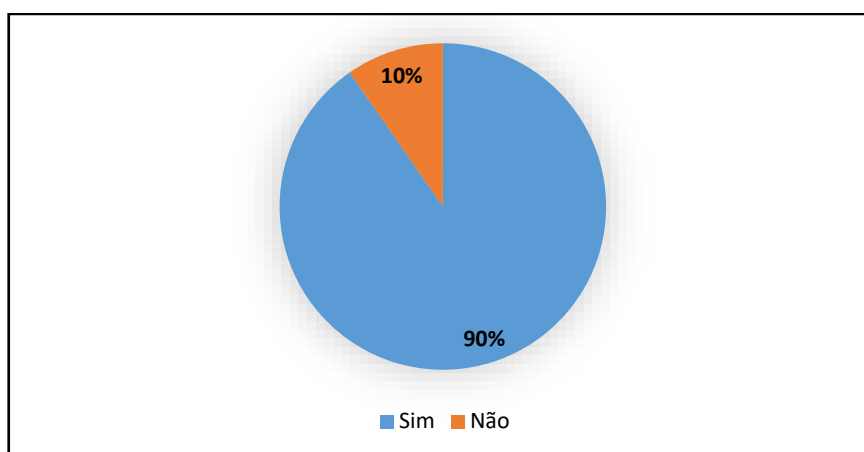
Esse dado evidencia duas dinâmicas complementares. De um lado, a longevidade da catação como atividade de subsistência para uma parcela significativa das(os) cooperadas(os), que se mantém nesse trabalho por décadas, muitas vezes sem alternativas no mercado formal. De outro, a presença de entradas recentes, como mostram os 9 casos com menos de 1 ano de atuação, sugere tanto a rotatividade própria do setor quanto o fato de que a catação continua sendo incorporada como estratégia de sobrevivência diante da falta de oportunidades em outros segmentos.

Nesse sentido, o tempo de trabalho confirma a centralidade da catação como atividade que se transmite ao longo da vida adulta, constituindo não apenas um trabalho eventual, mas uma trajetória ocupacional. Como aponta Bosi (2008), a memória social do trabalho revela que, para populações historicamente marginalizadas, a permanência em ocupações precarizadas não é um acidente, mas resultado da estrutura desigual do mercado de trabalho brasileiro, que coloca sistematicamente trabalhadores(as) pobres, negros(as) e com baixa escolaridade para atividades de baixa remuneração e sem proteção social.

A análise do tempo de inserção no trabalho como catadora(o) de materiais recicláveis revelou que muitas(os) cooperadas(os) permanecem na atividade por longos períodos, chegando a acumular mais de duas décadas de experiência. Essa permanência está diretamente relacionada ao lugar central que a catação ocupa na

vida dessas pessoas, não apenas como ocupação temporária, mas como base do sustento familiar. O Gráfico 6 confirma esse dado ao mostrar que, para 90% das(os) cooperadas(os), o trabalho na Cooperlix constitui a principal fonte de renda, enquanto apenas 10% afirmaram contar com outras fontes de remuneração.

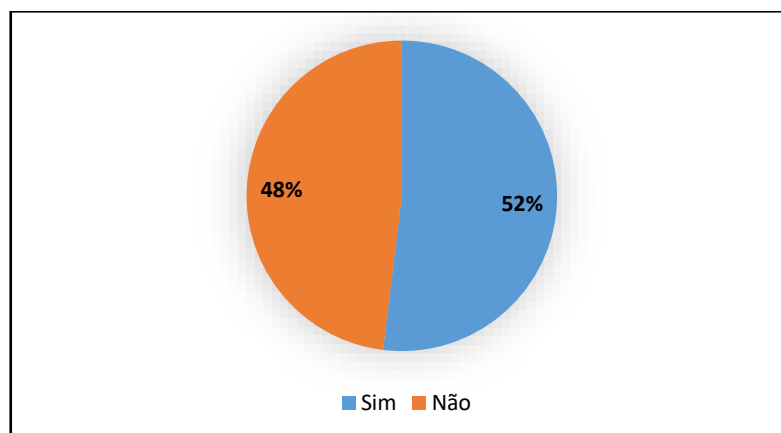
Gráfico 6 - Trabalho na Cooperlix se constitui como a principal fonte de renda das(os) integrantes - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

O Gráfico 7 aprofunda essa discussão ao mostrar que, embora a cooperativa seja a principal fonte de renda para quase todas(os), apenas 53% das famílias dependem exclusivamente dessa remuneração, enquanto 48% contam com algum complemento, seja por meio de outros trabalhos informais, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, ou apoio de familiares. Essa divisão quase equilibrada evidencia que, mesmo quando existem fontes complementares, elas não eliminam a condição de vulnerabilidade.

Gráfico 7 - Família depende exclusivamente da renda obtida a partir do trabalho na Cooperlix - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

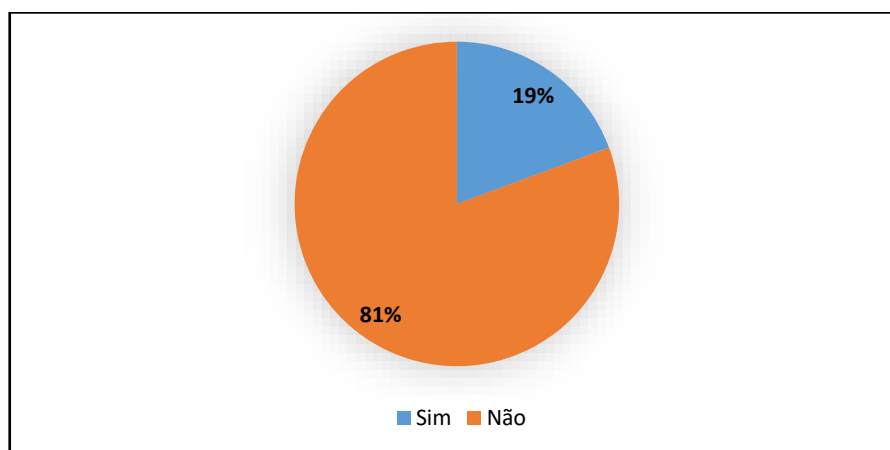
Assim, os dados demonstram que o trabalho desempenhado na Cooperlix não deve ser compreendido como um “bico” ou atividade secundária, mas com eixo estruturante da economia de sobrevivência de dezenas de famílias. O fato de mais da metade depender exclusivamente da Cooperlix reforça o papel central da cooperativa como mecanismo de proteção social em contextos de pobreza estrutural.

Essa conjuntura ajuda a compreender a baixa intenção de buscar outras ocupações. Quando a sobrevivência do núcleo familiar está atrelada diretamente ao rendimento da cooperativa, as possibilidades de mudança tornam-se reduzidas, seja pela falta de alternativas no mercado de trabalho formal, seja pelo risco de abrir mão de uma fonte de sustento já consolidada, ainda que precária.

A dependência quase absoluta da Cooperlix para a sobrevivência das famílias mostra como o Estado se desresponsabiliza pela garantia de direitos sociais, transferindo às cooperativas e aos próprios trabalhadores a tarefa de assegurar condições mínimas de reprodução da vida. Essa lógica é constitutiva do modelo neoliberal de desenvolvimento, que mercantiliza direitos e precariza o trabalho (Harvey, 2008).

O Gráfico 8 confirma essa percepção ao mostrar que apenas 19% das(os) cooperadas(os) afirmaram pensar em procurar outra ocupação, enquanto a ampla maioria, 81%, declarou não ter essa intenção. Esse dado pode parecer paradoxal diante das dificuldades materiais e da baixa remuneração, mas revela justamente o caráter ambivalente da catação, pois ao mesmo tempo em que é um trabalho socialmente desvalorizado e economicamente instável, constitui para muitas(os) a única alternativa estável de inserção produtiva.

Gráfico 8 - Pensa em procurar outro trabalho - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

A baixa intenção de buscar outras ocupações pode ser explicada por diferentes fatores. Em primeiro lugar, pelas barreiras estruturais de acesso ao mercado formal, como baixa escolaridade, idade avançada ou experiências anteriores de exclusão. Em segundo lugar, pelo sentido de pertencimento e solidariedade construído no interior da cooperativa, que transforma a Cooperlix em um espaço de acolhimento e de construção coletiva, indo além da mera dimensão econômica.

Apesar da instabilidade da remuneração, as entrevistas revelaram que, nos últimos meses, a renda média das(os) cooperadas(os) na Cooperlix girava em torno de R\$ 2.000,00. Embora esse valor esteja acima do salário mínimo vigente em 2024 (R\$ 1.412,00), ele não deve ser interpretado como um indicativo de estabilidade, já que depende diretamente do volume de materiais coletados e comercializados, da regularidade dos contratos de coleta seletiva com a Prefeitura Municipal e das oscilações do mercado de recicláveis. Ainda assim, esse rendimento ajuda a explicar por que a maior parte das(os) cooperadas(os) permanece na atividade e, em muitos casos, não cogita buscar outra ocupação, pois em comparação com outros trabalhos precários disponíveis a essa população, a renda obtida na cooperativa se mostra mais vantajosa.

Nesse contexto, não é apenas a renda que explica a permanência das(os) cooperadas(os) na Cooperlix. As condições de trabalho também aparecem como fator determinante. Um aspecto recorrente nas entrevistas foi a valorização dos horários estabelecidos coletivamente, considerados mais justos e compatíveis com a realidade das(os) catadoras(es). Há pausas fixas para o café na manhã e na tarde, intervalo de 1h20 para o almoço, além da possibilidade de encerrar as atividades mais cedo às sextas-feiras, como fruto de acordos coletivos. A jornada de trabalho é organizada em regime de 5x2 (segunda à sexta-feira, com descanso aos fins de semana), o que contrasta fortemente com outras experiências laborais precárias relatadas pelas entrevistadas. Sobre essa organização do trabalho, Conceição comenta:

Aqui a gente começa às 8h. o horário de começar é às 7h40, mas a gente fica em um bate papo e a gente entra sempre 8h. Aí a gente tem o horário do almoço, às 11h, aí a gente volta 12h20 e depois a gente para no café às 15h e volta às 15h30 e o horário de parar é 16h40 e no sábado a gente não trabalha. No dia do pagamento a gente sai mais cedo e também na sexta. A gente combinou que vamos soltar a mão, adiantar lá, que na sexta a gente sai mais cedo. Então esse foi um costume adquirido durante a minha gestão. Por que eu acho que o trabalho nosso aqui ele não é fácil, ele é cansativo. Então, eu acho assim que o máximo que a gente pode trabalhar, a gente dá o máximo aqui, saindo mais cedo, pra gente ter mais tempo pra cuidar de casa e descansar um pouco, no domingo. A gente conversou assim e

estamos nos saindo bem. Tudo o que eu tenho planejado aqui tem dado certo e às vezes eu fico feliz por eu conseguir, porque eu quero conquistas, eu quero ver isso aqui crescer (Entrevista – Conceição).

Esse cuidado com a organização da rotina também se materializa em espaços coletivos que dão suporte ao trabalho diário. A Figura 27 registra uma das áreas de descanso utilizadas pelas(os) catadoras(es), onde se concentram cadeiras, mesas e objetos reaproveitados, compondo um ambiente de convivência marcado tanto pela precariedade quanto pela criatividade no uso dos materiais disponíveis.

Figura 27 - Área de descanso utilizada pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

O aspecto da maior flexibilidade da jornada de trabalho ganha relevância sobretudo quando observado a partir da perspectiva de gênero. Como destacam Hirata e Kergoat (2007), as mulheres tendem a vivenciar jornadas duplas ou triplas, combinando o trabalho remunerado com o cuidado da casa e da família, o que aprofunda a sobrecarga física e emocional. Nesse sentido, a flexibilidade conquistada na organização coletiva da Cooperlix representa não apenas uma melhoria em relação ao trabalho formal precarizado, mas também uma forma de resistência à exaustão que atravessa a vida laboral das mulheres trabalhadoras.

Dessa forma, a Cooperlix se mostra não apenas como um espaço de geração de renda, mas também como um ambiente de construção coletiva capaz de garantir melhores condições de trabalho e de vida para suas(es) integrantes. Ao assegurar uma organização do tempo mais justa, possibilitar laços de solidariedade e representar uma alternativa concreta frente à precariedade do mercado formal, a

cooperativa ocupa um papel central na trajetória de catadoras e catadores em Presidente Prudente.

Entretanto, a relevância da Cooperlix contrasta com sua condição estrutural de vulnerabilidade. Apesar de sua contribuição ambiental e social, a cooperativa enfrenta dificuldades históricas no relacionamento com o poder público e com o mercado de recicláveis, o que compromete sua sustentabilidade e expõe seus membros a constantes incertezas. É nesse ponto que emergem os conflitos mais evidentes, em que o reconhecimento discursivo da importância das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis não se traduz em políticas consistentes de apoio.

Essa contradição será analisada na seção seguinte na qual se discutem os embates políticos, econômicos e institucionais que marcam a atuação da cooperativa e colocam em risco sua continuidade.

6.3 A vulnerabilidade das cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis diante do Estado e do mercado: os conflitos ambientais a partir da experiência da Cooperlix

A Cooperlix, como visto anteriormente, cumpre papel fundamental na vida de suas(es) integrantes, garantindo renda, pertencimento e melhores condições de trabalho em comparação com o mercado formal. Contudo, essa importância não a isenta das contradições que marcam a gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Se, por um lado, o fechamento de lixões explicita os conflitos mais agudos desse campo (como retratado na seção 5.2), por outro, mesmo nos contextos em que as(os) catadoras(es) estão formalmente inseridas(os) em cooperativas, os embates permanecem presentes. Uma das expressões mais recorrentes desses conflitos é o não cumprimento de contratos entre prefeituras e cooperativas, situação que compromete a renda, a continuidade do trabalho e a credibilidade das próprias políticas públicas de gestão de resíduos sólidos urbanos. O caso da Cooperlix, em Presidente Prudente, ilustra de forma contundente como a fragilidade institucional e a falta de compromisso do poder público aprofundam a precariedade e a insegurança das(os) catadoras(es).

Em 2023, a Prefeitura de Presidente Prudente atrasou o pagamento previsto em contrato com a Cooperlix, por cinco meses. O atraso de repasse comprometeu diretamente os trabalhos da cooperativa, resultando na saída de cerca de 30 trabalhadoras(es) que precisaram buscar outras alternativas de sustento. O episódio

evidencia que, embora a organização coletiva represente um avanço em termos de reconhecimento e de condições de trabalho, as(os) catadoras(es) seguem submetidas(os) a decisões unilaterais do poder público, capazes de desestruturar abruptamente sua renda e suas vidas.

As falas das catadoras revelam de forma contundente os efeitos concretos dessa instabilidade:

Em 2023 passamos por uma crise. Éramos em 90 cooperados e caiu para 60. O repasse da prefeitura é fundamental. Só com o da produção não daria. Teve mês que a gente tirou 300 reais. O que ajudou é que ganhamos muita cesta básica, o que ajudou a gente passar o Natal mais tranquilo. Inclusive teve muita gente que passou dificuldade, de não ter o que comer em casa. Quando se passa por uma situação dessa, quem paga aluguel é uma coisa e quem não paga já é outra. Aluguel é aquilo: você tem que dormir com o dinheiro debaixo do travesseiro, porque chegou o dia de pagar, tem que pagar. Então muitos aqui que pagavam aluguel sofreram muito (Entrevista – Esperança).

Ficamos por volta de cinco meses sem o pagamento. A prefeitura foi pagando os atrasados de dois em dois meses e enquanto isso a gente foi vivendo da produção. O que era possível a gente dividia, porque tinha as despesas também. A gente, nesse período, um foi ajudando o outro, para conseguir passar por aquilo (Entrevista – Lélia).

Esses relatos evidenciam que o atraso contratual não é apenas uma questão administrativa, ele afeta diretamente a segurança alimentar, a capacidade de pagar moradia e a própria dignidade das famílias envolvidas. A cooperação entre os membros da Cooperlix foi fundamental para atravessar o período mais crítico, mas a solidariedade interna não elimina a precariedade estrutural que atravessa a experiência cotidiana dessas(es) trabalhadoras(es).

Em 2025, sob a nova gestão, a Prefeitura Municipal prorrogou o contrato da Cooperlix por períodos curtos, inicialmente por 61 dias e, em seguida, até novembro do mesmo ano, por meio de termo de aditamento (Presidente Prudente, 2025). Para justificar a medida, o secretário municipal de Meio Ambiente, Wilson Portella Rodrigues, declarou em entrevista à TV Fronteira, em março de 2025, que seria necessário avaliar a efetividade do trabalho da cooperativa na coleta seletiva, a partir de um estudo que seria realizado pela própria Prefeitura Municipal. Embora tenha afirmado que a prioridade seria manter a Cooperlix, na mesma fala abriu a possibilidade de transferir o serviço a empresas privadas sob o argumento de melhorias na prestação, em contradição com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que garante prioridade às cooperativas de catadoras(es) de matérias recicláveis. O Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) do Ministério

Público do Estado de São Paulo precisou intervir, alertando a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente sobre a obrigatoriedade legal dessa contratação preferencial. Além disso, a alegação de que a Cooperlix não possui estrutura suficiente, marcada por reclamações sobre pessoal e equipamentos, desconsidera que tais limitações decorrem justamente da ausência de investimentos públicos consistentes. Como afirma Conceição:

De início a gente precisa de caminhões. Temos passado por um problema que é a cobrança da população e como a população cobra o nosso dever é buscar os materiais e a gente está só com quatro caminhões. Não tem como fazer a coleta seletiva em todos os bairros. Temos dificuldade também no barracão, pois quando chove molha, não tem condições da gente trabalhar. A boca da esteira ali também tem que ser mudada, porque eu falo que é serviço escravo, porque os meninos estão levantando e abaixando e isso acaba com a coluna, então os problemas maiores são esses, de estrutura (Entrevista – Conceição).

Sobre a estrutura do barracão, além de Conceição, Lélia também ressalta:

O barracão é ruim porque quando chove molha. Quando vem chuva com vento a gente fica apavorado, a gente se esconde, porque o vento fica forte. Se mudassem a cobertura do barracão já ajudaria muito. O povo da prefeitura vem, mas só promessa, não arrumam (Entrevista – Lélia).

As falas revelam como a infraestrutura do espaço de trabalho está diretamente ligada à sensação de insegurança e vulnerabilidade cotidiana. O barracão, que deveria oferecer proteção e condições mínimas de dignidade laboral, torna-se ele próprio um fator de risco, expondo as(os) cooperadas(os) às intempéries. A ausência de manutenção e os sucessivos descumprimentos das promessas do poder público reforçam a percepção de abandono e negligência institucional. Nesse sentido, a precariedade não se limita apenas à instabilidade da renda, mas se materializa também nas estruturas físicas que sustentam o trabalho na cooperativa.

As Figuras 28, 29 e 30 retratam a situação do barracão, conforme descrita por Conceição e Lélia.

Figura 28 - Vãos na cobertura do barracão que comprometem as condições de trabalho em dias de chuva e ventania



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 29 - Área de descarga de resíduos sólidos, onde trabalhadoras(es) realizam manualmente o despejo na esteira de elevação que conduz os materiais à triagem



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Figura 30 - Área externa do barracão destinada à descarga dos resíduos coletados



Fonte: Trabalho de campo, 2024. MARTINS, F. G.

Conceição reforça o peso da cobrança cotidiana, que recai sobre a cooperativa, mesmo quando os problemas decorrem da gestão pública:

A população nos vê como os únicos responsáveis pela coleta seletiva, mas eu acho que não é assim. Quando não tinha a Cooperlix o material ia pro lixão. Temos responsabilidade? Temos. Mas também precisamos de recurso, de apoio. Eles querem mais deixar a Cooperlix sozinha, tem que se virar, dar os pulos dela. A quem eu me refiro? À prefeitura, à população. Porque não vem aqui ver o que está acontecendo (Entrevista – Conceição).

Essas falas mostram como as(os) catadoras(es) estão na linha de frente da coleta seletiva, mas sem a devida contrapartida do poder público. A cobrança da população recai diretamente sobre a cooperativa, ocultando que a carência de equipamentos, infraestrutura e investimentos é responsabilidade do Estado. Como narra Conceição:

Muitos moradores vêm trazer material aqui. Às vezes não passa no bairro e agora passa de 15 em 15 dias e junta muito material, aí eles mesmos trazem aqui. Alguns agem assim, mas já tivemos situações que as pessoas ligam aqui e nos xingam (Entrevista – Conceição).

Tais situações evidenciam uma dupla injustiça: de um lado, a sobrecarga física e emocional sobre as(os) catadoras(es); de outro, a transferência para a cooperativa da responsabilidade pela ineficiência da política pública.

Os depoimentos também revelam a contradição entre o discurso da universalização da coleta seletiva e a realidade vivida pela Cooperlix, que enfrenta

limites estruturais intransponíveis para cumprir integralmente essa função no município. Esperança revela:

A Cooperlix, para falar a verdade, nunca fez 100% da coleta seletiva em Prudente. Para conseguir atingir 100% da cidade, teria que fazer muita coisa: estrutura, caminhões, mais cooperados. Aqui não tem estrutura para 100% de coleta seletiva: onde a gente vai colocar 100% de material reciclável nesse barracão? Não consegue. A gente não consegue fazer campanha de conscientização da população para a coleta seletiva porque a gente não sabe se vai conseguir cumprir com a promessa de fazer a coleta naquele ou outro bairro toda semana. Numa semana um, dois caminhões quebram e a gente fica com que cara? (Entrevista – Esperança).

Esse relato mostra que a precariedade compromete não apenas a coleta seletiva, mas também a credibilidade social da cooperativa, uma vez que a população passa a responsabilizá-la por falhas que resultam da ausência de investimentos públicos. Ao invés de fortalecer a Cooperlix como sujeito central da política de resíduos, o Estado lhe impõe obrigações sem oferecer condições de cumpri-las, reforçando sua vulnerabilidade.

O modelo contratual, por exemplo, que prevê pagamento por tonelada coletada, reforça essa desigualdade, pois penaliza a cooperativa por sua menor capacidade operacional e, ao mesmo tempo, favorece potenciais empresas privadas com maior infraestrutura.

À luz da Ecologia Política os conflitos ambientais materializam-se justamente a partir de interesses antagônicos. Como observa Little (2006), o conceito de conflito ambiental é central para entender as contradições entre diferentes grupos sociais e seus embates no ambiente. Nesse contexto, as diferentes cotas de poder formal e informal detidas pelos agentes envolvidos tornam-se fundamentais para compreender tanto suas ações quanto os impactos que provocam nos territórios (Zhour, Laschefski, 2010).

O caso da Cooperlix exemplifica essa dinâmica, pois de um lado a cooperativa busca garantir trabalho e renda às(os) catadoras(es), reivindicando seu papel ambiental e social; de outro, a Prefeitura, enquanto representante do Estado, oscila entre a manutenção do contrato e a possibilidade de abertura para empresas privadas; e, por fim, a iniciativa privada, na condição de potencial competidora, representa os interesses do capital sobre um serviço público estratégico. O resultado desse embate revela a desigualdade de forças entre os agentes, pois enquanto o poder público e o mercado detêm maior capacidade de decisão e recursos, a cooperativa permanece em posição de vulnerabilidade, sujeita a atrasos, instabilidades contratuais e ameaças

de substituição. Nesse sentido, o conflito não se restringe à dimensão administrativa, mas se configura como expressão das disputas estruturais que marcam a gestão de resíduos sólidos no Brasil.

Esse arranjo evidencia um caso típico de racismo ambiental¹⁰ e institucional, no qual as(os) catadoras(es), majoritariamente negras(os) e pobres, são colocadas(os) em desvantagem estrutural enquanto o capital privado é favorecido. O conflito não reside apenas na disputa pelo resíduo em si, mas no modelo de gestão que define as cotas de poder e o acesso desigual aos recursos (Zhour, Laschefski, 2010). No caso de Presidente Prudente, a adoção de contratos remunerados por tonelada, sem considerar as assimetrias de infraestrutura entre cooperativa e empresa privada, reforça a precarização da Cooperlix e converte a política pública em instrumento de acumulação de capital, beneficiando agentes do poder econômico bem definidos.

O conflito ambiental aqui analisado mostra que, mesmo quando as catadoras(es) conquistam espaços institucionais por meio de cooperativas, continuam sujeitas(os) a instabilidades que fragilizam suas condições de vida e de trabalho. A experiência da Cooperlix evidencia como a precariedade é constantemente reconfigurada, mas também como surgem práticas de resistência e solidariedade.

Nesse sentido, mais do que um espaço de trabalho, a Cooperlix representa para muitas mulheres um lugar de realização pessoal, aprendizado e pertencimento. Como expressa Conceição, quando questionada sobre o significado da Cooperlix em sua vida:

Representa uma nova vida, uma nova vida. Às vezes eu olho lá atrás, bem lá atrás, desde quando eu tive que trabalhar bem nova por causa da separação dos meus pais, eu considero uma coisa assim, muito assim (*fazendo o gestual de muito grande e completa*;) um sonho e ainda tem muita coisa pra se realizar, isso que eu vejo (Entrevista – Conceição).

Lélia enfatiza, de forma emocionada, o quanto a Cooperlix se tornou parte inseparável de sua vida:

[Entrevistadora: O que a Cooperlix representa para você?] Tudo. A gente tem que trabalhar duro. Eu aprendi muita coisa, às vezes eu lembro os passeios

¹⁰ O conceito de racismo ambiental surgiu nos Estados Unidos nos anos 1980, a partir das mobilizações do movimento negro contra a instalação desproporcional de aterros, depósitos de lixo tóxico e outras atividades poluentes em comunidades afro-americanas e pobres. Foi sistematizado, entre outros, por Robert Bullard (1990), considerado o “pai da justiça ambiental” nos EUA. Aplicado à realidade das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, o conceito evidencia como populações majoritariamente negras e empobrecidas são expostas às piores condições de trabalho, invisibilizadas pelo poder público e sistematicamente preteridas em favor de empresas privadas, configurando uma forma de injustiça ambiental atravessada pelo racismo estrutural.

que eu tinha com os professores, a gente saía cedo e ia visitar outras cooperativas, isso pra mim é tudo. Eu acho que eu vou sentir muita falta daqui quando eu me aposentar. Às vezes eu fico um dia em casa e fico agoniada mesmo pra vir trabalhar e eu fico pensado: será que se eu sair eu consigo ficar em casa? (Entrevista – Lélia).

Além dessas vozes que expressam vínculos de longa duração, também aparecem narrativas de quem chegou recentemente. Sueli que participa da Cooperlix há apenas 5 meses, destaca:

[Entrevistadora: O que esse trabalho representa para você?] Tudo. Eu já tive muitas histórias na minha vida e eu pretendo aprender muito aqui. É um recomeço para mim. A reciclagem não é só no material, a reciclagem é um recomeço para a minha vida. Pra eu recomeçar, replanejar, pra eu fazer tudo de novo. Eu acredito que esse trabalho não é somente sobre a limpeza da cidade, ele agrega uma evolução, tanto na área de não construir novas coisas e sim reaproveitar o que a gente já tem, o que a gente pode reaproveitar a gente não destrói outras para fazer novas, de novo. Além disso, gera empregos e isso é muito importante. Eu pretendo ficar aqui por muitos anos. Eu não pretendo ficar parada, eu quero estar sempre em evolução. O que a gente (mulheres) precisa é de oportunidade e as oportunidades são negadas para a gente (Entrevista – Sueli).

Essas falas revelam que, para além das adversidades estruturais, a Cooperlix constitui também um espaço simbólico de reconstrução de trajetórias, de afirmação da dignidade e de resistência cotidiana frente às múltiplas formas de precarização. Mais do que integrar a política de gestão de resíduos sólidos urbanos do município, a Cooperlix se configura como um espaço que devolve esperança e dignidade a suas(es) integrantes. Nesse sentido, reconhecer sua relevância implica compreender que não se trata apenas de um arranjo funcional para o destino de materiais recicláveis, mas de uma opção concreta de enfrentamento das mazelas históricas impostas a populações vulnerabilizadas. É por isso que se torna imprescindível o investimento contínuo do poder público, garantindo condições materiais e institucionais que fortaleçam a cooperativa e ampliem seu potencial de transformação social.

Assim, ao mesmo tempo que a Cooperlix evidencia os conflitos ambientais atrelados à gestão de resíduos sólidos urbanos no município, também se apresenta como um espaço de resistência, esperança e dignidade para aquelas(es) que dela participam. Contudo, para compreender em profundidade os sentidos atribuídos a esse espaço, é fundamental voltar o olhar para as mulheres que o constroem cotidianamente. São elas que, atravessadas por múltiplas desigualdades e resistências, revelam como esse trabalho ultrapassa a dimensão econômica e se

torna um campo de luta e afirmação de vidas. É esse movimento que orienta o próximo capítulo.

7 AS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: DESIGUALDADES E (RE)EXISTÊNCIAS

A análise dos conflitos ambientais relacionados à gestão de resíduos sólidos revelou que, mesmo em diferentes arranjos que vão da informalidade dos lixões à formalização das cooperativas, a precariedade estrutural se mantém como elemento da experiência de trabalhadoras(es) da reciclagem. Contudo, compreender essas dinâmicas exige reconhecer que elas não afetam igualmente todos os sujeitos envolvidos.

Assim, este capítulo analisa a realidade das mulheres catadoras, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Parte-se de uma discussão geral sobre sua centralidade na cadeia da reciclagem e as múltiplas vulnerabilidades que marcam suas trajetórias, para, em seguida, examinar o perfil socioeconômico das integrantes da Cooperlix e suas histórias de vida. Ao longo do percurso, busca-se evidenciar tanto as desigualdades estruturais que atravessam suas experiências quanto as práticas de resistência e (re)existência que emergem no cotidiano da catação.

7.1 A presença das mulheres na reciclagem: entre invisibilidade e lutas

A expressiva participação das mulheres na cadeia da reciclagem constitui um dado central para compreender tanto a dimensão estrutural da precariedade quanto as formas de resistência que emergem nesse contexto. Em diferentes cidades brasileiras, as mulheres se destacam numericamente na atividade de catação e assumem funções essenciais para o funcionamento do trabalho coletivo, ainda que seu protagonismo permaneça pouco reconhecido.

Estudos e levantamentos realizados por movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), estimam que existam cerca de 800 mil catadoras(es) no Brasil, com predominância feminina. Mais do que uma estatística, esse dado revela que as desigualdades de gênero atravessam a atividade de forma contundente, sendo que as mulheres acumulam jornadas, enfrentam menor valorização social e permanecem associadas às funções mais invisibilizadas e vulneráveis do setor.

Compreender a presença feminina na reciclagem implica reconhecer a sobreposição de desigualdades de gênero, classe e raça que moldam suas trajetórias.

Ao mesmo tempo, exige valorizar as lutas e práticas coletivas que, apesar das condições adversas, reafirmam a capacidade de organização, resistência e (re)existência dessas trabalhadoras.

A divisão sexual do trabalho ajuda a explicar esse quadro. Como analisam Hirata e Kergoat (2007), trata-se de uma forma historicamente modulada de organizar a vida social, que destina prioritariamente os homens à esfera produtiva e as mulheres à reprodutiva, reservando ainda aos primeiros as funções socialmente mais valorizadas. Assim, mesmo com avanços do movimento de catadoras(es) nas últimas décadas, o trabalho das mulheres segue pouco valorizado, marcado pela instabilidade e por maior exposição às inseguranças do mercado de trabalho.

Esse quadro se torna ainda mais evidente quando se observa o perfil das mulheres inseridas nos empreendimentos econômicos solidários. Como destaca Silva (2009), trata-se majoritariamente de mulheres de baixa renda e escolaridade limitada, muitas delas mães chefes de família e em diferentes faixas etárias. Tal perfil não é fortuito, mas reflete uma realidade social mais ampla, marcada pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, seja pela trajetória escolar interrompida, pela ausência de qualificações reconhecidas ou pela idade avançada. Como ressalta Araújo (2012), essas barreiras estruturais acabam por empurrá-las para atividades como a catação de materiais recicláveis e outros trabalhos autônomos, que surgem como uma das poucas alternativas concretas de geração de renda e sobrevivência.

A presença feminina na catação não é circunstancial, mas resultado de um processo histórico que combina inclusão econômica precária e desigualdades de gênero. Apesar das múltiplas vulnerabilidades a que estão submetidas, as catadoras ocupam posição central na engrenagem que sustenta a reciclagem no Brasil, mobilizando saberes práticos, resistência cotidiana e contribuições concretas para a gestão dos resíduos. Suas trajetórias, portanto, exigem uma análise que articule gênero e ambiente, capaz de revelar tanto as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico quanto as possibilidades de (re)existência coletiva que emergem no cotidiano da catação.

A centralidade feminina na cadeia da reciclagem não se traduz, necessariamente, em reconhecimento social ou econômico; ao contrário, as funções desempenhadas pelas catadoras estão fortemente associadas a baixos rendimentos, invisibilidade e intensa exposição à instabilidade laboral. Tal configuração não resulta de fatores individuais, mas de um arranjo social mais amplo, no qual a divisão sexual

do trabalho e a lógica androcêntrica do desenvolvimento capitalista perpetuam hierarquias e aprofundam desigualdades históricas.

Apesar das limitações, é justamente nas cooperativas e nos empreendimentos econômicos solidários que muitas mulheres encontram brechas para ressignificar sua participação social, construir redes de apoio e experimentar formas de resistência que tensionam as hierarquias historicamente impostas. Nesse contexto, abrem-se possibilidades de inserção social e de acesso a redes de solidariedade que fortalecem vínculos, fomentam novas formas de sociabilidade e ampliam a possibilidade de emancipação das mulheres (Costa, Neves, 2007). Ao promoverem a autogestão, tais empreendimentos não apenas garantem voz ativa às mulheres nos processos decisórios, mas também criam espaços de reconhecimento e experiências concretas de participação política (Motta, 2017).

As cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis podem ser compreendidas como “bolhas de resistência” no interior do capitalismo. Ao priorizarem a autogestão e o trabalho coletivo, tais experiências desafiam a lógica hierárquica própria do sistema produtivo industrial e reafirmam a economia solidária como prática contra-hegemônica. Como ressaltam Singer (2002) e Gaiger (2004), a economia solidária emerge como alternativa para que a classe trabalhadora se mantenha no mercado sem se submeter integralmente às condições impostas pelo capital, criando possibilidades de inserção social e de geração de renda em bases mais horizontais e cooperativas.

Nesse cenário, como consequência positiva, as mulheres catadoras passam por um processo de aprendizagem que as projeta como sujeitas políticas. “Elas aparecem como novas sujeitas, exigem maior participação nos espaços públicos e vocalizam suas demandas específicas” (Motta, 2017, p. 58). O trabalho desenvolvido a partir da auto-organização adquire, assim, caráter transformador, abrindo espaço para mudanças endógenas sustentadas em práticas cotidianas de resistência, capazes de produzir novas formas de sociabilidade e de desenvolvimento. Esse potencial se amplia quando articulado a perspectivas feministas, que ressignificam o lugar das mulheres e tensionam as hierarquias que historicamente as mantiveram na invisibilidade (Motta, 2017).

Nesse horizonte, a relevância da articulação de mulheres torna-se ainda mais evidente. A experiência das catadoras conecta-se a um movimento mais amplo, no qual mulheres organizadas em diferentes contextos buscam acessar direitos sociais

em dinâmicas plurais, de modo a enfrentar as barreiras que historicamente limitaram sua presença nos espaços de decisão. Como destacam Miranda et al. (2015, p. 18):

Mulheres organizadas nos mais diversos contextos têm buscado acessar os direitos sociais em dinâmicas plurais para que a desigualdade entre os gêneros não as impeça de participar dos espaços de decisão, o que põe em evidência o papel delas como sujeitos políticos. Não por outro motivo, as políticas públicas, programas e legislações que surgem para reduzir as desigualdades entre os gêneros colocam-se como resultado dessa articulação constante das mulheres na reivindicação dos seus direitos.

Esse protagonismo também se expressa em iniciativas organizativas próprias. Em 2014, um coletivo de mulheres catadoras de materiais recicláveis criou a Secretaria de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis (SEMUC), com o intuito de fortalecer e dar visibilidade às pautas específicas de gênero dentro do Movimento Nacional de Catadoras(es) de Materiais Recicláveis (MNCR). A criação da SEMUC representou não apenas a afirmação de uma identidade política feminina no interior do movimento, mas também a reivindicação de representatividade em um espaço em que, embora as mulheres constituam grande parte da categoria, suas vozes ainda eram marginalizadas. Como resultado dessa mobilização, foi possível conquistar a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no interior do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), abrindo um canal institucional para que as demandas das catadoras fossem ouvidas (Motta, 2017).

Essa articulação demonstra que a luta das mulheres, em diferentes espaços e formas de organização, não apenas garante conquistas jurídicas e institucionais, mas também reconfigura seu lugar na esfera pública, afirmando-as como protagonistas de processos políticos. Esse movimento conecta-se a uma leitura feminista mais ampla, que busca compreender o gênero como dimensão estruturante das desigualdades sociais e como chave para a construção de novas práticas e perspectivas. Como enfatiza Haraway (1995, p. 31):

O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero.

A reflexão de Haraway abre caminho para entender o feminismo como um campo que reconhece a multiplicidade de sujeitos e exige uma visão crítica e situada. Esse olhar ajuda a compreender que as mulheres não compartilham uma condição

única, mas vivem desigualdades produzidas por hierarquias sociais historicamente construídas. É nesse ponto que a leitura de Ribeiro (2019) se torna fundamental ao mostrar como o olhar hierárquico ainda estrutura as experiências femininas, retomando a formulação clássica de Beauvoir (1980), para quem “a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina a um papel de submissão que comporta significações hierarquizadas” (Beauvoir, 1980 apud Ribeiro, 2019, p. 35).

Contudo, compreender a realidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis exige ir além da análise de gênero em si, incorporando outras dimensões que as atravessam. É justamente esse o aporte da interseccionalidade formulada por Crenshaw (2002), que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. A autora evidencia que racismo, patriarcado, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios não atuam de forma isolada, mas em combinação, criando posições relativas desiguais entre mulheres de diferentes grupos sociais. Nessa direção, problematizar os marcadores de gênero, raça e classe implica reconhecer, como enfatiza Quijano (2005), a permanência da colonialidade do poder como padrão ainda hegemônico, que produz hierarquizações sociais e resíduos históricos capazes de moldar a trajetória socioeconômica dos países latino-americanos. No caso brasileiro, tais resquícios se manifestam de modo contundente na forma como as mulheres vivenciam o mercado de trabalho, sobretudo aquelas em ocupações precarizadas como a catação de materiais recicláveis.

É nesse ponto que Ribeiro (2019, p. 40 - 41) acrescenta uma contribuição decisiva ao destacar a importância de nomear essas desigualdades para que possam ser efetivamente enfrentadas. Como afirma a autora:

Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade ou, como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível.

Em conjunto, essas contribuições permitem compreender que a condição das mulheres catadoras não pode ser analisada de forma isolada. Haraway (1995) chama atenção para a multiplicidade de sujeitos e para a necessidade de uma visão situada

e crítica; Beauvoir (1980) e Ribeiro (2019) evidenciam como as mulheres foram historicamente definidas a partir de um olhar hierárquico que as subalterniza; e Crenshaw (2002) demonstra que gênero, raça e classe se entrelaçam na produção dessas desigualdades. Aplicadas ao universo da reciclagem, essas leituras revelam que as catadoras não apenas enfrentam a precarização estrutural do trabalho, mas também carregam sobre si os efeitos combinados de múltiplos sistemas de opressão. Reconhecer tais dimensões é condição indispensável para visibilizar suas experiências e compreender tanto as vulnerabilidades quanto as práticas de resistência que marcam suas trajetórias.

A partir dessas referências teóricas, torna-se possível aprofundar a análise sobre a realidade concreta das mulheres catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix. O perfil socioeconômico e as trajetórias de vida dessas trabalhadoras evidenciam, em escala local, os atravessamentos de gênero, classe e raça discutidos anteriormente, permitindo compreender de que forma desigualdades estruturais se materializam em suas experiências cotidianas, mas também como são enfrentadas por meio de estratégias de resistência e solidariedade.

7.2 As mulheres catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix: vozes, trajetórias e (re)existências

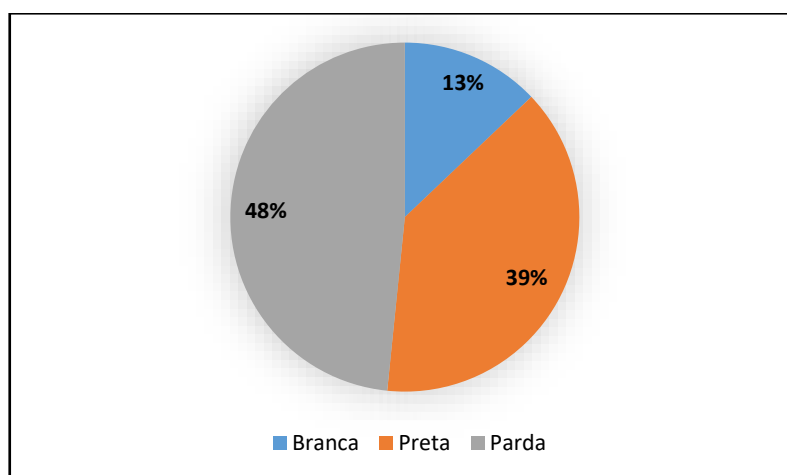
As reflexões apresentadas no subcapítulo anterior evidenciaram que a presença das mulheres na reciclagem está atravessada por desigualdades de gênero, classe e raça, ao mesmo tempo em que revela práticas de resistência e protagonismo político. No entanto, para além das análises gerais e das experiências organizativas em escala nacional, é fundamental compreender como essas dinâmicas se expressam em contextos locais específicos. Nesse sentido, a realidade da Cooperlix, em Presidente Prudente, oferece um retrato concreto de como as mulheres catadoras vivenciam, em seu cotidiano, os efeitos das desigualdades estruturais, mas também de como constroem redes de solidariedade, estratégias de enfrentamento e formas de (re)existência coletiva.

Este subcapítulo ancora-se nesse recorte de gênero que orienta a pesquisa, evidenciando como as desigualdades estruturais se materializam nas experiências vividas pelas catadoras. Serão abordados temas centrais como o trabalho feminino desde a infância, as longas jornadas desempenhadas, as múltiplas violências e a persistente divisão sexual do trabalho que organiza a produção na cooperativa.

A análise que segue concentra-se no protagonismo das mulheres catadoras da Cooperlix, trazendo à tona suas experiências de vida e de trabalho em uma perspectiva que articula gênero, classe e raça. Mais do que números isolados, trata-se de compreender como os dados socioeconômicos se entrelaçam às trajetórias narradas pelas próprias trabalhadoras, permitindo que estatísticas ganhem rosto, história e significado. Nesse sentido, o relato oral não é apenas recurso metodológico, mas instrumento de memória coletiva e denúncia social. A riqueza dessas narrativas, ao mesmo tempo singulares e marcadas por condicionantes históricos de desigualdade, revela que a história das mulheres da Cooperlix é um processo em aberto, tecido entre precariedade, resistência e solidariedade, continuamente reconstruído pelas próprias trabalhadoras.

Essa dimensão subjetiva ganha ainda mais relevância quando cotejada com os dados levantados. As estatísticas não apenas confirmam os elementos recorrentes nos relatos, mas também evidenciam de forma quantitativa os marcadores estruturais que atravessam as trajetórias das catadoras. Ao observar a autodeclaração de cor/etnia das mulheres catadoras da Cooperlix (Gráfico 9), percebe-se a predominância de mulheres negras (pretas e pardas). Do total de entrevistadas, 48% se autodeclararam pardas, 39% pretas e apenas 13% brancas. Esses números demonstram que a catação de materiais recicláveis, além de ser um trabalho marcado pelo recorte de gênero, é também um espaço profundamente racializado, no qual as mulheres negras representam a ampla maioria.

Gráfico 9 - Cor/etnia das mulheres da Cooperlix - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

Tal composição evidencia a articulação entre raça, gênero e classe como dimensões estruturantes da inserção das catadoras no trabalho. A baixa presença de mulheres brancas sugere que elas não são o grupo social mais exposto à precarização associada à catação, enquanto mulheres negras, historicamente aliadas de oportunidades no mercado formal, encontram nesse trabalho uma das poucas alternativas de geração de renda.

Os dados reforçam que a divisão social do trabalho no Brasil não pode ser compreendida apenas em termos de classe, ela é na verdade atravessada pela colonialidade, que historicamente relegou às mulheres negras posições de subalternidade, vinculadas a atividades desvalorizadas socialmente (Carvalho, Gonçalves, 2023). Nesse sentido, a presença expressiva de catadoras negras na Cooperlix não é casual, mas parte de um processo estrutural de desigualdade que conecta as heranças coloniais às formas contemporâneas de exclusão e precarização.

Essa realidade estrutural ganha contornos ainda mais nítidos nas trajetórias de vida das catadoras, cujas histórias pessoais revelam a continuidade de padrões de exploração historicamente impostos às mulheres negras. A experiência de Benedita ilustra esse processo de forma contundente, ao rememorar como, desde a infância, o trabalho precoce e a inserção em ocupações desvalorizadas marcaram sua existência:

A gente morava em sítio, então era difícil. Precisava ajudar na casa e então minha mãe me tirou da escola e me colocou de empregada doméstica, morando em casa de família. Comecei a trabalhar nos meus 15 anos em casa de família, mas antes disso eu trabalhava em roça, chegava da escola e ia para a roça. Eu lembro que desde os 7 anos eu já trabalhava. A partir dos 15 anos já trabalhava em casa de família e ia para casa a cada 15 dias, morava no emprego. Trabalhei nessa situação até completar uns 20, 22 anos. Era muito sofrido, sofrido demais. A patroa explorava a gente. Eu ficava o dia inteiro na casa. Limpava, lavava, passava, só não cozinhava, cuidava das crianças. Viajava com eles, onde eles iam eu ia também pra cuidar das crianças. Eu não cresci muito com a minha mãe, ficava mais na casa dos outros, trabalhando (Entrevista - Benedita).

A fala de Benedita revela a crueldade de um percurso marcado pela inserção precoce em atividades laborais desvalorizadas, como o trabalho rural e, posteriormente, o trabalho doméstico. Sua experiência evidencia como meninas negras e pobres, desde cedo, são conduzidas a funções atravessadas pela

precarização e pela exploração. Essa condição não é apenas individual, mas parte de um padrão histórico e estrutural (Carvalho, Gonçalves, 2023).

Esse padrão de exploração também aparece no relato de Cora, que recorda:

Terminei o primeiro grau e não consegui mais estudar, porque não tinha oportunidades para a gente estudar a noite. Eu comecei a trabalhar de babá e parei de estudar. Eu trabalho desde os 12 anos. Minhas tias eram todas domésticas: uma trabalhava há 25 anos em uma casa, a outra há 30 anos em outra casa. Aí elas pegaram e arrumaram para eu cuidar das filhas das patroas. Eu gostava porque eu ia viajar: Marília, Bastos, eu conheci um monte de cidade aqui porque eu ia para cuidar das crianças delas. Trabalhei um bom tempo. Quando completei 18 anos trabalhei em motéis, hotéis, de camareira (Entrevista - Cora).

Esses testemunhos dialogam com o diagnóstico de Carvalho e Gonçalves (2023) que demonstram que o trabalho doméstico remunerado no Brasil é essencialmente feminino e racializado: cerca de 5,9 milhões de mulheres estão nesse setor, das quais 61% são negras. Essas trabalhadoras foram historicamente submetidas a baixos salários, vínculos informais e discriminação interseccional de gênero e raça.

A naturalização do trabalho doméstico no Brasil, desempenhado majoritariamente por mulheres pobres e negras, precisa ser criticamente problematizada. Essa forma de trabalho se configura como inclusão precária, sustentado por hierarquias históricas que negam a essas mulheres o acesso a ocupações socialmente valorizadas. Como aponta Saffioti (1979), o trabalho doméstico se constitui uma reatualização das funções atribuídas às mulheres negras desde o período escravocrata, perpetuando sua vinculação a tarefas de cuidado e subordinação, como se fossem ainda uma extensão da casa senhorial.

As falas das entrevistadas evidenciam que a inserção nessa modalidade laboral não se trata de uma escolha individual, mas de um circuito de precariedades. Benedita foi retirada da escola pela mãe para trabalhar em casas de família desde os 15 anos, submetida a longas jornadas de exploração e afastada da convivência materna. Cora, por sua vez, começou como babá aos 12 anos, encaminhada pelas tias que também eram domésticas há décadas, reiterando a transmissão intergeracional da subalternização.

Essas trajetórias permitem compreender que a catação de materiais recicláveis não se apresenta como “opção”, mas como a continuidade de um circuito de precariedades historicamente destinado às mulheres negras e pobres. Se no passado

foram empurradas para o serviço doméstico, hoje muitas encontram na reciclagem uma das poucas alternativas concretas de sobrevivência.

É nesse contexto que se inserem relatos como o de Djamila, que recorda que que precisou abandonar o emprego formal porque não tinha com quem deixar os filhos. A pressão do Conselho Tutelar e o medo de perder a guarda das crianças a levaram a buscar na catação uma alternativa de sobrevivência:

Entrei no Vitapelli¹¹ e precisei sair, porque não tinha quem cuidasse dos meus filhos para que eu pudesse trabalhar. Pra ir para a escola, eles não iam, não acordavam cedo e perdiam as aulas. A escola me consultou sobre as faltas deles e eu fui denunciada no conselho tutelar pelas faltas dos meus filhos na escola. Quando conversei com eles, me falaram pra eu tomar cuidado, porque algum vizinho fez a denúncia. Minha mãe já perdeu a guarda de um filho, mas graças a Deus minha irmã voltou para casa. Eu fiquei com medo de perder meus filhos para o conselho tutelar, porque depois que você entra naquele lugar é grande a chance de você não voltar mais para a sua família. Se eu perdesse meu filho acabaria meu mundo. Aí eu fui lutando e lutando com a vida e trabalhando na rua. Saí da empresa porque lá tinha horário fixo pra cumprir e fui catar reciclagem. Comecei catar e catar e até que num certo tempo eu vim aqui, entreguei um currículo e fui encaixada aqui na Cooperlix e eu estou até hoje. A Cooperlix me ajuda bastante, não tenho o que reclamar, me ajudam demais: nas contas, na casa, em tudo. Ser mãe de quatro filhos não é fácil (Entrevista - Djamila).

A fala de Djamila explicita como a inserção no mercado formal, marcada por rigidez e ausência de suporte ao cuidado, se torna inviável para muitas mães em situação de vulnerabilidade. Ao ser responsabilizada pelas faltas escolares dos filhos e ameaçada de perdê-los, sua experiência revela o quanto a maternidade pobre e negra é criminalizada pelo Estado. Esse processo remete a deslegitimação histórica da maternidade negra, alvo constante de políticas de controle e vigilância, utilizada para justificar a culpabilização individual diante de desigualdades estruturais (Davis, 2016).

A denúncia ao Conselho Tutelar, ao invés de vir acompanhada de políticas públicas de suporte, como creches, programas de auxílio às famílias ou flexibilização de horários, assume caráter punitivo, reforçando um padrão de racismo institucional (Carneiro, 2011) que incide seletivamente sobre famílias pobres e negras, aprofundando rupturas sociais.

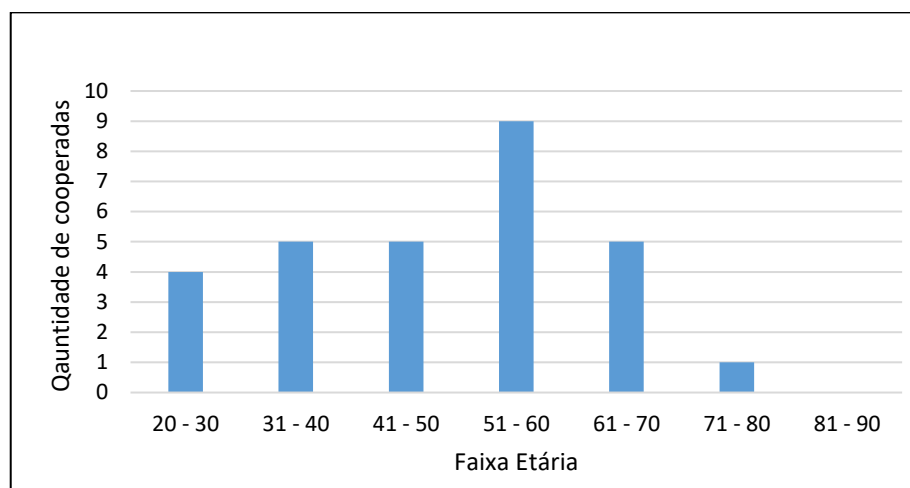
Nesse contexto, a catação surge como uma brecha possível, pois ainda que precária, oferece maior flexibilidade de horários e a chance de conciliar o trabalho com a vida familiar. A Cooperlix, nesse sentido, cumpre um papel que vai além da geração

¹¹ O Vitapelli é um curtume localizado em Presidente Prudente (SP), especializado no beneficiamento de peles bovinas para a produção de couro destinado à indústria calçadista e moveleira.

de renda, funcionando também como espaço de apoio material e simbólico, capaz de atenuar a vulnerabilidade extrema enfrentada pelas mulheres. Esse caráter coletivo e solidário aparece com força nos relatos, como destaca Simone:

Meu avô faleceu esse ano e foi muito difícil pra mim. Recebi a notícia da morte dele aqui. Fui pra casa, no outro dia que foi o velório e o ônibus (*da Cooperlix*) parou lá. Era uma sexta-feira, estava muito frio e chovendo e as pessoas aqui tiveram a compaixão de irem lá me dar um abraço e isso faz muita diferença. Eu trabalhei em outras empresas e isso nunca tinha acontecido. O povo de fora pensa “ah, cooperativa que mexe com reciclagem”, existe uma discriminação. Aham que as pessoas que estão aqui são pessoas sem futuro “ah, eram do lixão ou são pessoas drogadas” e não são. As pessoas aqui são muito família, muito família mesmo. Do lado de fora eu tinha uma visão daqui, quando eu entrei aqui eu tive outra completamente diferente e isso com o falecimento do meu avô foi uma coisa que me marcou muito. Eu já gostava daqui, mas quando isso aconteceu parece que eu me apeguei mais ainda. Aqui temos muito disso, um apoiar o outro na dificuldade, ir lá e dar um abraço. Pegar e ir num canto pra conversar. As meninas do café são excelentes. “Vem aqui tomar um café”, aquilo é muito bom pra gente. Aqui é como toda empresa, tem suas adversidades, a gente acaba discutindo um com o outro, mas quando chega nessas dificuldades que a gente vê a diferença daqui pra outro lugar. Eu senti essa diferença. Aqui a gente tenta muito se ajudar. Mesmo que seja trabalho, mas muitas vezes a gente traz o pessoal e faz bem, porque uma tenta ajudar a outra (Entrevista - Simone).

Se, por um lado, a fala de Simone enfatiza o apoio mútuo e a solidariedade como elementos importantes na experiência coletiva, por outro, os dados quantitativos revelam que essas redes de apoio, embora fundamentais, não eliminam as desigualdades estruturais. Elas convivem com realidades duras, como o perfil etário das mulheres da Cooperlix (Gráfico 10), que mostra uma concentração significativa de mulheres entre 51 e 60 anos, faixa que reúne quase um terço das entrevistadas. Esse dado evidencia a permanência prolongada no trabalho de catação de materiais recicláveis, muitas vezes como consequência da exclusão de oportunidades no mercado formal e ausência de alternativas de inserção em empregos socialmente valorizados. Ao mesmo tempo, a presença de mulheres em todas as faixas etárias, incluindo aquelas acima de 70 anos, demonstra que o trabalho na Cooperlix se constitui em uma atividade de sobrevivência que acompanha o ciclo de vida, prolongando o tempo de trabalho para além da idade convencionalmente associada à aposentadoria.

Gráfico 10 - Faixa etária das mulheres da Cooperlix* - 2024

Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024). *Uma entrevistada optou por não revelar sua idade.

Esse padrão reforça que o trabalho com materiais recicláveis não é transitório, mas sim estruturante na vida dessas mulheres, funcionando com uma resposta às precariedades acumuladas desde a infância e juventude. A continuidade desse circuito evidencia como a desigualdade histórica e a falta de proteção social impõem às mulheres uma trajetória laboral estendida. A fala de Conceição, que é aposentada, ilustra de forma contundente essa permanência:

Ah, eu pretendo, até quando Deus me der vida e se eles vão me aceitar aqui. Eu sou aposentada e não tenho vontade de parar. Às vezes me dá uma loucura assim de falar “vou sair daqui, estou saindo”, mas daqui a pouco já volto pra trás assim desconfiada e digo não, vou ficar, quero ficar, vou passar por cima de tudo e vou conseguir. É assim que a gente se vira aqui no dia a dia, passando por cima de tudo, porque a gente acredita que dias melhores virão. Eu acredito assim, eu acho que a luta vem [...]. Eu gosto do trabalho que eu faço, então eu quero continuar. Aqui é uma família, porque eu fico mais aqui do que em casa. Eu me preocupo mais aqui, porque eu sei que eu tenho que estar aqui, eu tenho que me dedicar aqui, é daqui que eu levo meu sustento também, então é por isso que eu falo que eu quero continuar aqui. É por isso que eu gosto. Eu não quero parar, não (Entrevista – Conceição).

Esse depoimento revela como, mesmo diante da conquista da aposentadoria, o trabalho na cooperativa permanece como espaço de pertencimento, sobrevivência e dignidade, onde se alimenta a esperança por dias melhores.

Contudo, o pertencimento e a continuidade no trabalho convivem com as duras condições enfrentadas no cotidiano da triagem de materiais, atividade ocupada exclusivamente pelas mulheres na Cooperlix. A permanência prolongada das catadoras em um ambiente marcado pela insalubridade evidencia as dificuldades enfrentadas nessa ocupação.

Os riscos se agravam diante do fato de que a coleta seletiva, na prática, ainda enfrenta uma série de desafios para ser efetivamente seletiva¹². Parte da população não compreende, ou não assume, a responsabilidade de separar e higienizar de forma correta e adequada os resíduos, enviando para a Cooperlix materiais contaminados, tóxicos ou mesmo rejeitos que não deveriam chegar à triagem. Essa negligência social, associada à ausência de campanhas educativas consistentes e à fragilidade do poder público em fiscalizar e orientar, transfere para as catadoras a carga dos erros da sociedade do consumo. O resultado é a intensificação das condições insalubres de trabalho e a exposição contínua a riscos de adoecimentos e acidentes no ambiente de trabalho. Carolina sintetiza essa realidade ao relatar:

Eu uso máscara até hoje, porque passa muita coisa estragada, você não aguenta o cheiro, nem com a máscara, aquele cheiro de podre. Na chuva piora bastante. Eu fico no final da esteira e uso máscara o tempo todo (Entrevista – Carolina).

Por sua vez, Cora destaca os perigos ainda maiores do contato com materiais tóxicos:

Aqui chama reciclagem, mas às vezes tem lata de tinta pela metade, que derrama na esteira e eu já passo mal com o cheiro forte. Veneno. Esses dias jogaram um veneno e os meninos não viram, um monte de galão branco que é até caro esse material, mas não viram que estava com resto de veneno. Uma máquina passou por cima e não vimos que derramou. Uma semana tivemos pessoas que ficaram passando mal, porque caiu em cima de outros materiais. Eu mesma fui parar duas vezes no médico. O médico até me disse que isso mata. Vem muito material que não é para estar aqui. Uma colega teve um problema na pele por causa de cimento, veio aquele pó e ficou na pele dela, teve que fazer tratamento. Então a população manda material sujo, papelão que fica guardado muito tempo vem com rato escorpião, chega tudo aqui. Tem gente que manda cocô de cachorro, é horrível (Entrevista – Cora).

Diante do que foi exposto por Carolina e Cora, revela-se que o trabalho com a triagem de materiais recicláveis não exige apenas esforço físico constante, mas também expõe as mulheres, que estão majoritariamente no trabalho de triagem, a riscos de intoxicação, acidentes e problemas respiratórios. Para aquelas em idades mais avançadas, tais condições tornam-se ainda mais graves, revelando a precariedade estrutural do ofício e a ausência de políticas públicas eficazes de proteção à saúde das catadoras.

¹² Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2024 aponta que, embora 54% dos brasileiros afirmem ter acesso à coleta seletiva em suas residências, um em cada três não realiza a separação adequada dos resíduos. Tal dado evidencia que a existência do serviço não garante sua efetividade, reforçando a necessidade de políticas públicas de educação ambiental e sensibilização da população (ABREMA, 2024).

Já entre as mais jovens, observa-se que a inserção no trabalho está fortemente vinculada às responsabilidades precoces e a falta de acesso às alternativas mais atrativas. O caso de Ângela, de 21 anos, ilustra esse quadro:

Tive meu filho e tive que parar os estudos. Engravidei com 15 anos. Estou aqui porque foi o único lugar que eu consegui emprego. Depois que eu fiquei maior de idade, foi o lugar que eu encontrei para poder sustentar meu filho. Meu marido e minha sogra trabalham aqui, eu vim por causa do meu marido. Ele trabalha aqui há 5 anos. Eu estou aqui há 3 anos. Eu gosto de trabalhar aqui porque não é um trabalho difícil e no começo as pessoas vão ajudando e você pega o jeito rápido. Com o que ganhamos aqui conseguimos sustentar nossa casa, comprar as coisas para o nosso filho e meu marido tem outro filho, aí ajuda o outro filho também. Eu me arrependo de ter engravidado cedo (Entrevista – Ângela).

A fala de Ângela demonstra um elemento recorrente entre as mulheres catadoras que é a maternidade precoce, que surge como fator que interrompe a trajetória escolar e restringe possibilidades de inserção em ocupações socialmente valorizadas. Ao narrar que engravidou aos 15 anos e precisou abandonar os estudos, sua fala explicita como as desigualdades de gênero se articulam a condições materiais adversas, produzindo um ciclo de vulnerabilidade que conecta juventude, baixa escolaridade e inserção em trabalhos precários.

A divisão sexual do trabalho continua a impor às mulheres, especialmente às mais pobres, a centralidade das responsabilidades reprodutivas, muitas vezes em detrimento de sua própria formação educacional. Essa sobrecarga, longe de ser natural, é resultado de um processo histórico que destina às mulheres o espaço do cuidado e da maternidade, reforçando desigualdades de gênero (SAFFIOTI, 2013). Além disso, Federici (2017) chama atenção para como o trabalho reprodutivo não remunerado e a maternidade precoce são utilizados pelo capitalismo como mecanismos de contenção e exploração das mulheres, limitando sua autonomia e mantendo-as em espaços laborais precarizados.

A situação narrada por Ângela, portanto, não pode ser interpretado apenas como uma escolha individual ou um erro pessoal, mas expressa um padrão coletivo, no qual desigualdades de gênero e classe restringem a autonomia das jovens mulheres e transformam a maternidade precoce em um obstáculo ao direito à educação e à ampliação de horizontes laborais. Em contextos marcados pela ausência de suporte estatal e pela naturalização do cuidado como função feminina, as jovens mães são empurradas para trabalhos informais e desvalorizados, como a catação, que se apresenta como alternativa de sobrevivência.

Além de Ângela, Djamila também relata o impacto da gravidez na adolescência em sua vida e seus desdobramentos:

Eu trabalho desde os 17 anos. Eu engravidei com 17 anos e minha mãe me expulsou de casa. Acabei me envolvendo com o crime, fiquei presa, mas não quis isso pra minha vida. Fui presa por 1 ano, por causa de tráfico. Eu já tinha 2 filhos e o dinheiro fácil me chamou. Eu estava numa fase muito difícil da minha vida e meus filhos eram pequenos. Fui presa com 22 anos. Quando saí da prisão comecei a catar reciclagem na rua, fiquei uns 2 meses e depois de um tempo vim para a Cooperlix (Entrevista – Djamila).

No caso de Djamila a maternidade precoce, associada à ausência de suporte familiar e estatal, demonstra como situações como essa pode subordinar mulheres jovens, sobretudo negras, para trajetórias de extrema precarização. Expulsa de casa pela mãe após engravidar aos 17 anos, ela se viu diante da dupla responsabilidade de cuidar dos filhos e garantir a sobrevivência. A inserção no crime e a prisão subsequente não podem ser lidas apenas como desvios individuais, mas como resultado da criminalização da pobreza e da maternidade negra e periférica. O “dinheiro fácil” do tráfico, mencionado pela entrevistada, não deve ser interpretado fora do contexto de precariedade estrutural. A economia ilegal frequentemente se torna um recurso de sobrevivência em territórios excluídos do mercado formal de trabalho. A prisão, nesse caso, funciona como uma penalização da pobreza, aprofundando a estigmatização e limitando ainda mais as possibilidades de reinserção social (Wacquant, 2001).

O fato de, após sair da prisão, essa mulher ter recorrido à catação de materiais recicláveis, mostra como a atividade aparece como uma das poucas alternativas concretas de sobrevivência, justamente por não exigir escolaridade, antecedentes criminais ou inserção prévia no mercado formal. Trata-se, portanto, de mais uma face da inclusão precária (Martins, 1997), em que o trabalho surge não como emancipação, mas como mecanismo de contenção da miséria.

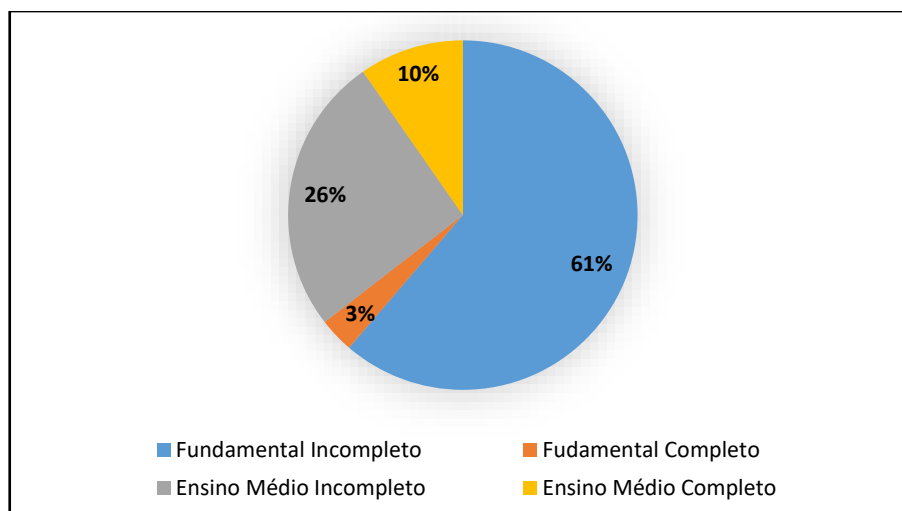
Esse relato também permite problematizar a assimetria de responsabilidades atribuídas a homens e mulheres no contexto da maternidade precoce. Ao engravidar aos 17 anos, a jovem foi expulsa de casa pela mãe, sem que houvesse qualquer referência ao pai da criança ou a sua corresponsabilização. Essa ausência não é casual, mas sim expressa um padrão estrutural em que os homens são frequentemente isentados do cuidado e das obrigações ligadas à geração de filhos, enquanto às mulheres, sobretudo as pobres e negras, recai a carga integral da maternidade (Scavone, 2004; Ribeiro, 2019).

O episódio de a catadora precisar contar com outra mulher, sua mãe, como apoio (mesmo que em um gesto de expulsão, que é também uma forma de responsabilização e punição) reforça a lógica de que o cuidado é delegado de mulher para mulher, em uma rede marcada por tensões, precariedades e ausência de suporte masculino (Hirata, 2016). Perguntar “onde está o pai?” é, portanto, evidenciar a seletividade desse processo, pois enquanto as mães jovens são criminalizadas e punidas, os homens permanecem invisíveis, isentos das consequências e do julgamento social.

As narrativas apresentadas por Ângela e Djamila mostram que a maternidade precoce, além de interromper a escolarização, impõe um destino marcado pela sobrecarga e pela responsabilização unilateral das mulheres. Isso se reflete nos baixos níveis de escolaridade das catadoras, tema que se analisa em seguida.

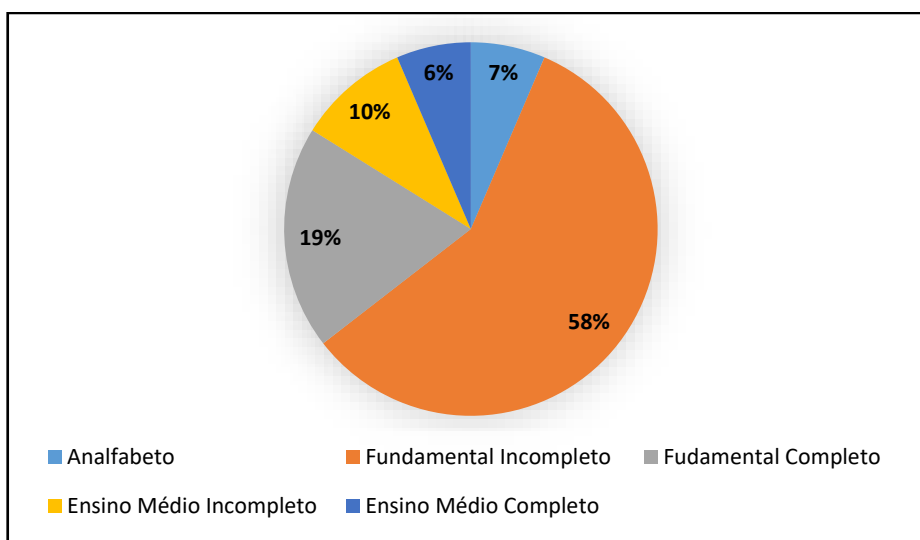
Diferentemente dos gráficos anteriores, em que o foco esteve exclusivamente nas mulheres, optou-se aqui por trazer também os dados referentes aos homens cooperados. Essa escolha se justifica pela relevância de evidenciar as desigualdades de gênero no acesso à educação, reveladas quando os dois grupos são cotejados. A comparação permite demonstrar que, embora todos as(os) catadoras(es) enfrentem barreiras estruturais relacionadas à pobreza, são as mulheres que apresentam os maiores índices de analfabetismo e os menores níveis de escolaridade formal. Ao explicitar esse contraste, torna-se possível compreender de maneira mais nítida como gênero, raça e classe se combinam para restringir as oportunidades de escolarização das catadoras.

Os dados revelam que, entre os homens cooperados (Gráfico 11), a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto (61%), seguida por aqueles que cursaram, mas não concluíram, o ensino médio (26%). Há ainda 10% que completaram o ensino médio e apenas 3% que concluíram o ensino fundamental. Não se registraram casos de analfabetismo entre os homens.

Gráfico 11 - Nível de escolaridade dos homens da Cooperlix - 2024

Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

No caso das mulheres (Gráfico 12), embora também predomine o ensino fundamental incompleto (58%), o cenário é mais crítico. Além da baixa escolaridade, 6% das catadoras são analfabetas, percentual inexistente entre os homens. Apenas 19% chegaram a concluir o ensino fundamental, e somente 7% alcançaram o ensino médio completo, índice inferior ao registrado no grupo masculino.

Gráfico 12 - Nível de escolaridade das mulheres da Cooperlix - 2024

Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

Ainda que os Gráficos 11 e 12 permitam visualizar a situação educacional das(os) catadoras(es) pelo recorte de gênero, a análise ganha ainda mais densidade quando se observa distribuição do nível de escolaridade a partir do recorte de cor/etnia. As Tabelas 3 e 4 a seguir revelam como as desigualdades de gênero se

entrelaçam às desigualdades raciais, evidenciando que as mulheres negras concentram os índices mais elevados de analfabetismo e de baixa escolaridade.

Tabela 3 - Nível de escolaridade das mulheres da Cooperlix por cor/etnia - 2024

Cor/Etnia	Sem escolaridade	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo
Branco	-	4	-	-	-
Preto	1	5	4	1	1
Pardo	1	9	1	3	1
TOTAL	2	18	5	4	2

Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

Tabela 4 - Nível de escolaridade dos homens da Cooperlix por cor/etnia - 2024

Cor/Etnia	Sem escolaridade	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo
Branco	-	4	-	3	1
Preto	-	7	-	1	1
Pardo	-	8	1	4	1
TOTAL	-	19	1	8	3

Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

A leitura comparativa das Tabelas 3 e 4 evidencia que, embora homens e mulheres cooperados compartilhem trajetórias de baixa escolaridade, as desigualdades são mais severas entre as mulheres, sobretudo negras. Enquanto entre os homens não há registros de analfabetismo, entre as mulheres 6,5% declararam não possuir escolaridade formal, sendo todas pardas ou pretas. Essa discrepância confirma que o analfabetismo é um fenômeno atravessado por gênero e raça, atingindo de forma mais aguda as mulheres negras.

O recorte racial revela um padrão estruturante no qual tanto homens quanto mulheres pardos e pretos se concentram majoritariamente no ensino fundamental incompleto. Contudo, no grupo feminino essa concentração é acompanhada pela presença de analfabetismo e pelos percentuais mais baixos de progressão escolar, o que aponta para uma sobreposição de desvantagens. A baixa presença de mulheres brancas, restritas ao ensino fundamental incompleto, reforça que a catação não é ocupação que atinge indistintamente os grupos raciais, mas se inscreve em um circuito historicamente destinado à população negra e, em especial, às mulheres.

Assim, a comparação entre homens e mulheres mostra que, se por um lado a pobreza impõe limites à escolarização das(os) catadoras(es) de uma forma geral, por

outro, são as mulheres negras que concentram os obstáculos mais profundos, evidenciando a articulação entre gênero, raça e classe na produção das desigualdades educacionais e laborais.

Os números, no entanto, não falam por si. Para compreender de forma mais profunda os obstáculos enfrentados pelas mulheres, é preciso ouvir suas próprias narrativas, que revelam como a pobreza, o trabalho precoce e a responsabilização familiar moldaram suas trajetórias. Conceição recorda:

Eu vim de uma família que houve uma separação do meu pai e da minha mãe muito cedo, então eu tive que começar a trabalhar muito cedo pra poder ajudar a minha mãe em casa, com meus outros irmãos. É por isso que eu tive pouca oportunidade para estudar e também depois que eu fiquei mais madura, achei que já não dava mais. Depois de 13 anos pra cima a gente já ia pra roça com a mãe, porque meu pai largou a gente pra ir com outra pessoa e a minha mãe ficou sozinha. Então quem ia pra escola, ia pra escola e a gente foi crescendo assim: os que quiseram continuar, continuaram, mas eu como a filha mais velha eu achei melhor ajudar minha mãe (Entrevista – Conceição).

Já Bell resume de modo sintético o peso do trabalho precoce em sua vida: “Eu tive primeiro que pensar na família, depois nos estudos. Trabalho desde os 13 anos. Trabalhava de boia fria, era variado o serviço, o que aparecia. Eu tenho sete irmãos, então trabalhei para ajudar no sustento da minha família”.

As falas das catadoras mostram como a necessidade de trabalhar desde cedo e assumir responsabilidades familiares funcionou como um obstáculo central à escolarização. As histórias de Conceição e Bell dão rosto aos dados apresentados, evidenciando que o abandono escolar entre as catadoras não decorre de desinteresse, mas é resultado direto de dinâmicas sociais de pobreza e desigualdade que condicionam escolhas e limitam horizontes educacionais.

Ademais, essa discrepância reforça que as mulheres enfrentam barreiras adicionais no percurso escolar, em grande medida associadas à maternidade precoce, à sobrecarga com o trabalho doméstico e à ausência de políticas públicas de apoio, como creches e programas de permanência escolar para mães adolescentes. A presença de analfabetismo feminino, somada ao reduzido percentual de mulheres que completaram o ensino médio, expressa um padrão estrutural de exclusão.

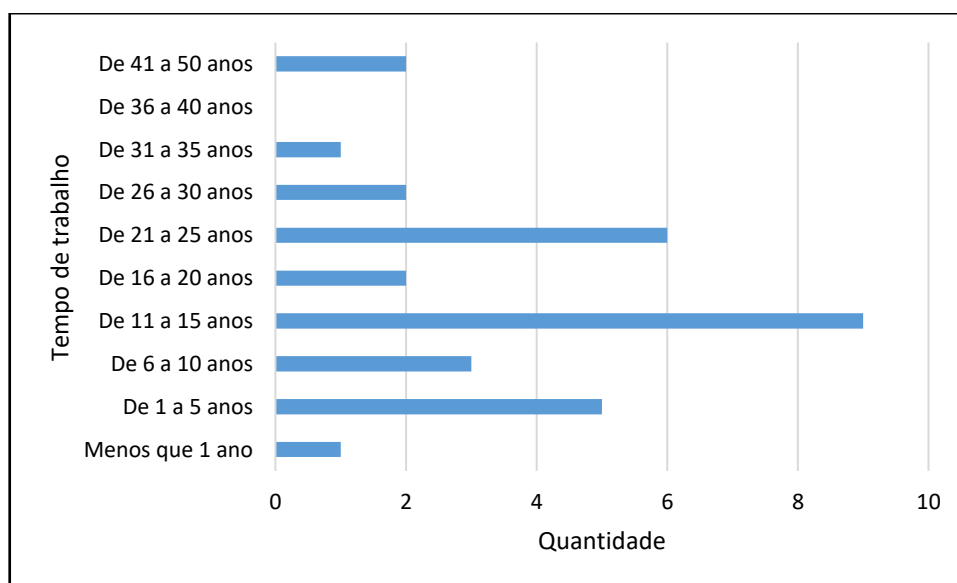
Em termos interseccionais, isso significa que, enquanto os homens vivenciam a precariedade educacional principalmente em função da pobreza, as mulheres acumulam desigualdades específicas que as levam para trajetórias ainda mais restritivas. Como argumenta Carneiro (2011), o racismo institucional opera de forma

seletiva, limitando de modo particular o acesso das mulheres negras a direitos fundamentais, entre eles a educação.

Assim, a comparação entre homens e mulheres da Cooperlix evidencia que a exclusão educacional não é homogênea, mas atravessada por hierarquias que impõem às mulheres, sobretudo às negras e pobres, os maiores obstáculos. A baixa escolaridade, portanto, não apenas condiciona a inserção precária no mercado de trabalho, mas também reforça a reprodução intergeracional da desigualdade, perpetuando um ciclo de subalternização social.

As barreiras educacionais não apenas limitam os horizontes escolares, mas também repercutem nas trajetórias laborais, prolongando a permanência das mulheres em atividades precarizadas. O Gráfico 13 mostra que o tempo de atuação das mulheres da Cooperlix na catação é bastante diverso, mas marcado pela longa permanência. A presença de duas catadoras com 50 anos de experiência chama atenção, pois trata-se de uma vida inteira dedicada a essa atividade, que antecede a própria existência da cooperativa e remete ao período em que a coleta e a triagem de recicláveis eram realizadas de forma individual e em condições ainda mais precárias. Esses casos extremos evidenciam que a catação, para muitas mulheres, não é apenas um recurso eventual de sobrevivência, mas uma ocupação que se estende por toda a trajetória de vida.

Gráfico 13 - Tempo de trabalho como catadora de materiais recicláveis das mulheres da Cooperlix - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

Além dessas experiências, observa-se que uma parcela expressiva das mulheres atua há mais de uma década na reciclagem, muitas ultrapassando vinte anos de trabalho contínuo. Isso revela que a catação, longe de ser transitória, se consolida como atividade estruturante, acompanhando diferentes fases do ciclo de vida, da juventude à velhice, e constitui-se como principal fonte de sustento ao longo do tempo.

Diante desse contexto, esse padrão prolongado pode ser interpretado de duas formas complementares. Por um lado, expressa resistência e pertencimento, já que a permanência denota vínculos coletivos, construção de redes de apoio e a possibilidade de garantir renda em contextos de vulnerabilidade. Por outro, aponta para a imobilidade social, pois a continuidade de condições precárias de inserção laboral faz com que a catação se torne a única opção disponível, reproduzindo desigualdades históricas de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, o tempo de trabalho das catadoras revela um paradoxo, pois se de um lado há resiliência, estabilidade relativa e o fortalecimento de laços comunitários, de outro há a perpetuação de um circuito de exclusões que restringe horizontes e mantém essas mulheres em posições de subalternidade ao longo de décadas.

Os dados da longa permanência no trabalho com a catação de materiais recicláveis ganha sentido concreto quando associados às narrativas das próprias catadoras. Muitas delas relatam estar a uma década ou mais na atividade, reforçando que a reciclagem se tornou não apenas meio de sobrevivência, mas parte constitutiva de suas trajetórias de vida. Benedita relata:

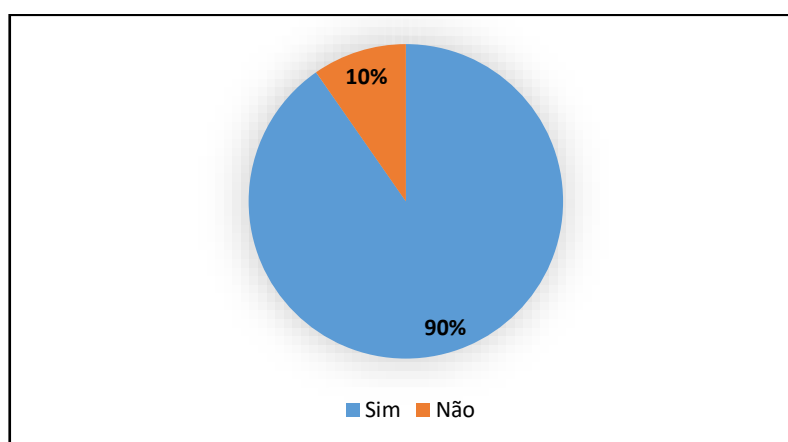
Eu estava desempregada. Trabalhava em um restaurante que fechou e uma amiga me trouxe aqui e estou aqui há 10 anos. Nunca tinha trabalhado com reciclagem antes, aprendi tudo aqui. Eu saí do emprego que ficava na casa da patroa. Comecei a fazer faxina, engravidei, afastei e ficava fazendo uns biquinhos aqui e ali. Aí entrava no restaurante, trabalhava meio período, deixava a criança na escola, porque eu não tinha com quem deixar e foi assim minha vida, tudo muito difícil. Esse trabalho é muito importante para mim, porque é daqui que tiro meu sustento. Ajudo minha família, meus netos, para mim é muito importante (Entrevista – Benedita).

Assim, as vozes das catadoras demonstram que o longo tempo de permanência na catação não se explica apenas pela falta de oportunidades, mas também pelo papel vital que esse trabalho assume na reprodução da vida familiar e comunitária. O que os números indicam como décadas de trabalho traduz-se, nas

narrativas, como histórias de resiliência, sobrecarga e pertencimento, em que a Cooperlix ocupa lugar central na luta cotidiana pela sobrevivência.

Esse papel central pode ser melhor compreendido quando se observa que, para a ampla maioria das mulheres, o trabalho na cooperativa se configura como a principal fonte de renda para suas famílias, como demonstrado no Gráfico 14. Longe de ser atividade complementar ou transitória, o trabalho na Cooperlix sustenta não apenas as próprias trabalhadoras, mas filhos, netos e, em alguns casos, grandes famílias, reforçando sua importância econômica e social.

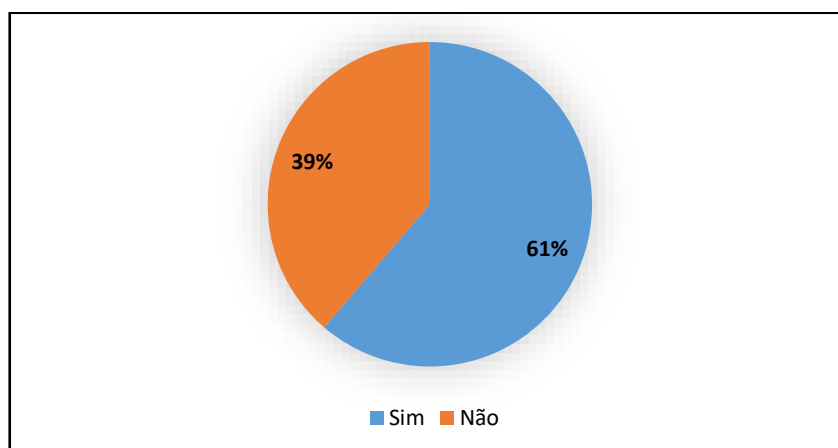
Gráfico 14 - Trabalho na Cooperlix se constitui como a principal fonte de renda para as mulheres - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

A centralidade da Cooperlix na renda familiar para as mulheres (Gráfico 15) torna-se ainda mais evidente quando se observa que, em 61% dos casos, não há outras fontes de sustento disponíveis, o que demonstra a importância desse trabalho para a manutenção de si próprias e de suas famílias.

Gráfico 15 - Família depende exclusivamente da remuneração obtida com o trabalho na Cooperlix para as mulheres - 2024



Fonte: Questionários respondidos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis da Cooperlix. Org.: MARTINS, F. G. (2024).

A dependência exclusiva reforça tanto a relevância social do trabalho das catadoras quanto sua fragilidade estrutural. Qualquer instabilidade no funcionamento da cooperativa, seja por atrasos nos repasses municipais, queda no preço dos materiais ou dificuldades de comercialização, incide de maneira direta e imediata sobre as condições de vida de núcleos familiares inteiros. Isso evidencia a precariedade de um modelo em que o Estado transfere responsabilidades sem garantir condições plenas de segurança social, deixando mulheres em situação de vulnerabilidade expostas à insegurança permanente.

Nesse cenário, ficam ainda mais visíveis os riscos enfrentados pelas catadoras quando a cooperativa passa por períodos de instabilidade financeira. O depoimento de Simone demonstra de maneira contundente o impacto dessas situações no cotidiano:

Foi um período de muitas incertezas, porque a gente tinha muito medo, porque a gente estava fazendo nosso trabalho, porém só o que a gente recicla não é o suficiente, porque nós temos muitos gastos: são gastos com caminhões, é pneu, é combustível, é muito gasto. E nesse momento foi o que nós mais nos unimos, porque alguns saíram e eu entendo completamente, eles foram recomeçar novamente. Nós éramos em 90 cooperados, hoje estamos com 70, mas na época saíram por volta de 30 pessoas. Quando nós passamos o perrengue eu entendi o que era cooperativismo, porque é união, todo mundo se uniu de uma certa forma. A gente deixou algumas prioridades nossas de lado, para priorizar isso aqui. No mês de setembro nós recebemos 300 reais de bônus da produção, isso para poder pagar as contas daqui. Vendia uma coisa, caía o dinheiro e a gente pagava uma conta e depois a gente via o que poderia ser feito. Tinha vezes que os caminhões nem saíam, porque não tinha combustível, mas mesmo assim nós estávamos unidos (Entrevista – Simone).

A fala de Simone revela a gravidade da situação, pois com o corte nos repasses, a cooperativa não dispunha de recursos sequer para manter os caminhões em circulação, comprometendo a coleta seletiva no município e, conseqüentemente, a renda dos cooperados. Esse episódio ilustra de forma concreta o que significa depender exclusivamente da catação em um contexto de negligência estatal, pois a sobrevivência de dezenas de famílias ficou à mercê da instabilidade política e administrativa da gestão pública. Ao mesmo tempo, a experiência narrada evidencia o papel do cooperativismo como prática de resistência. Diante da ausência do poder público, a solidariedade interna foi o que permitiu à Cooperlix continuar existindo, ainda que em condições extremamente adversas.

Além disso, a experiência narrada por Simone demonstra que é justamente diante da fragilidade estrutural que a solidariedade coletiva ganha centralidade, tornando-se o elemento capaz de sustentar a continuidade da Cooperlix em momentos críticos.

Essa contradição entre a precariedade de condições e a força do apoio mútuo, também surge em outros relatos, especialmente de mulheres que passaram pelo mercado formal de trabalho, como é o caso de Sueli¹³, que após quase oito anos em supermercados, marcados por sobrecarga, humilhações e adoecimento, encontrou na Cooperlix não apenas uma fonte de renda, mas a possibilidade de reconstruir sua vida em bases, consideradas por ela, mais dignas.

A trajetória de Sueli é emblemática para compreender a intersecção entre precarização, violência e resistência. Seu relato evidencia de forma contundente como o trabalho formal, longe de assegurar dignidade, pode ser um espaço de profunda exploração. Ela própria sintetiza essa experiência ao afirmar:

Então eu queria viver, porque em vida de mercado você não vive, é de domingo a domingo, o salário é miserável, não dá pra você fazer nada, levando em consideração que você só tem hora pra chegar, você não tem hora para sair e você é muito cobrado para você vender, para você ter meta, para você aprender a respeitar quem desrespeita você. Lidar com o público é muito desafiador, ele é 100% desafiador: ele desafia você, para machucar você e você tem que aprender. Então essa parte também me desmotivou

¹³ É importante destacar que a entrevista com Sueli se apresentou como uma das mais intensas e significativas realizadas no campo. Seu relato, marcado por emoção, indignação e pela necessidade visceral de narrar sua trajetória, revelou múltiplas dimensões da violência e resistência que a atravessaram em sua vida. Por essa razão, opta-se por apresentar suas falas de forma mais extensa, de modo a permitir que a(o) leitora(o) se aproxime dessa realidade em toda sua complexidade e, sobretudo, para que ela seja ouvida sem recortes.

emocionalmente. Os clientes te xingam e você não pode revidar. O salário é miseravelmente pouco para você ser tão maltratada (Entrevista – Sueli).

A expressão “*em vida de mercado você não vive*” revela a intensidade da sobrecarga a que trabalhadoras no mercado formal muitas vezes estão submetidas: jornadas extensas, metas inatingíveis, salários insuficientes e ausência de tempo para si e para a família. O emprego formal, que supostamente garantiria maior qualidade no trabalho, surge como mecanismo de desgaste físico e emocional. Mais do que o excesso de horas, Sueli também relata a violência sofrida:

No primeiro emprego como operadora de caixa, minha gerente, a diretora geral, ela me maltratou. Ela me forçou a procurar um fonoaudiólogo para mudar o meu jeito de falar. Todo o cliente que passava no meu caixa me perguntava de onde eu era, o que vim fazer aqui e isso a incomodava (Entrevista – Sueli).

Esse episódio explicita o peso do preconceito linguístico e regional, que atua como dispositivo de marginalidade social. A exigência de “corrigir” sua forma de falar não é apenas uma questão de padrão de atendimento, mas a tentativa de apagar identidades e impor uma norma que afirma hierarquias de classe e raça (Bagno, 1997). As consequências dessa precarização vão além da humilhação cotidiana: atingem diretamente as condições de vida.

Trabalhei em vários supermercados e saía, porque não era possível fazer plano algum para minha vida, por causa do baixo salário e também pelo tempo que tinha que gastar da minha vida trabalhando nesses lugares. Muita gente diz que quem não tem nada é porque é vagabundo e não trabalha: eu trabalhando no mercado de domingo a domingo, eu cheguei na minha casa, por uma semana, eu tinha arroz e feijão com água e sal para comer. Eu digo “mas que diabo está acontecendo comigo?” Eu ganhava 1800 reais, cheguei na minha casa e disse “misericórdia, eu trabalho de domingo a domingo, eu tenho que mandar a minha filha para a casa do pai dela para que ela não sinta falta de comida decente, porque arroz e feijão de água e sal não é comida decente”. Eu não tinha nenhum ovo para comer. Eu trabalhando de domingo a domingo e não tinha dinheiro para nada, decidi pedir as contas e sair do mercado: Nada por nada eu fico na minha casa (Entrevista – Sueli).

Essa contradição desvela de forma drástica o mito de que “*quem trabalha não passa fome*”, pois ainda que empregada formalmente, Sueli enfrentava a impossibilidade de garantir alimentação básica para si e sua família. Suas tentativas de acessar programas sociais com o Bolsa Família e cestas básicas também revelam a insuficiência da rede de proteção. Ao receber alimentos estragados, ela reconhece ter chegado ao “auge do fundo do poço”.

Depois não consegui achar nada, ninguém me dava um emprego. Tentei fazer o bolsa família e nada. Pedi cesta básica e nada. Quando foi por muito tempo chegou uma cesta básica lá na minha casa, cheio daqueles carunchos,

aqueles bichinhos. Aí eu falei: “Ah não, eu cheguei no auge do fundo do poço, não posso ficar assim, vou de novo procurar trabalho no mercado”. Em um fim de ano eu consegui um bico em uma loja e passou a necessidade. O gerente me perguntou se eu queria ir trabalhar lá, mas era de domingo a domingo também e eu não quis não. Mas ainda depois trabalhei em mais um mercado, mas eu não queria mais essa vida pra mim (Entrevista – Sueli).

O ingresso na Cooperlix aparece, nesse contexto, como um divisor de águas:

Minha tia trabalhou aqui (*na Cooperlix*) por 9 anos e pediu as contas. Quando estava com 5 meses que ela tinha saído eu vim aqui conversar com eles. Ainda estava trabalhando no mercado e eu não podia mais passar necessidade e deixar minha filha. Aí pensei: se eles me derem trabalho lá (*na Cooperlix*) eu deixo o mercado. Saí na minha folga e vim aqui. Dona Conceição me perguntou se eu podia começar amanhã, isso era 1h da tarde da minha folga e eu já disse: o que é que eu preciso trazer? Antes mesmo dela terminar de falar e já disse tchau e obrigada que eu já vou providenciar já. Pedi minhas contas no mesmo dia. Eu estou aqui bem recente, mas eu estou amando. Eu já tinha feito um bico aqui, mas no monte, que é mais cansativo (Entrevista – Sueli).

Ao escolher a cooperativa, Sueli não buscava apenas renda, mas sobretudo a possibilidade de viver em condições dignas de trabalho. Sua fala demonstra como, mesmo as fragilidades da Cooperlix, o espaço coletivo pode representar dignidade, acolhimento e oportunidade de reconstrução de trajetórias. Sueli ressalta os contrastes dos dois trabalhos, pois se no mercado formal predominavam as agressões e a precariedade material, na Cooperlix ela identificou a possibilidade de trabalhar em um ambiente mais humano.

Aqui tem a parte psicológica que te deixa trabalhar à vontade, não agride você com palavras. Aqui tem a parte financeira, que para mim, ainda não é, de acordo com a importância do trabalho que a gente executa, o pagamento justo, mas é excelente. Temos uma cesta básica pequena, que só para mim e minha filha dá o suficiente, inclusive posso doar também, antes que dê aqueles bichinhos, como um dia eu recebi. Está sendo maravilhoso e eu vou buscar manter um diálogo sadio para que eu possa conquistar muitas outras coisas aí na frente (Entrevista – Sueli).

Assim como demonstrou Sueli, as trajetórias das mulheres da Cooperlix revelam, em escala local, as contradições mais profundas do modelo de desenvolvimento hegemônico, que combina precarização estrutural, desigualdades de gênero, raça e classe, e políticas públicas insuficientes. No entanto, ao mesmo tempo em que carregam sobre si o peso histórico da exploração e da invisibilidade, essas trabalhadoras projetam futuros possíveis a partir de sua própria experiência coletiva.

Quando questionadas se confiavam na continuidade da Cooperlix, todas responderam, com unanimidade e sem hesitar, que sim, acreditam que a cooperativa seguirá existindo. Essa confiança, no entanto, não é abstrata, mas se alimenta da

experiência concreta de pertencimento, esperança em melhores condições de trabalho e do orgulho coletivo que a cooperativa representa.

Olha, aqui eu falo que eu me encontrei. Gostei de trabalhar nos outros lugares? Gostei. Mas aqui eu acho que é por causa disso... Eu fiz muitas sessões com a psicóloga e eu acho que eu virei um pouco de psicóloga. Eu acho que eles confiam em mim e eu tento sempre entregar o meu melhor e isso faz tão bem para mim. Sabe, quando eu vejo que as pessoas têm uma dúvida e vem perguntar para mim, quando eu não sei eu tento procurar a resposta, vou na pessoa e digo 'olha, eu achei a resposta para você' e eu acho gratificante, porque eles me agradecem. Então eu me encontrei nesse lugar. Eu não sei dizer o que é, mas me faz bem (Entrevista - Simone).

Eu queria que eles ganhassem um salário bom, que não tivessem dificuldades. Ainda que a gente tenha esse salário bom, a gente tem dificuldades em casa. E a cooperativa deslanchasse, que fosse como uma empresa, que se tornasse um exemplo. Onde a gente está hoje que não baixasse mais, só daqui pra frente e subir cada vez mais, com um futuro bom (Entrevista – Lélia).

Eu coloco a camiseta da Cooperlix com muito orgulho. Coloco a camiseta e vou lá conversar com o promotor, vou na caixa, vou onde tiver que ir. Eu tenho honra de vestir essa camiseta, o maior orgulho. Tanta coisa que eu já consegui graças à cooperativa (Entrevista – Esperança).

Ao imaginarem a continuidade da cooperativa, reivindicam melhores condições de trabalho, reconhecimento social e estabilidade, mas também afirmam o desejo de manter vivo o espaço solidário que construíram e continuam a fortalecer com tanto esforço. Nesse horizonte, a Cooperlix não aparece apenas como fonte de renda, mas como lugar de pertencimento, de apoio mútuo e de resistência coletiva e cotidiana.

Assim, ao visibilizar suas vozes e expectativas, evidencia-se que o protagonismo das mulheres catadoras de materiais recicláveis não se limita à sobrevivência em meio à precariedade, ao contrário, ele anuncia alternativas concretas e insurgentes de (re)existência diante das crises ambientais e sociais do capitalismo.

7.3 Por um outro (des)envolvimento: por políticas públicas para a emancipação e consolidação de cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis

Pensar o futuro das catadoras e catadores de materiais recicláveis exige, necessariamente, olhar para as políticas públicas que moldam, ou deixam de moldar, suas condições de vida e trabalho. A trajetória dessa categoria no Brasil está profundamente vinculada à luta por reconhecimento de sua importância social,

ambiental e econômica. Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tenha representado um marco legal ao incluir formalmente as organizações de catadoras(es) de materiais recicláveis como parte integrante da gestão de resíduos sólidos urbanos, sua implementação tem apresentado avanços limitados e contradições persistentes. Tal política, nesse sentido, revelou-se mais como expressão de uma inclusão precária do que como garantia efetiva de direitos e evoluções concretas.

As entrevistas realizadas junto às catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix revelam que, no cotidiano, a ausência de políticas públicas efetivas repercute em condições de trabalho precárias, instabilidade de renda e invisibilidade social. Apesar da relevância da catação para a redução do volume de resíduos sólidos urbanos destinados aos aterros sanitários, o apoio estatal é frequentemente insuficiente, irregular e condicionado a interesses privados. Esse cenário confirma a lógica de vulnerabilização que acompanha historicamente o trabalho de catadoras(es), cujas contribuições ambientais não são devidamente reconhecidas nem convertidas em avanços concretos.

Ao mesmo tempo, a existência e resistência de cooperativas como a Cooperlix demonstram a capacidade organizativa e política dessas mulheres. Em meio a um contexto de marginalização, constroem coletivamente alternativas de sobrevivência que extrapolam o campo econômico, criando redes de solidariedade, fortalecendo identidades coletivas e tensionando a lógica individualista do mercado. As cooperativas, nesse sentido, materializam a perspectiva da economia solidária, ainda que obrigadas a coexistir em condições desiguais com a estrutura capitalista dominante.

O fomento às cooperativas exige políticas estruturais, contínuas e articuladas, que incluam acesso ao crédito, assistência técnica, formação continuada, infraestrutura adequada e pagamento adequado aos serviços ambientais prestados, capazes de transformar o reconhecimento formal em condições concretas de trabalho digno. Além disso, torna-se urgente enfrentar a privatização crescente da coleta seletiva, que concentra lucros em grandes empresas e intensifica a exclusão de catadoras(es), justamente aquelas(es) que historicamente construíram esse trabalho em condições de invisibilidade.

A luta por políticas públicas para catadoras(es) de materiais recicláveis está, portanto, no cerne de um projeto maior de justiça social e ambiental e a afirmação de

outras formas de organização do trabalho. Como demonstram as falas das mulheres da Cooperlix, não se trata apenas de sobreviver, mas de reivindicar dignidade, reconhecimento e participação efetiva nas decisões que afetam seu trabalho e sua vida. Sobre isso, Esperança relata:

Uma vez, uns anos atrás, estava em São Paulo, em um evento com o Movimento Nacional. O presidente na época era o Lula. Ele fez o discurso dele e saiu. Eu estava lá fora e perto de onde ele estava. Um repórter foi fazer uma pergunta para ele: Presidente, o senhor poderia falar sobre as cooperativas? Aí ele parou e disse: Olha, se você quer saber se cooperativas, saber de histórias de vida é lá com eles que você tem que conversar, consultar. Não é comigo. Aqueles ali que tem história de vida, você pode pegar qualquer um daqueles cooperados que você terá histórias de vida, então eu não vou dar entrevista, entrevista eles. Eu me arrepiei na hora que eu vi aquilo. Ele disse tudo. Ele olha pra gente com bons olhos, ele fala que esse povo precisa ser ajudado, esse povo precisa de lei que ampare eles, ele tem esses olhos pra gente (Entrevista – Esperança).

Esse relato revela a importância de se reconhecer as(os) catadoras(es) como sujeitos políticos legítimos, cujas experiências e saberes precisam orientar a formulação de políticas públicas. Ao remeter a centralidade da narrativa para quem vive cotidianamente os desafios desse trabalho, o episódio narrado por Esperança sintetiza a luta pelo direito à palavra e pela ocupação de espaços historicamente negados às(os) catadoras de materiais recicláveis. Nesse sentido, dialoga com a indagação de Spivak (2010) sobre a possibilidade de fala do subalterno e com a defesa de Santos (2000) de que os saberes produzidos pelos pobres constituem um fundamento indispensável para se pensar em alternativas emancipatórias.

Contudo, esse debate não se limita ao campo das políticas públicas. Ele remete a um horizonte mais amplo, que inclui pensar alternativas ao próprio modelo de desenvolvimento hegemônico. Diante de contradições e desigualdades estruturais, torna-se urgente perguntar: é possível imaginar outras formas de existir, viver e se relacionar com a natureza? É nesse contexto que emergem, especialmente na América Latina, propostas como o *Buen Vivir*, expressão concreta de resistências territoriais e de construção de outro projeto civilizatório. Como destaca Ceceña (2013), não há garantias nem segurança nesse caminho, mas há urgência, pois, a continuidade do sistema moderno-capitalista nos conduz a um suicídio coletivo e mudanças são inadiáveis.

O *Buen Vivir*, assim como outras epistemologias do Sul, propõe romper com a lógica ocidental de separação entre humanidade e natureza, reconhecendo a diversidade de povos, culturas e formas de vida. Para Krenak (2019), trata-se de “adiar

o fim do mundo” por meio do reencantamento da vida, da recusa às lógicas de consumo e produtivismo e da recuperação de modos de existência que não subordinam a Terra à lógica da acumulação.

Esses autores convergem na defesa de uma ruptura com o pensamento hegemônico e na valorização de práticas e saberes que brotam dos territórios, das lutas e das resistências. E é justamente nesse ponto que a experiência das mulheres catadoras ganha centralidade, pois, ao se organizarem coletivamente, ao afirmarem dignidade em meio à precarização e ao tecerem redes de solidariedade, elas encarnam, em escala local, práticas que antecipam um outro (des)envolvimento possível. Suas vozes não são apenas denúncia, mas anúncio de alternativas que conjugam justiça social, cuidado com a vida e novas formas de habitar o mundo.

Trazer esse debate significa reafirmar que a questão dos resíduos sólidos não pode ser tratada apenas como problema técnico de gestão urbana, mas como campo de disputa política e civilizatória. O fortalecimento das cooperativas representa não apenas uma estratégia eficiente de gestão de resíduos, mas também um caminho de inclusão social, de emancipação e de resistência frente às desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade brasileira. Ao reivindicarem dignidade, reconhecimento e participação, as mulheres catadoras afirmam que outro (des)envolvimento é possível: enraizado na solidariedade, na justiça social e na defesa da vida e do ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou analisar, a partir do protagonismo das mulheres catadoras de materiais recicláveis da Cooperlix, em Presidente Prudente, as múltiplas dimensões que atravessam o trabalho da catação, compreendendo-o em sua interface com as desigualdades de gênero, classe e raça, bem como em suas relações com a crise ambiental e com as contradições do modelo capitalista de desenvolvimento. O percurso realizado permitiu construir uma reflexão que articula crítica teórica, análise empírica e proposições, situando a realidade das catadoras no interior de disputas mais amplas sobre sociedade, natureza e alternativas de futuro.

O desenvolvimento capitalista, longe de ser um caminho universal de progresso, consolidou-se como um modelo produtor de desigualdades, crises e exclusões. A ideia de crescimento ilimitado e de exploração contínua de matérias-primas revelou-se insustentável do ponto de vista ecológico e social, gerando tanto a degradação ambiental quanto a marginalização de amplos setores da população. No caso latino-americano, essas contradições se expressam de maneira ainda mais aguda pela condição de subdesenvolvimento e pela permanência da colonialidade do poder, que mantém os países da região em posição periférica, subordinados às dinâmicas globais de acumulação e dependência.

A crise ambiental está profundamente enraizada nos costumes, valores e práticas da sociedade capitalista contemporânea. Assim, transcende a ideia de ser meramente um modelo de produção, tornando-se um modo de compreensão da realidade. O capitalismo é sustentado por estratégias que se apresentam como naturais, como se não houvesse alternativas possíveis. O cenário global atual é marcado por contradições: de um lado, a exploração intensiva da natureza; de outro, a apropriação do discurso da sustentabilidade como promessa de solução, ao mesmo tempo em que a degradação ambiental prossegue inabalada.

Esse modelo de crescimento se revela paradoxal, pois promove simultaneamente avanços e retrocessos, construção e destruição. A lógica da sociedade de consumo reforça esse quadro, ao valorizar incessantemente o novo e descartar o antigo, normalizando práticas de desperdício que se conectam diretamente à geração de resíduos sólidos urbanos. É nesse contexto que emergem as catadoras e os catadores de materiais recicláveis, cuja atividade está situada em

uma zona ambígua: de um lado, são incorporados pelas políticas públicas e pelo mercado como agentes “úteis” para a gestão de resíduos sólidos urbanos; de outro, permanecem submetidos a condições de invisibilidade, instabilidade e precariedade. Essa condição foi aqui interpretada à luz da categoria de inclusão precária (MARTINS, 1997), que expressa o modo como populações vulnerabilizadas são integradas a processos sociais e econômicos sem acesso pleno a direitos e garantias.

A análise do caso da Cooperlix revelou concretamente essa ambiguidade. Embora formalmente reconhecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e por contratos municipais, a cooperativa enfrenta atrasos de repasses, instabilidade na coleta seletiva, infraestrutura precária e dificuldades de valorização social do trabalho de seus membros. Ao retomar o processo de formação da cooperativa e a memória das mulheres que a protagonizaram, foi possível evidenciar como a auto-organização e a luta coletiva se constituíram em alicerces de resistência, configurando a Cooperlix não apenas como espaço de trabalho, mas como território de solidariedade e dignidade. Nesse sentido, os conflitos ambientais e institucionais examinados mostraram-se fundamentais para compreender a vulnerabilidade, mas também a força política das catadoras.

As vozes das mulheres, registradas nas entrevistas, mostram tanto a dureza da precarização quanto a potência da (re)existência cotidiana. Suas trajetórias expõem desigualdades estruturais, expressas no trabalho precoce, na maternidade adolescente, na baixa escolaridade, na violência de gênero, que se entrelaçam e moldam suas vidas. Mas também revelam os saberes produzidos na experiência cotidiana, nas interações familiares, comunitárias e laborais, que ressignificam o que a sociedade descarta em possibilidade de vida. A confiança unânime na continuidade da Cooperlix, mesmo em meio a adversidades, evidencia que, mais do que renda, está em jogo um projeto coletivo de sobrevivência e de futuro.

Essa experiência aproxima-se dos debates sobre economia solidária, entendida como brecha dentro do capitalismo em que a cooperação e a autogestão desafiam a lógica individualista do mercado (SINGER, 2002; GAIGER, 2007). No caso das mulheres catadoras, essa prática assume ainda maior relevância, pois significa também enfrentar a divisão sexual do trabalho, conquistar reconhecimento político e elaborar estratégias de sobrevivência e resistência diante da precarização.

Dessa forma, esta pesquisa não se limitou a examinar uma experiência local, mas buscou situá-la no horizonte das discussões sobre outros modos de

(des)envolvimento. A crise ambiental contemporânea, marcada pelo colapso de ecossistemas, pela intensificação das mudanças climáticas e pela expansão da lógica do descartável, não pode ser pensada separadamente da crise social que marginaliza populações inteiras. Como indicam Ceceña (2013), Leff (2006) e Krenak (2019), trata-se de uma crise civilizatória que exige reimaginar os fundamentos da vida em sociedade. O *Buen Vivir*, a racionalidade ambiental e a proposta de “adiar o fim do mundo” não são apenas utopias, mas horizontes que se materializam em práticas como as das catadoras, que transformam aquilo que o capitalismo define como descartável em possibilidade de existência.

Assim, uma das principais contribuições desta tese foi demonstrar que as mulheres catadoras não são apenas trabalhadoras informais, mas sujeitas políticas, protagonistas de práticas que tensionam o modelo de desenvolvimento hegemônico. Seu protagonismo explicita tanto as vulnerabilidades impostas pela colonialidade, pelo patriarcado e pelo capitalismo, quanto as brechas de emancipação que se abrem na economia solidária e nas formas coletivas de organização. As estratégias que constroem a partir da cooperação à resignificação de papéis sociais, revelam como a resistência se faz no cotidiano, abrindo caminhos de emancipação e dignidade.

O fortalecimento das cooperativas, portanto, não deve ser visto apenas como medida de gestão de resíduos sólidos urbanos, mas como parte de um projeto de justiça social e ambiental. Apoiar essas experiências significa garantir políticas públicas estruturais, contínuas e sensíveis ao gênero, que assegurem não só infraestrutura, crédito e formação, mas também valorização social e reconhecimento efetivo.

A Cooperlix, como mostrado nesta pesquisa, é também espelho do Brasil profundo: um país marcado por desigualdades raciais, sociais e de gênero, mas também por histórias de luta, solidariedade e reinvenção. Lançar luz sobre a trajetória dessas mulheres é reconhecer que, nos fragmentos de suas vidas, se reflete uma realidade coletiva que denuncia exclusões e anuncia alternativas.

Encerrar esta tese com suas vozes significa reafirmar que elas não estão apenas nas margens do sistema, mas são a prova viva de que, mesmo diante da precarização e da invisibilidade, é possível construir alternativas coletivas de resistência. Suas trajetórias revelam que o que a sociedade descarta pode ser resignificado em dignidade, renda e luta. A Cooperlix é mais que uma cooperativa: é território de sobrevivência, solidariedade e reinvenção.

Que suas vozes ecoem não apenas como denúncia das desigualdades, mas como anúncio de que outros mundos são possíveis e já estão sendo tecidos, silenciosamente, por mãos que reciclam o que o capitalismo insiste em descartar.

REFERÊNCIAS

- ABREMA. **1 em cada 3 brasileiros que diz ter coleta seletiva não separa o lixo, aponta Datafolha**. São Paulo, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/2024/06/24/1-em-cada-3-brasileiros-que-diz-ter-coleta-seletiva-nao-separa-o-lixo-aponta-datafolha/>. Acesso em: 25 set. 2025).
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 5, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116>>. Acesso em: 26 set. 2024.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana., 2009, p. 21. In: ALIMONDA, HÉCTOR. **La naturaleza colonizada** economia política e mineria en America Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección grupos de Trabajo. 2009.
- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**: uma crítica radical do capitalismo. Tradução de Luís Carlos Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- AMARO, A. B. Profissão Catador: origem e sistematização no processo produtivo. In: **Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas interfaces com o espaço geográfico**: entre conquistas e desafios. Orgs.: AMARO, A. B.; VERDUM, R. Porto Alegre: Editora Letral, 2016. DOI: 10.21826/9788563800237
- AMARO, A. B. **Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma política viável?**: estudo de caso a partir do âmbito do acordo MPF/MPSP x CESP. 2018. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.
- ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo Buenos Aires CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. DISPONÍVEL EM: <https://bibliotecarepositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/11781/1/gentili.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAUJO, A. Gênero nos estudos do trabalho. In: QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia (org.). **Gênero nas fronteiras do Sul**. 1ª Ed., Campinas, Pagu/Unicamp, 2005.
- ARAÓZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América Latina como origem da modernidade. São Paulo. Elefante, 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ANCAT). **Violência contra catadora em Salvador**: ANCAT, MNCR e Unicatadores cobram ação imediata. Salvador, 2 jul. 2025. Disponível em: <<https://ancat.org.br/violencia-contr-catadora-em-salvador-ancat-mn-cr-e-unicatadores-cobram-acao-imediata/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1997.

BALDASSARINI, J. S. **As crises da relação sociedade-natureza: um diálogo em busca de (re)conexões**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2021.

BARRAGÁN, M. A.; LANG, M.; CHÁVEZ, D. M.; SANTILLANA, A. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J.[Orgs.]. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

BITTENCOURT, R.N. Os dispositivos existenciais do consumismo. **Revista Espaço Acadêmico**, 118(10):103-113. Mar. 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Brasília: MTE, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. n. 147, Seção 1. p. 3-7.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984**, de 17 de julho de 2000; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; e a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jul. 2020

BRISO, C. B. Gramacho: a cidade do lixo parada no tempo a 30 quilômetros da praia de Copacabana. **Agência Pública**, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/03/gramacho-a-cidade-do-lixo-parada-no-tempo-a-30-quilometros-da-praia-de-copacabana/>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRONSZTEIN, K. P.; MARGOLIS, I. Da produção à publicidade: uma questão de consumo. **Cadernos de Comunicação**. V. 17, n. 18, Jan-Jun, 2013.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality**. Boulder: Westview Press, 1990.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, M. G.; GONÇALVES, M. G. M. (2023). Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: Interseccionando Raça, Gênero e Classe. **Psicologia: Ciência e Profissão**,

43, 1-15, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703249090>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CECEÑA, A. E. Subvertir la modernidade para vivir bien. In.: **Crisis civilizatoria y superación del capitalismo**. Org.: Raúl Ornelas. Primeira edição. UNAM, Insitituto de Investigaciones económicas, 2013. 218 p.

CEMPRE. **Reciclagem: ontem, hoje, sempre**. São Paulo: CEMPRE. 2008.

CHARLIER, S.; RYCKMANS, H. Os movimentos das mulheres para uma outra mundialização. In: HOUTART, F.; AMIN, S. (orgs). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003** – São Paulo: Cortez, 2003.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COSTA, B; NEVES, M. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. **Rev. Economia Solidária e Ação Cooperativa**, São Leopoldo, v.2, n.1, 2007.

CORAGGIO, J. L. **La economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital**. Quito: Abya-Yala, 2011.

CRISTALDO, H. Lixão de Brasília é fechado; catadores criticam transferência para galpões. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/lixao-de-brasilia-e-fechado-catadores-criticam-transferencia-para-galpoes>. Acesso em: 26 set. 2025.

CRENSHAW, K. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 2002.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

DAGNINO, R.; JOHANSEN, I. C. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do Censo Demográfico 2010. **Boletim Mercado de Trabalho**, v. 62, n. Abril de 2017, p. 115-125, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, S. M. **Catadores: uma perspectiva para a inclusão social**. São Paulo: Polis, 2009.

ESCOBAR, A. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. 2009, p. 77. In ALIMONDA, HÉCTOR. **La naturaleza colonizada** economia política e mineria en America Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección Grupos de Trabajo. 2009.

FAPESP, REDAÇÃO. Roupas de segunda mão poluem ar e rios na África. *Revista Pesquisa FAPESP*, ed. 354, ago. 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/roupas-de-segunda-mao-poluem-ar-e-rios-na-africa/>. Acesso em: 12 set. 2025.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. Elefante, 2017.

FERREIRA, A; SILVA, R. B; SILVA, R. M. A. da. **Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e estratégias organizativas no Brasil**. Mercado de

Trabalho: conjuntura e análise, v. 75, abr. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/22cafa4b-713a-4840-a0d8-56d9e77be5c1/content>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FUZZI, F. R. **Organização de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis em rede**: um estudo de caso da Rede Cataoeste com polo em Assis – São Paulo - Brasil. 2016. 257 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

FUZZI, F. R. **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Brasil**: um estudo a partir de experiências do Distrito Federal e dos municípios do Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174. Porto Alegre, 2007.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GEORGES, I. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. Annablume editora, São Paulo: 2012. p. 135-172.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 abri. 2024.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, M. A. **O Trabalho no Lixo**. (Tese de Doutorado), Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades) In: ARAUJO, F.G.B. de.(Orgs.). **Identidades e Territórios**: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro. Access, 2007.

HAN, B. C. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HERCULANO, S. C. **Riscos e desigualdade social**: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 1., 2002, Indaiatuba. Anais [...]. Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, H. **O trabalho de cuidado**. Comparando Brasil, França e Japão. Revista Internacional dos Direitos Humanos. V. 13, n. 24, 2016. P. 53 – 64.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HOUTART, F.; AMIN. S. (orgs). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003** – São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2ª edição**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101970.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>. Acesso em: 03 jul. 2025.

JUSTO, C.S.P.B., MASSIMI, M. Contribuições da psicologia para área do marketing e do conceito de consumidor: uma perspectiva histórica. **Revista Psicologia e Saúde**, 9(2):107-120. Maio/Ago, 2017.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACOSTE, Y. **A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LAYRARGUES, P. Ecologia política da sociedade de consumo e a ‘produção destrutiva’ no limiar do colapso ambiental. **Revista Trabalho Necessário**, 20 (43), 01-40. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54650>

LEAL, A. C. et al. **Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas em Educação Ambiental e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente - SP**, Fase II, (2003). Presidente Prudente: UNESP/FAPESP.

LEAL, A. C.; CANTÓIA, S. F. Cooperlix: história e implantação. **Revista Formação**, n. 14, vol. 1, p. 126 - 149. 2007.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LEFF, E. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Tradução: Jorge Calvimontes. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

LESLIE, H. A.; VAN VELZEN, M. J. M.; BRANDSMA, S. H.; VETHAAK, A. D.; GARCIA-VALLEJO, J. J.; LAMOREE, M. H. Discovery and quantification of plastic particle pollution in human blood. **Environment International**, v. 163, 107199, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envint.2022.107199>. Acesso em: 02 fev. 2025.

LIMA, L. O gigantesco mar de lixo no Caribe com plástico, animais mortos e até corpos. **BBC mundo**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41853621>.

LITTLE, P. E. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico.

Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

MARCOS, V. de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1 n 84, p. 105-136, 2011.

MAGALHÃES, B. J. Catadores de materiais recicláveis, consumo e valoração social.

Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 246-265. Jan/Jun, 2013.

MARTINS, J. de S. **A inclusão precária: o avesso da integração**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-9, out. 1997.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes. 2003.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Publicado originalmente em 1867).

MASUMOTO, F. T.; GOMES, A. A.; FRANÇA, R. S.; MELO, M. R. S. First report of deep-sea litter on the Brazilian continental slope, Southwestern Atlantic. **Marine pollution Bulletin**. Vol. 197, December, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2023.115717>

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2005.

MEHRJOO, A., CUEVAS, R. & CUEVAS, Á. Online advertisement in a pink-colored market. **EPJ Data Sci.** 13, 36 (2024). <https://doi.org/10.1140/epjds/s13688-024-00473-2>

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1993.

MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. **Revista Terra Livre**, n. 16, p. 139-158, 2001.

MENDONÇA, R. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. 255 p.

MINAYO, M. C. de S; DELANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MIRANDA, M. C. et al. **Gênero, desenvolvimento e território: novas semânticas e antigas práticas**. Manaus: Editora Valer, Edições, 2015.

MIRANDA, R, S. Ecologia política e processos de territorialização. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, p. 142-161, jan./abr. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5710>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MNCR. **Carta de Brasília**, 2001. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-eobjetivos/carta-de-brasilia>> Acesso em: 24 out. 2020.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, E. **Para onde vai o mundo?** Tradução de Francisco Morás. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOTTA, D. C. **Desvendando o nó:** a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2017.

NERY, M. B. M.; MENÊSES, C. A. S.; TORRES, T. K. S. Um breve ensaio da psicologia acerca do comportamento consumista da sociedade atual. **Interfaces científicas – Humanas e Sociais**. Aracaju. V. 01, n. 01, p. 53-62.

NIHART, A. J.; GARCIA, M. A.; EL HAYEK, E.; et al. Bioaccumulation of microplastics in decedent human brains. **Nature Medicine**, v. 31, p. 1114–1119, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41591-024-03453-1>. Acesso em: 03 ago. 2025.

NORA, P. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, J. O. R. **Uma contribuição metodológica ao estudo da dinâmica da paisagem aplicada a escolha de áreas para construção de aterro sanitário em Presidente Prudente**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: Paulo de Salles Oliveira. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. 1 ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1996, v. 1, p. 17-26.

PAULA, L. A. C. de. **A bela flor no/do campo:** por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 392 p., 2020.

PAPAGEORGIOU, A., FISHER, C. & CROSS, D. “Why don’t I look like her?” How adolescent girls view social media and its connection to body image. **BMC Women's Health** **22**, 261 (2022). <https://doi.org/10.1186/s12905-022-01845-4>

PASCHOALOTTO, J. Duas pessoas morrem vítimas de soterramento no aterro sanitário de Indiana. **G1 Presidente Prudente e região**, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/01/14/soterramento-em-indiana.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **En publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. ISBN: 950-9231-92-4 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>>. Acesso em: 20 out. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**,

Florianópolis, v.9, n.1, p. 16-50, jan./jul. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Termo de Aditamento 03/2025 ao Contrato 71/2024**. Diário Oficial do Município, Presidente Prudente, edição n. 1800, ano VIII, 28 maio 2025. Secretaria Municipal de Finanças. Licitações – Termo Aditivo.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas** (pp. 107-130). 2005. Clacso.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, W. P. Entrevista concedida à TV Fronteira. Presidente Prudente, 15 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/videos-fronteira-noticias-1-edicao/video/prefeitura-prorroga-contrato-de-coleta-seletiva-de-lixo-em-presidente-prudente-13381585.ghtml>>. Acesso em: 08 jul. 2025.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SAFFIOTI, H. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Editora Avenir, 2ª Ed. 1979.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e Realidade** (3a ed.). Expressão Popular.

SANTANA, A. D. **“Fracking na nossa terra, não!”: conflitos ambientais em torno dos recursos energéticos não convencionais no Oeste Paulista e Centro-Oeste Paraná**. 339 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2022.

SANT’ANA, D.; MAETELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanços e desafios. In: **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 1ª. Edição. São Paulo, Hucitec. 1982.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. E-book. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-

Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

SILVA, L. L. T.; FREITAS, A. L. C. Mulheres, patriarcado e ecofeminismo: reflexões a partir dos fundamentos da educação ambiental crítica. **Revista do NeseF**. Universidade Federal do Paraná. V. 11 – n. 1, 2022, p. 87-102.

SILVA, C. M. **Experiências de economia popular solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: observações, percepções e papéis de agentes mediadores e atores sociais. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, R. B.; SILVA, R. M. A. da. Da crise institucional ao estado mínimo: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 65, p. 139-152, 2018.

SIMAS, A. L. F.; PEREZ, Z. M. L. (Org.). **Plano de resíduos sólidos do Estado de São Paulo**. São Paulo: SMA, 2014.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. SOUZA, A. R. de (Orgs) **A economia solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo. Contexto, 2003.

SHIVA, V. El mundo en el limite. In: GIDDENS, A.; HUTTON, W. [Orgs]. **En el límite**: la vida en el capitalismo global. Barcelona: Tusquets, 2001.

SOUZA, C. M. Os Catadores de Lixo, suas Principais Doenças e o Papel das Cooperativas de Lixo na Inclusão Social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 922-933, Julho de 2017. ISSN:2448-0959

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução à Ecologia Política. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. In: IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, Ambiente e território. **Revista Casa da Geografia de Sobral. Sobral/CE**. v. 17, n. 3, p. 128-144, Dez. 2015, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 ©1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TAKENAKA, E. M. M. **Políticas públicas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos no município de Presidente Prudente – SP**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

TIBALDO, G. Incêndio destrói barracão e equipamentos da Cooperlix em Presidente Prudente. **G1 Presidente Prudente e região**, 15 jul. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/incendio-destroi-barracao-e-equipamentos-da-cooperlix-em-presidente-prudente.ghtml>>. Acesso em: 26 set. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 11-31

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ANEXOS

Termo de Autorização para Gravação de Voz

Eu, _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, após compreender os objetivos e metodologia da pesquisa de doutorado da aluna Francielle Garcia Martins, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, declaro estar ciente da necessidade de gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a realização da gravação da entrevista, sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso em garantir-me os seguintes direitos:

1. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos, jornais e apresentações;
3. Minha identificação será mantida em sigilo e não será revelada em nenhuma das vias de publicações das informações geradas;
4. Os dados coletados serão guardados por cinco anos, sob responsabilidade de Francielle Garcia Martins.

Por estar de acordo, declaro que autorizo o uso acima descrito.

____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Telefone para contato:

Questionário fechado aplicado aos integrantes da Cooperlix

1. Qual o seu nome?

2. Qual a sua idade?

3. Em qual cidade você nasceu?

4. Qual o seu sexo?

5. Com qual cor/etnia você se identifica?

6. Qual o seu nível de escolaridade?

7. Há quanto tempo você trabalha como catador de materiais recicláveis?

8. O trabalho na Cooperlix é a sua principal fonte de remuneração?

9. Sua família depende exclusivamente da remuneração do trabalho na Cooperlix?

10. Você pensa em procurar outro trabalho?

Roteiro de entrevista para as lideranças da Cooperlix

Data:

Horário:

Local:

1. Você autoriza que esta entrevista seja gravada em áudio? () sim () não
2. Qual o seu nome completo?
3. Qual a sua naturalidade? E qual a naturalidade de seus pais? Qual o trabalho que desempenhavam?
4. Você é aposentada?
5. Qual o seu nível de escolaridade? Quais foram as suas oportunidades para os estudos?
6. Há quanto tempo e por que você é catadora de materiais recicláveis? Participou do início da Cooperlix? Como as mulheres atuaram nesse início? Poderia falar um pouco sobre isso?
7. Como está estruturada sua família? Tem filhos (de quais sexo e idade)? Quantas pessoas vivem com você na sua casa? Em caso de filhos(as):
 - a) Nível de escolaridade;
 - b) Atividade que desempenham atualmente;
8. Qual é a principal fonte de renda da sua família? E qual a renda média mensal?
9. Você trabalha desde qual idade?
10. Como você enxerga a sua função de liderança na cooperativa?
11. Como é realizada a divisão do trabalho na cooperativa?
12. Você sente algum tipo de dificuldade por ser uma mulher em uma posição de liderança?
13. Você já sofreu algum tipo de violência ou preconceito por ser mulher? Ou conhece alguma cooperada que já passou por isso? Poderia descrever essa situação?

14. Há na Cooperlix apoio mútuo entre as mulheres com questões variadas?
15. Qual o seu sentimento em relação a esse lugar (a cooperativa)? O que ele representa para você?
16. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Cooperativa?
17. Na sua opinião, é preciso melhorias na cooperativa? Quais?
18. Existem parcerias firmadas entre a Cooperlix e outras entidades?
19. Vocês debatem coletivamente sobre os desafios enfrentados na Cooperativa? Caso sim, como são e com que frequência acontecem essas reuniões?
20. Você acredita que a opinião das(os) catadoras(es) é levada em consideração em tomadas de decisões externas? Como em reuniões com a prefeitura, do consórcio, etc.
21. A partir da sua experiência e vivência, houve uma valorização por parte da sociedade em relação ao trabalho desenvolvido pelos catadores?
22. Para você, qual a importância do trabalho que desempenham?
23. Você se sente segura em relação ao futuro da Cooperlix?
24. O que esse trabalho significa para você? E ser presidenta da Cooperlix, como se sente em relação a isso?
25. Olhando para o passado e vendo seu percurso e da Cooperlix, qual o seu sentimento?
26. Quantas(os) cooperadas(os) ainda fazem parte da Cooperlix desde o início?

Roteiro de entrevista para as cooperadas

Data:

Horário:

Local:

1. Você autoriza que esta entrevista seja gravada em áudio? () sim () não
2. Qual o seu nome completo?
3. Qual a sua naturalidade? E qual a naturalidade de seus pais? Qual o trabalho que desempenhavam?
4. Você é aposentada?
5. Qual o seu nível de escolaridade? Quais foram as suas oportunidades para os estudos?
6. Há quanto tempo e por que você é catadora de materiais recicláveis?
7. Como está estruturada sua família? Tem filhos (de quais sexo e idade)? Quantas pessoas vivem com você na sua casa? Em caso de filhos(as):
 - a) Nível de escolaridade;
 - b) Atividade que desempenham atualmente;
8. Qual é a principal fonte de renda da sua família? E qual a renda média mensal?
9. Você trabalha desde qual idade?
10. Qual a sua função na Cooperlix? Como você enxerga o seu trabalho?
11. Há na Cooperlix apoio mútuo entre as mulheres com questões variadas?
12. Qual o seu sentimento em relação a esse lugar (a cooperativa)? O que ele representa para você?

13. Na sua opinião, é preciso melhorias na cooperativa? Quais?
14. Vocês debatem coletivamente sobre os desafios enfrentados na Cooperativa?
15. A partir da sua experiência e vivência, houve uma valorização por parte da sociedade em relação ao trabalho desenvolvido pelos catadores?
16. Para você, qual a importância do trabalho que desempenha?
17. Você se sente segura em relação ao futuro da Cooperlix?
18. O que esse trabalho significa para você?
19. Olhando para o passado e vendo seu percurso e da Cooperlix, qual o seu sentimento?